



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

FACULTAD DE CIENCIAS DALA EDUCACIÓN Y DE LA COMUNICACIÓN

DOCTORADO EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**A INCLUSÃO ESCOLAR É POSSÍVEL? UMA ANÁLISE DAS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS
EM DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM SANTA CRUZ - PERNAMBUCO**

Saonara de Cassia da Silva Barros

Asunción - Paraguay

2024

Saonara de Cassia da Silva Barros

**A INCLUSÃO ESCOLAR É POSSÍVEL? UMA ANÁLISE DAS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS
EM DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM SANTA CRUZ - PERNAMBUCO**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Ciências da Educação da Universidade
Autônoma de Assunção, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em
Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jose Antonio Torres González

Asunción - Paraguay

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Barros, Saonara de Cassia da Silva

A inclusão escolar é possível? uma análise das práticas pedagógicas dos professores nos anos iniciais na Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira e do Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo em Santa Cruz – Pernambuco/Saonara de Cassia da Silva Barros

Cantidad de páginas de la tesis: 175p.

Paraguay- Asunción

Tutor: Prof. Dr. Jose Antonio Torres Gonzaléz

Dissertação acadêmica em Ciências da Educação, Doutorado – UAA, 2024.

Palavras-chave: Escola. Deficiências. Inclusão escolar. Formação. Professor.

Código da Biblioteca.....

Saonara de Cassia da Silva Barros

**A INCLUSÃO ESCOLAR É POSSÍVEL? UMA ANÁLISE DAS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES NOS ANOS
INICIAIS EM DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM SANTA CRUZ -
PERNAMBUCO**

Esta Tesis fue evaluada y aprobada en ____/____/____ para la obtención del Doctor en
Ciencias de la Educación en la Universidad Autónoma de Asunción – UAA.

Miembros de la Mesa Examinadora

Nombre

Firma

Prof. _____

Prof. _____

Prof. _____

Nota final: _____

DEDICATÓRIA

A Deus, meu Senhor e salvador, autor da vida, que me sustentou e guardou.

Sem Ele eu não teria chegado até aqui. Guiou-me e fortaleceu-me em todos os
momentos, com Sua graça e misericórdia sem fim.

“Os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os
meus dias, cada um deles escrito e determinado, quando nem um deles havia ainda”.

– Salmos 139.16

AGRADECIMENTOS

Sou infinitamente grata a Deus por ter permitido essa experiência única e maravilhosa de estudar numa Universidade séria e com professores e profissionais competentes que é a Universidade Autônoma de Assunção- UAA onde os valores, cultura e vivências são tão diferentes e interessantes e, por Ele ter me auxiliado a percorrer todas as etapas do percurso acadêmico, principalmente esta última etapa do curso.

Aos meus pais Adailton Barros (in memoria) e Maria de Lourdes Silva, pelo dom da vida, carinho, cuidado, compreensão e acima de tudo pela educação a mim dedicada, permitindo eu ser o ser humano que me tornei, e com os valores que alcancei. Muitas vezes busquei forças nos seus exemplos!

Aos meus irmãos Suêda, Sidney e Swellington pela torcida rumo a minha vitória.

Ao meu esposo Hernâni Pereira pela força que me deu para superar todos os obstáculos e motivação para afugentar o desânimo para assim continuar seguindo a trilha que me faria alcançar esse objetivo.

A minha colega e amiga Lêna que sempre está comigo nos momentos bons e ruins, me impulsionando a não desistir.

A minha amiga Janice pela dedicação em suas orientações prestadas na elaboração deste trabalho, incentivando-me e colaborando no desenvolvimento de minhas ideias

Aos meus amigos professores que me ajudaram nessa pesquisa, obrigada pelo apoio vocês foram essenciais na elaboração desta, tenho certeza que continuarão sendo excelentes profissionais além de determinados a fazer a diferença.

Aos meus colegas de turma que levarei para toda vida, que me auxiliaram de forma direta ou indireta nas realizações dos trabalhos em especial a: Marcos, João, Marizete, Eber e Vanessa.

A todo corpo docente do curso de Doutorado em Ciências da Educação da UAA- Universidade Autônoma de Assunção -PY no qual, não estaria aqui sem a competência e dedicação de cada um de vocês. Especialmente, a meu maestro Professor Drº José Antônio Torres que esteve sempre a me ajudar quando precisei. Foi uma honra tê-lo como orientador. Admiro-te!

Obrigada a todos que contribuíram para eu ser a pessoa que sou hoje. Que Jesus os abençoe!

“Inclusão é simplesmente fazer tudo pensando nas pessoas que existem. E não considerando pessoas que você gostaria que existissem.” –

Claudia Werneck

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNC	Base Nacional Comum
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Coordenador Pedagógico
DI	Deficiência Intelectual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
MEC	Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PNE	Plano Nacional da Educação
PNTA	Plano Nacional de Tecnologia Assistiva
PPP	Projeto Político Pedagógico
QI	Quociente de Inteligência
TA	Tecnologia Assistiva
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura n.º 01	Os quatro pilares da educação.....	Pág. 31
Figura n.º 02	Brincando com Julio's.....	pág.49
Figura n.º 03	O Wordwall.....	pág.50
Figura n.º 04	Jogo de damas.....	pág.51
Figura n.º 05	Desenho da pesquisa	pág.70
Figura n.º 06	Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo.....	pág.73
Figura n.º 07	Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira.....	pág.74

LISTA DE TABELAS

Tabela n.º 01	Sujeitos participantes da pesquisa.....	pág. 83
Tabela n.º 02	Período de aplicação das entrevistas.....	pág. 88
Tabela n.º 03	Metodologias utilizadas pelo professor.....	pág. 91
Tabela n.º 04	Disponibilização de materiais de apoio ao professor.....	pág. 92
Tabela n.º 05	As tecnologias assistivas.....	pág. 94
Tabela n.º 06	Estratégias utilizadas pelo professor.....	pág. 96
Tabela n.º 07	A formação acadêmica do professor e tempo de conclusão.....	pág. 98
Tabela n.º 08	A contribuição da formação inicial no processo da inclusão escolar.....	pág. 100
Tabela n.º 09	O conceito de deficiência Intelectual e das limitações de quem a possui.....	pág. 102
Tabela n.º 10	O que os professores pensam a respeito da inclusão?.....	pág. 105
Tabela n.º 11	Os projetos que as escolas realizam.....	pág. 108
Tabela n.º 12	As dificuldades encontradas pelos professores.....	pág. 111
Tabela n.º 13	A concepção do professor a respeito da superação dos estudantes com DI.....	pág. 113
Tabela n.º 14	A Lei Brasileira de Inclusão -LBI e seu conhecimento pelo professor.....	pág. 115
Tabela n.º 15	As condições de trabalho no processo de inclusão.....	pág. 117
Tabela n.º 16	O papel da secretaria de educação do município de Santa Cruz e formação continuada no processo de inclusão escolar.....	pág. 118
Tabela n.º 17	As tecnologias assistivas ofertadas pela escola.....	pág. 119

Tabela n.º 18	O cumprimento da Lei nº 13.146, pela escola.....	pág. 120
Tabela n.º 19	O papel da gestão escolar no fortalecimento da inclusão na comunidade escolar.....	pág. 122
Tabela n.º 20	A participação da família no processo de inclusão.....	pág. 123
Tabela n.º 21	O coordenador pedagógico frente discussão acerca da inclusão.	pág. 124

APÊNDICES

- Apêndice N.º 01 CARTA DE APRESENTAÇÃO
- Apêndice N.º 02 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
- Apêndice N.º 03 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE APÓS ESCLARECIMENTO
- Apêndice N.º 04 VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

RESUMEN

El objetivo general del estudio es analizar las prácticas pedagógicas de los docentes en el aula con estudiantes con discapacidad intelectual de la Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira y del Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo en los primeros años en el municipio de Santa Cruz. La investigación utiliza un enfoque cualitativo, como método fenomenológico y es de carácter descriptivo. La muestra estuvo compuesta por 14 docentes que imparten clases con aulas incluidas, 02 directivos y 02 coordinadores pedagógicos. Para la recolección de datos se utilizaron como instrumentos y técnicas entrevistas abiertas y el análisis del Proyecto Político Pedagógico. La recolección de datos se realizó durante un período determinado, con la participación activa de los encuestados en las unidades escolares. Los resultados indican que las prácticas pedagógicas utilizadas por los docentes presentan desafíos con respecto a la inclusión escolar. Se identificaron como áreas que requieren mejora aspectos como la práctica pedagógica, los métodos de enseñanza diferenciados, la formación docente, el uso de tecnologías de asistencia y el apoyo a estudiantes con discapacidad intelectual. La conclusión del estudio apunta a la posibilidad de la inclusión escolar, pero destaca la necesidad de mejorar las prácticas pedagógicas para satisfacer mejor las demandas de los estudiantes incluidos. Las recomendaciones incluyen la implementación de capacitación para docentes y la creación de políticas que permitan la participación de las familias en la escuela.

Palabras clave: Escuela. Discapacidades. Inclusión escolar. Capacitación. Maestro

RESUMO

O estudo tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas do professor em sala de aula com aluno que tem deficiência intelectual na Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira e do Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo nos anos iniciais no município de Santa Cruz. A pesquisa emprega uma abordagem qualitativa, como método fenomenológico e de natureza descritiva. Teve-se como amostra, 14 professores que lecionam com salas inclusas, 02 gestores e 02 coordenadores pedagógicos. Para a coleta de dados, foram utilizadas como instrumentos e técnicas a entrevista aberta e a análise do Projeto Político Pedagógico. A coleta de dados ocorreu ao longo de um período determinado, com a participação ativa dos pesquisados nas unidades escolares. Os resultados indicam que as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores, apresentam desafios no que diz respeito à inclusão escolar. Aspectos como a prática pedagógica, métodos de ensino diferenciados, a formação docente, o uso de tecnologias assistivas e o suporte para alunos com deficiência intelectual foram identificados como áreas que demandam melhorias. A conclusão do estudo aponta para a possibilidade da inclusão escolar, mas ressalta a necessidade de aprimorar as práticas pedagógicas para melhor atender às demandas dos alunos inclusos. As recomendações incluem a implementação de capacitação para professores e a criação de políticas que possibilitem a participação da família na escola.

Palavras-chave: Escola. Deficiências. Inclusão escolar. Formação. Professor.

ABSTRACT

The general objective of the study is to analyze the pedagogical practices of teachers in the classroom with students who have intellectual disabilities at Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira and Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo in the initial years in the municipality of Santa Cruz. The research uses a qualitative approach, as a phenomenological method and is descriptive in nature. The sample consisted of 14 teachers who teach with classrooms included, 02 managers and 02 pedagogical coordinators. For data collection, open interviews and analysis of the Pedagogical Political Project were used as instruments and techniques. Data collection took place over a determined period, with the active participation of those surveyed in school units. The results indicate that the pedagogical practices used by teachers present challenges with regard to school inclusion. Aspects such as pedagogical practice, differentiated teaching methods, teacher training, the use of assistive technologies and support for students with intellectual disabilities were identified as areas that require improvement. The conclusion of the study points to the possibility of school inclusion, but highlights the need to improve pedagogical practices to better meet the demands of included students. Recommendations include the implementation of training for teachers and the creation of policies that enable family participation in school.

Keywords: School. Disabilities. School inclusion. Training. Teacher.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	pág.vii
LISTA DE FIGURAS.....	pág. viii
LISTA DE TABELAS.....	pág. ix
APÊNDICES.....	pág. xi
RESUMEN.....	pág. xii
RESUMO.....	pág. xiii
ABSTRACT.....	pág. xiv
INTRODUÇÃO.....	pág.1
1 BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR E NO BRASIL.....	pág.7
1.1 Fundamentos da educação inclusiva.....	pág.12
1.2 A deficiência intelectual no mundo.....	pág.14
1.2.1Tipos de deficiência intelectual.....	pág.18
1.2.1.1 Deficiência intelectual leve.....	pág.19
1.2.1.2 Deficiência Moderada.....	pág.21
1.2.1.3 Deficiência Intelectual Grave.....	pág.22
1.2.1.4 Deficiência Intelectual Profunda.....	pág.23
1.3 Os desafios que a pessoa com deficiência intelectual enfrenta na sociedade	pág.24
1.3.1 A inclusão da pessoa com deficiência intelectual no sistema de ensino	pág.26
1.4 Estratégias pedagógicas para o ensino inclusivo.....	pág.31
2 A FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA INCLUSÃO.....	pág.34
2.1As práticas pedagógicas dos professores no cenário inclusivo.....	pág.36
2.2 Legislação e políticas de inclusão: um processo em implementação.....	pág.38
2.3 O papel do professor da sala regular	pág.40
2.4 Identificação e avaliação dos estudantes com deficiência intelectual no	
âmbito escolar.....	pág.41
2.5 Adaptação curricular e inclusão.....	pág.44
2.6 Tecnologia assistiva e seus benefícios em prol das pessoas com deficiência	
intelectual	pág.46
2.6.1 Promoção de ambientes inclusivos.....	pág.52
2.6.2 Desenvolvimento profissional contínuo na ótica da inclusão escolar...	pág.53

2.7 O Atendimento Educacional Especializado – AEE.....	pág.55
3 O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NO PARADIGMA DA INCLUSÃO.....	pág.60
3.1 O papel da família na inclusão escolar.....	pág.62
4 MARCO METODOLÓGICO.....	pág.65
4.1 O problema da pesquisa	pág.66
4.2 Objetivos da pesquisa.....	pág.67
4.2.1 Objetivo geral.....	pág.68
4.2.2 Objetivos específicos.....	pág.68
4.3 Desenho da pesquisa.....	pág.69
4.4 Contexto da pesquisa.....	pág.71
4.4.1 Unidades de análises.....	pág.72
4.4.1.1 Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira	pág.73
4.4.1.2 Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo.....	pág.73
4.5 Tipo e enfoque da pesquisa.....	pág.74
4.6 Participantes da pesquisa.....	pág.79
4.6.1 Sistema de amostragem por participantes.....	pág.81
4.6.1.1 Professores dos anos iniciais do ensino fundamental.....	pág.82
4.6.1.2 Gestor escolar.....	pág.82
4.6.1.3 Coordenador pedagógico.....	pág.82
4.7 Técnicas e instrumentos utilizados para a coleta de dados.....	pág.83
4.7.1 Entrevista Aberta.....	pág.84
4.7.2 Análise documental.....	pág.85
4.8 Questões éticas.....	pág.85
4.9 Instrumentos: construção e validação.....	pág.86
4.10 Procedimentos para a coleta de dados.....	pág.87
4.11 Limitações da pesquisa.....	pág.88
4.12 Técnicas de análise e interpretação dos dados.....	pág.88
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	pág.90
CONCLUSÕES	pág.128
PROPOSTAS.....	pág.130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	pág.132

APÊNDICES.....	pág.148
----------------	---------

INTRODUÇÃO

A presente tese intitulada: *A inclusão escolar é possível? uma análise das práticas pedagógicas dos professores nos anos iniciais em duas escolas municipais em Santa Cruz – Pernambuco*, tem a finalidade de discutir a importância de uma educação inclusiva e igualitária, na qual todos possam aprender de acordo com suas limitações.

A inclusão das pessoas com deficiência na escola é um tema que envolve inflexão e de extrema importância social, tendo em vista que essas pessoas foram marginalizadas e excluídas do sistema educacional durante muito tempo, sendo privados de oportunidades essenciais para o seu desenvolvimento pessoal, social e acadêmico.

Com as leis que abraçam a inclusão das pessoas com deficiência (UNESCO, 1994; Brasil, 1988; 1996; 2000; 2015), é possível perceber um crescente reconhecimento da necessidade de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais (Ferreira, 2018). Esses ensejos precisam ser entendidos *a priori*, a partir de um ensino que respeite as diferenças e a equidade no ambiente educacional.

Nessa perspectiva, a inclusão escolar precisa ter como prioridade a busca não apenas de oferecer acesso à educação, mas também, criar ambientes que valorizem a diversidade e que promovam a aprendizagem colaborativa, preparando assim as futuras gerações para uma sociedade mais inclusiva e justa.

Neste contexto, é fundamental explorar os desafios, benefícios e estratégias que envolvem a inclusão das pessoas com deficiência na escola, visando a construção de um sistema educacional mais inclusivo (Batista e Cardoso, 2020).

Por ser um desafio a inclusão, a escola como um todo, precisa ter preparo para trabalhar com estudantes com deficiência seja ela de que que tipo for. A esse respeito relata, Neto (2018) o seguinte:

Falar em inclusão é sempre desafiador, pois, para muitos, ainda é um campo desconhecido, mas para compreender melhor o discurso atual da inclusão e seus aspectos, que causam por vezes angústias e também algumas polêmicas, é preciso voltar ao tempo para compreender o processo histórico da Pessoa com Deficiência, perpassar pela educação especial até chegar ao movimento da Educação Inclusiva. (p.83)

O autor enfatiza a complexidade e os desafios associados a inclusão, especialmente no contexto das pessoas com deficiência, sugerindo que falar sobre inclusão pode ser difícil para muitas pessoas, pois apesar das leis que trabalham a inclusão como um direito das pessoas de se inserir nos diversos segmentos sociais, mesmo assim, ainda é um campo desconhecido para muitos. Ainda para o autor o movimento da Educação Inclusiva, representa uma mudança significativa na maneira como a sociedade encara a inclusão das pessoas com deficiência. Ele destaca que, embora a inclusão tenha avançado ao longo do tempo, ainda existem angústias e polêmicas em torno desse conceito, uma vez que, desafia muitas ideias e sistemas estabelecidos.

Na escola, a inclusão vem se fortalecendo, uma vez que já se observa um número expressivo de pessoas com deficiências adentrando em seu espaço, evidenciando dessa forma, o desejo da sociedade de garantir o direito à educação para todos (UNESCO, 1994). Todavia, o fato de a escola receber esses sujeitos, abrir suas portas e colocá-lo para dentro de seu ambiente, necessariamente não significa que esses, estão sendo incluídos na sua totalidade. Além de ser desafiador trabalhar com a inclusão, a falta de preparo e empatia de alguns professores, diante da inclusão acaba sendo um complicador que tem de forma constante distorcendo o conceito de inclusão.

O panorama da educação brasileira que impõe a obrigatoriedade da inclusão de estudantes com deficiência na sala de aula no ensino regular. Sabe-se que é processo complexo, pois, por se tratar de pessoas que possuem limitações complexas, somente com um bom preparo da escola é que se pode afirmar que a inclusão se dá de forma integral nesse espaço. Dessa forma, é preciso enfatizar que o sistema educacional precisa investir em práticas que prepare o professor e toda a escola para a condução de um trabalho que propicie aos estudantes com deficiência desenvolver suas potencialidades inatas.

Essa preocupação surgiu a mais de uma década, enquanto professora da rede pública do estado de Pernambuco, pude perceber que muitos professores até se esforçavam para ofertar uma educação igualitária, todavia, a falta de motivação por parte da gestão escolar, de recursos tecnológicos e da própria formação docente, tornava-se barreiras gigantes para que a inclusão ocorra de fato. Dessa forma, ingressei no Mestrado na Universidade Autónoma de Assunción, no ano de 2020, cujo tema foi: *Práticas pedagógicas docentes e a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no ensino regular na Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira em Santa Cruz -PE -Brasil*, na busca de desvelar como vinha ocorrendo as práticas em sala de aula regular pelos professores que tinham alunos com deficiência intelectual na sala de aula. Em 2023, iniciei no doutorado na mesma Instituição de Ensino, com o objetivo de compreender se a inclusão é possível dentro do atual contexto escolar. Dentro dessa perspectiva, buscamos compreender como as políticas de inclusão educacional no contexto local têm sido implementadas nas duas Escolas pesquisadas, e quais foram os desafios na sua execução, partindo do princípio de que as práticas pedagógicas do professor influenciam na sua formação docente.

Justificativa da pesquisa

A inclusão escolar é um tema que merece ser bastante aprofundado, porque abrange uma gama de necessidades, incluindo deficiências físicas, intelectuais, sensoriais, transtornos do espectro autista, entre outras. Entender a diversidade de necessidades é fundamental para desenvolver estratégias inclusivas eficazes. Nesse sentido, a presente tese, intitulada: “*A inclusão escolar é possível? Uma análise das práticas pedagógicas dos professores nos anos iniciais em duas escolas municipais em Santa Cruz – Pernambuco*”, propôs-se a abordar essa questão e aprofundar a compreensão sobre as práticas pedagógicas adotadas pelos professores com estudantes com Deficiência Intelectual (DI) nesse contexto específico.

A inclusão escolar é um tema central na agenda educacional contemporânea, com implicações significativas para a sociedade e o desenvolvimento individual, portanto, abordar a inclusão nos anos iniciais é fundamental, pois é nessa fase que se estabelecem as bases fundamentais para a aprendizagem ao longo da vida.

Nessa direção, o estudo se justifica pela sua importância científica, social e pedagógica.

Em relação ao aspecto científico, o trabalho dialoga sobre o tema, confrontando as ideias com outras pesquisas. Sobre a sua relevância social, ele se justifica porque trata do ensino fundamental considerando que é nessa fase que são construídas as bases essenciais para a aprendizagem contínua ao longo da vida do indivíduo.

No que diz respeito ao aspecto pedagógico, ele é relevante porque vai analisar como ocorre a inclusão dos estudantes das pessoas com deficiência intelectual nas escolas públicas, o que pode trazer contribuições significativas para o sistema de educação do município em questão.

Ainda, essa investigação trará uma contribuição relevante para o professor, uma vez que, especificamente, porque a formação docente no processo inclusivo é um dos elementos fundamentais, para que a verdadeira inclusão se fortaleça. Também servirá de estímulo para que o professor vá à busca de novos conhecimentos por meio da formação continuada ou em

serviço, proporcionando a ampliação e fortalecimento de seus conhecimentos na perspectiva de garantir uma aprendizagem satisfatória para todos.

Para as escolas, esse estudo servirá de base para a promoção de reflexões acerca do processo de inclusão, colaborando para a propulsão de mudanças que venham melhorar a aceitação das diferenças individuais nas escolas.

Nesse viés espera-se que o resultado dessa pesquisa possa contribuir de forma positiva para que a inclusão dos alunos com DI no ambiente escolar se realize de forma integral, levando-se em consideração que todos tem o direito de conviverem e aprenderem juntos (Brasil, 1996; UNESCO, 1994)

Diante do que foi debatido, esta tese além desta introdução foi estruturada em três partes, conectadas em um só conjunto, para facilitar melhor a consolidação do estudo. E está organizada da seguinte forma:

Na primeira parte aborda-se a Fundamentação Teórica, que é subdividido em três grandes partes que explanam sobre um breve histórico das pessoas com deficiências no Brasil, enfatizando as leis que abarcam a inclusão e processo de exclusão dessas pessoas ao longo da história. Logo adiante debate-se a importância da formação docente no contexto da inclusão para alunos com deficiência intelectual, como elemento fundamental da inclusão. Em uma outra parte do trabalho dialogamos sobre o papel da gestão escolar no paradigma da inclusão, apontando os desafios e as possibilidades e em seguida apontamos a importância do Projeto Político Pedagógico ser elaborado de forma coletiva, pois isso ele é tido como um documento escolar que promove a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar na construção e direcionamento das práticas educativas inclusivas.

Na segunda parte destaca-se a Marco Metodológico da pesquisa, conceituando o desenho metodológico, o contexto espacial e os participantes da pesquisa, bem como, as técnicas e instrumentos da coleta de dados, os procedimentos para validação dos instrumentos

da pesquisa para a realização da coleta de dados e por último as técnicas de análise e interpretação de dados.

Na terceira parte, serão abordados a Análise e Interpretação dos Resultados da pesquisa.

Finalizando, apresenta-se as Conclusões e Propostas, realizadas a partir das interpretações e da análise dos dados com vistas a responder os quatro objetivos específicos, apresentando algumas recomendações consideradas importantes para a continuidade dos estudos futuros.

MARCO TEÓRICO

1 BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR E NO BRASIL

O processo de inclusão, vem cada vez mais se fortalecendo tanto no ambiente escolar, como nos mais diversos segmentos sociais, uma vez que, já foi comprovado que ele tem favorecido todas as pessoas que possuem deficiências, garantindo a essas pessoas, o gozo deste bem tão precioso, que é o direito à educação com participação social (Brasil, 1988). Direito esse que muito tempo foi negado, colocando essas pessoas num patamar muito inferior em relação aquelas ditas “normais”. Para Rodrigues (2021, p. 302) “a inclusão legitima-se como o espaço de desenvolvimento e de construção de personalidade, é ela que vai proporcionar aos alunos especiais condições de se desenvolverem e se tornarem cidadãos, e viverem dignamente”. A inclusão é considerada como a condição que oferece oportunidades e suportes necessários para que os estudantes com deficiência possam progredir em seu crescimento e aprendizado, o que envolve adaptações curriculares, estratégias pedagógicas diferenciadas e apoios específicos.

Para melhor entendermos como se deu o processo de inclusão no Brasil, se faz necessário fazer uma garimpagem, na busca de vestígios que possam levar a compreensão quanto foi sofrido o processo da entrada das pessoas com deficiência no âmbito escolar.

Nessa direção, notamos que nas últimas décadas, mais especificamente a partir da década de 90, houve muitos movimentos e discussões acerca da importância de incluir as pessoas com deficiência no âmbito escolar (Quirino, 2020). Debates calorosos ocorreram nas esferas política, social e pedagógica, tendo como princípio o direito de todos, sem excluir ninguém, a uma educação de qualidade e com oportunidades equitativas (Brasil, 2015).

No Brasil essa temática começou a ser fortalecida a partir da Conferência Mundial de Educação Especial no ano de 1994 em Salamanca na Espanha quando foi proclamada a Declaração de Salamanca que “define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas Políticas Públicas da Educação” (UNESCO, 1994). Tal Declaração aponta para a importância da garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais¹ na escola, bem como, a conquista de seus direitos numa sociedade cheia de desigualdade sociais.

Somente no decorrer dos anos 2000 foi implantada uma política denominada “Educação Inclusiva” (Brasil, 2000), que integra os alunos com deficiências em escolas regulares, por meio de uma abordagem humanística, proporcionando a escola perceber que cada aluno tem suas particularidades e, portanto, eles devem ser considerados como diversidade, possuidores dos mesmos direitos como qualquer outro aluno considerado “normal”. Nesse sentido, as pessoas com deficiência devem ser reconhecidas como uma parte importante da diversidade humana e ter seus direitos garantidos em todas as áreas da vida, incluindo a educação. Portanto, é fundamental que as escolas e instituições de ensino adotem políticas e práticas inclusivas, que garantam que os alunos com deficiência tenham acesso à educação de qualidade, em igualdade de condições como os demais alunos, o que implica na disponibilização de recursos de acessibilidade, como intérpretes de libras, materiais em formatos alternativos e tecnologias assistivas entre outras ações que contemple a inclusão.

É importante destacar que a inclusão não é apenas uma questão de direitos, mas também de benefícios para toda a sociedade. Pois, ao promover a inclusão na educação e em outras áreas sociais, se promove a construção de uma sociedade mais justa que valoriza a diversidade e reconhece a importância das pessoas com deficiência como um valor fundamental (Batista e Cardoso, 2020).

¹ Pessoa com deficiência”. Termo adotado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006)

Quando as pessoas com deficiência são incluídas na sociedade como um todo, elas têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades e talentos, o que pode levar a uma maior participação no mercado de trabalho. Essas pessoas trazem uma perspectiva única e valiosa para a escola, enriquecendo a diversidade de ideias e experiências.

A inclusão também ajuda a combater o preconceito e a discriminação, uma vez que promove o respeito e a valorização de cada indivíduo. No entanto, é importante lembrar que a inclusão não deve ser vista como uma questão exclusiva da pessoa com deficiência, pois todos como membros da sociedade, têm um papel a desempenhar na construção de uma sociedade mais amorosa.

No sentido da amplo da palavra, a inclusão, contribui para um olhar mais apurado a respeito da acessibilidade e da adaptação de espaços públicos e privados, bem como, a conscientização sobre a sua importância e a luta contra os males sociais, como o preconceito e a discriminação.

A respeito da palavra “ Deficiência” de acordo com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, considera que:

- I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;
- II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e
- III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir

informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (Brasil, 1999).

Já o Decreto n.º 5296/04, vem regulamentar as leis 10.048 e 10.098/2000, considera:

I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e

II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

De fato, as pessoas com deficiência têm alcançado grandes avanços nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito à inclusão educacional e social. Além disso, tem havido um aumento na conscientização sobre os direitos e necessidades dessas pessoas na sociedade, o que tem impulsionado políticas públicas que visam garantir a inclusão e acessibilidade.

Para Batista e Cardoso (2020, p.2),

Para que a Educação Inclusiva seja bem-sucedida na escola é imprescindível que apresente acessibilidade desde a entrada até os equipamentos que favoreçam o ensino e a aprendizagem de todos os alunos. A acessibilidade pode ser definida como a forma de organizar os espaços para que todas as pessoas possam utilizá-lo de forma autônoma.

Para os autores, há muitos desafios a serem enfrentados, pois, muitas pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras para acessar serviços básicos, como transporte público,

saúde e emprego, tendo em vista que, vivemos em uma sociedade que ainda “aponta” aqueles que fogem aos padrões estabelecidos pela sociedade elitizada. Por outro lado, a acessibilidade ainda é uma questão importante de ser repensada, uma vez que muitos espaços públicos e privados ainda não estão adequadamente adaptados para pessoas com deficiências.

Nesse sentido, pode-se afirmar que ainda há muito trabalho a ser feito para garantir a inclusão plena e efetiva das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade e por isso se faz importante ressaltar para que haja um compromisso contínuo de governos, organizações e indivíduos para garantir que todas as pessoas, independentemente do tipo de deficiência, tenham acesso a oportunidades e recursos que lhes permitam realizar todo o seu potencial.

1.1 Fundamentos da educação inclusiva

No século XXI, os desafios da educação especial na perspectiva da inclusão nos levam a refletir sobre as facetas históricas e políticas implícitas nas abordagens pedagógicas e curriculares (Fonseca, 2022). É fundamental compreender que as abordagens pedagógicas e curriculares atuais são resultados de um longo processo de luta e superação de barreiras.

Durante muitos anos, as pessoas com deficiência foram excluídas do sistema educacional, sendo segregadas em instituições específicas ou simplesmente negadas a oportunidade de acessar a educação formal.

Ao longo do tempo, movimentos sociais, avanços legislativos e mudanças de paradigmas contribuíram para a promoção da inclusão na educação especial. Citamos novamente a Declaração de Salamanca, de 1994, que foi um marco importante nesse sentido, ao afirmar o direito de todas as crianças à educação inclusiva. Esse documento ressaltou a necessidade de adaptar o sistema educacional às necessidades de cada estudante, valorizando a diversidade e combatendo a discriminação (UNESCO, 1994).

No contexto político, muitos países têm promovido a implementação de políticas e legislações voltadas para a inclusão educacional. Leis de inclusão foram criadas para garantir o acesso igualitário à educação, bem como para fornecer suporte e recursos adequados às necessidades individuais dos estudantes com deficiência. Essas políticas têm como objetivo principal garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Em relação às abordagens pedagógicas e curriculares, a educação especial na perspectiva da inclusão busca romper com o modelo tradicional de ensino, que muitas vezes não atende às necessidades dos estudantes com deficiência (Dantas, 2017).

A abordagem inclusiva procura adaptar o currículo de forma a torná-lo acessível a todos os alunos, independentemente de suas habilidades e características individuais, como também contribui para a promoção do respeito às diferenças, buscando criar um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor para todos.

Segundo Coelho, et al., (2019, p.160) “o desenho do currículo escolar numa escola amplamente inclusiva envolve romper com práticas excludentes e concepções pedagógicas conservadoras”. Sendo assim, é essencial à escola romper com práticas excludentes e concepções pedagógicas conservadoras, o que implica necessariamente em repensar as estruturas e abordagens tradicionais que limitam o acesso e a participação de estudantes com deficiência.

É importante considerar a relevância e a representatividade dos conteúdos abordados no currículo, o que significa incluir perspectivas diversas e representativas da sociedade, abordando questões relacionadas à igualdade, inclusão, diversidade cultural, gênero, etnia, deficiência e outros aspectos que promovam a conscientização e a valorização da pluralidade humana e ao mesmo tempo a escola deve, “ investir na proposta de diversificação de conteúdos

e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos(Batista e Cardoso, 2020, p.5) .

Apesar dos avanços alcançados, ainda há desafios a serem enfrentados na educação inclusiva e em especial a falta de recursos adequados, e da formação adequada para os professores, bem como, a resistência a mudanças e a persistência de estereótipos e preconceitos. Esses aspectos são alguns dos obstáculos que ainda precisam ser superados para garantir uma inclusão efetiva, o que fere os fundamentos da educação inclusiva que são os princípios e conceitos-chave que sustentam a abordagem inclusiva na educação, eles fornecem a base para garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças ou necessidades, tenham igualdade de acesso a uma educação de qualidade.

1.2 A deficiência intelectual no mundo

A Deficiência Intelectual (DI) é concebida como as limitações nas habilidades mentais que algumas pessoas apresentam (Santos, 2022). Essas limitações estão ligadas à inteligência e as atividades que envolvem o raciocínio, resolução de problemas e o planejamento de suas ações no dia a dia, levando-o ao atraso no seu desenvolvimento cognitivo, e consequentemente apresentando dificuldades para aprender e interagir com o meio em que vive.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015, Art.2º)

Além das limitações nas habilidades intelectuais, essa deficiência também pode estar associada a limitações no comportamento, comunicação, emoções e habilidades sociais,

podendo tornar difícil para essas pessoas se comunicarem com outras pessoas, expressarem suas emoções e necessidades, e se adaptarem a diferentes situações sociais (Santos, 2022).

A Deficiência Intelectual até o século XVIII era confundida com doença mental e tratada exclusivamente pela medicina por meio da institucionalização que se caracterizava pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem, mantendo-as em instituições (orfanatos, manicômios), situadas em localidades distantes de suas famílias (Dornellas, et al., 2022).

Além da institucionalização, durante o século XVIII, a deficiência intelectual também era frequentemente associada a concepções errôneas e estigmatizantes. Essas concepções baseavam-se em visões negativas e preconceituosas, que consideravam as pessoas com deficiência intelectual como sendo menos humanas, inferiores ou até mesmo amaldiçoadas. Essa percepção negativa resultava em tratamentos cruéis e desumanos, nos quais elas eram frequentemente isoladas, negligenciadas e sujeitas a condições precárias de vida e muitas vezes, eram mantidas acorrentadas, confinadas em porões ou submetidas a procedimentos brutais, como lobotomias² e terapias aversivas. Inquietos, alguns membros da sociedade se esforçaram para promover uma abordagem mais compassiva e humana em relação à deficiência intelectual, com a França, no final do século XVIII, onde Jean-Marc Gaspard Itard (1774-1838) desenvolveu um método educacional inovador para tratar e educar crianças com deficiência intelectual, incluindo o famoso caso de Victor de Aveyron., que deu origem a um filme “O garoto selvagem”, que foi lançado no ano de 1970, cuja direção por feita por François Truffaut (1932-1984). Esse filme teve seu enredo baseado na história verídica do menino Victor. A história tem início em 1797, quando na França uma criança foi avistada por uma

² Intervenções que consistiam em desligar os lobos frontais direito e esquerdo de todo o encéfalo, visando modificar comportamentos ou curar doenças mentais (Masiero, 2004).

camponesa, a qual alegou ter visto uma espécie de “animal estranho” se movendo em meio aos arbustos. Assustada, a mulher chama três caçadores que correm em busca de capturar o “ser selvagem”, com cães e espingardas. Na verdade este “ser”, era um menino que estava nu, coberto de terra, andava com os pés e mãos arqueados, subia com habilidade nas árvores, enfrentava outros animais, e tinha comportamentos animais (Banks-Leite, 2017). Ao ser capturado pelos caçadores esse menino passou por uma série de observações e experiências na busca de compreender o que ele era, um idiota, ou um deficiente mental, por isso passou por várias secções de torturas.

No século XIX, começaram a surgir algumas instituições dedicadas ao cuidado e educação de pessoas com deficiência intelectual. Embora essas instituições ainda estivessem associadas a abordagens médicas e de segregação, elas representaram um primeiro passo rumo a uma compreensão mais abrangente e humanizada da deficiência intelectual (Ataíde, 2018).

Foi somente no século XX que ocorreram avanços significativos na forma como a deficiência intelectual era compreendida e abordada. Depois de muitos anos de exclusão e na tentativa de reverter esse quadro, cabia a cada ser “dito humano” detectar procedimentos que colaborasse para acabar com as atitudes preconceituosas e excludentes, e promover uma sociedade mais justa. Inconformados com essa situação, vários movimentos surgiram em prol da inclusão, o que colaborou para uma mudança no cenário social e escolar, porém ainda é possível perceber que o preconceito se perpetua nos dias atuais, mesmo que em muitos casos, se revelem de forma sutil e tímida, em virtude do esclarecimento que a população possui, através dos vários meios de informações (leis) e canais midiáticos.

No século XXI, a inclusão das pessoas com deficiência intelectual ainda tem sido um tema central nas discussões sobre direitos humanos, igualdade de oportunidades e acesso à educação e participação social. Houve avanços significativos na promoção da inclusão e no desenvolvimento de políticas e práticas que visam garantir os direitos e a participação plena das

peessoas com deficiência intelectual na sociedade. Alguns aspectos importantes desses movimentos inclusivos como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006 e ratificada por um grande número de países, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um marco fundamental na promoção da inclusão, reconhecendo os direitos humanos e liberdade fundamental das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com deficiência intelectual, e estabelece princípios e diretrizes para sua plena participação na sociedade.

A educação inclusiva tem sido um objetivo importante na luta pela inclusão das pessoas com deficiência intelectual, por isso, esforços têm sido feitos para garantir que todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes inclusivos. Podemos destacar que o acesso à tecnologia tem desempenhado um papel importante na promoção da inclusão das pessoas com deficiência intelectual, como: dispositivos de comunicação alternativa e aumentativa, softwares educacionais adaptados e tecnologias assistivas, têm proporcionado oportunidades de aprendizado, comunicação e participação social para essas pessoas.

Um aspecto fundamental da inclusão é a conscientização e o combate ao estigma em relação às pessoas com deficiência intelectual, são ações de sensibilização, campanhas de informação e a promoção de narrativas positivas e inclusivas que têm contribuído para mudar percepções e atitudes em relação à deficiência intelectual.

A inclusão das pessoas com deficiência intelectual também envolve sua participação ativa nas decisões que afetam suas vidas. Por isso, é fundamental garantir que elas tenham voz, autonomia e oportunidades de exercer sua cidadania plena, o que necessariamente envolve processos de tomada de decisão, a participação em atividades culturais, sociais e políticas, bem como o acesso a oportunidades de emprego e vida independente.

Embora muito tenha sido conquistado, ainda há desafios a serem enfrentados para alcançar a plena inclusão das pessoas com DI. É necessário um compromisso contínuo da sociedade em garantir direitos, eliminar barreiras e promover uma cultura inclusiva que valorize e respeite a diversidade.

1.2.1 Tipos de deficiência intelectual

Dentro do sistema educacional, a inteligência é alvo de profundas indagações, pelo fato de entender os diferentes níveis de aprendizagem que os alunos apresentam dentro de classes tão heterogêneas, para se atingir as metas que o próprio contexto educacional exige através das avaliações tanto interna como externas as quais os alunos são submetidos, configurando-se como uma das maiores preocupações dos professores. Nesse processo, o papel do professor, torna-se muito relevante, pois, sua interação direta com o aluno, possibilita conhecer suas habilidades, inclinações e potencializá-las, a fim de despertar seu interesse pelo conhecimento.

A teoria de Gardner (1994), se baseia no desenvolvimento cognitivo do ser humano buscando descrever a princípio, como os indivíduos utilizam suas inteligências para diante do conhecimento empírico “resolver problemas e criar produtos”. Nessa direção, a inteligência é a capacidade que o ser humano tem de agir de forma intencional afim de resolver problemas simples ou complexos gerando aprendizado contínuo.

De acordo com (Antunes, 2003, p. 11), a palavra “inteligência” tem sua origem no latim de “intellectus, deriva de intelligere: inter = entre e eligere = escolher” (p.11). Ainda para o autor a inteligência, é “a faculdade de compreender algo, alguém e o ambiente à nossa volta, estendendo-se à capacidade de analisar, resolver novos problemas e conflitos e adaptar-se a novas situações” (p.11). A inteligência é uma capacidade mental geral que envolve a habilidade de aprender, raciocinar, resolver problemas, compreender informações e adaptar-se a novas situações. É uma capacidade complexa e multifacetada que varia de pessoa para pessoa.

Por outro lado, a deficiência intelectual, é uma condição em que uma pessoa apresenta limitações significativas no funcionamento intelectual geral. Essas limitações podem afetar diferentes aspectos da cognição, como o raciocínio lógico, a capacidade de resolver problemas, a compreensão de informações e a adaptação a novas situações.

É importante destacar que a deficiência intelectual não está relacionada à falta de inteligência em si. Pessoas com deficiência intelectual têm habilidades intelectuais abaixo da média em comparação com a população em geral, mas isso não significa que elas não possuam nenhuma forma de inteligência.

Cada pessoa, independentemente de ter uma deficiência intelectual ou não, possui uma combinação única de habilidades, talentos e pontos fortes. A inteligência é uma construção complexa que não pode ser reduzida apenas a um número ou medida, como o QI (Quociente de Inteligência).

Assim é fundamental reconhecer e valorizar a diversidade de habilidades e talentos em todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência intelectual.

Nesse contexto, pode-se caracterizar os diferentes tipos de deficiência intelectual, que podem variar em termos de gravidade e características individuais.

1.2.1.1 Deficiência intelectual leve

As pessoas com deficiência intelectual leve, apresentam um nível de funcionamento intelectual ligeiramente abaixo da média. Elas podem ter dificuldades em áreas como aprendizado acadêmico, habilidades sociais e autocuidado, mas geralmente são capazes de viver de forma independente com o apoio apropriado.

Para, Pereira (2020, p.2):

De modo geral, a deficiência intelectual leve se refere a limitações no campo intelectual que atinge o raciocínio, soluções de problemas cotidianos,

planejamento e abstração. O campo social é caracterizado por dificuldades de manifestação e compreensão de pistas sociais, além da imaturidade com pares da mesma idade. E no campo prático, a pessoa demonstra necessidade de ajuda para a execução de atividades diárias.

Indivíduos com deficiência intelectual leve podem ser capazes de realizar tarefas do dia a dia de forma independente, embora possam precisar de algum suporte ou orientação em certas situações. Essa condição é caracterizada por um QI na faixa de 50 a 69 (Pereira, et al., 2015).

É importante destacar que a deficiência intelectual leve é apenas uma das categorias dentro do espectro da deficiência intelectual, que também inclui deficiência intelectual moderada, grave e profunda, cada uma com diferentes níveis de limitações e necessidades de suporte.

É fundamental tratar cada pessoa com respeito e empatia, reconhecendo suas habilidades e necessidades individuais (Pereira, et al., 2015). A deficiência intelectual leve não define a totalidade de uma pessoa, e indivíduos com essa condição podem ter uma vida plena e significativa, com o apoio adequado da família, da comunidade e dos profissionais de saúde.

1.2.1.2 Deficiência Intelectual Moderada

Indivíduos com deficiência intelectual moderada têm um nível de funcionamento intelectual mais baixo do que a média. Eles podem enfrentar desafios significativos em habilidades acadêmicas, comunicação e independência. Geralmente, requerem suporte em suas atividades diárias e podem se beneficiar de programas de educação especializados. De acordo com (Barreto, 2020, p.98),” no caso da moderada a criança necessita de auxílio, apresentando maior dificuldade na compreensão e no uso da linguagem tendo uma vida acadêmica mais restrita”. Na deficiência intelectual moderada, as limitações intelectuais são mais significativas do que na deficiência intelectual leve.

Uma criança com deficiência intelectual moderada apresentará maiores dificuldades na compreensão e no uso da linguagem, bem como em outras áreas acadêmicas. Essas dificuldades na compreensão da linguagem podem afetar a capacidade de se comunicar de forma eficaz, tanto na expressão verbal quanto na compreensão do que é dito por outras pessoas, o que pode resultar em desafios no aprendizado, na participação em atividades escolares e no desenvolvimento de habilidades sociais. A pessoa com deficiência intelectual moderada possui o QI na faixa de 35 a 49 (Pereira, et al., 2015).

Devido às limitações intelectuais mais pronunciadas, as crianças com deficiência intelectual moderada geralmente requerem um nível mais alto de suporte e intervenção educacional. Elas podem necessitar de programas educacionais especiais ou de classes com currículos adaptados para atender às suas necessidades individuais. Os métodos de ensino podem incluir estratégias visuais, concretas e repetição para auxiliar na compreensão e aprendizado.

A vida acadêmica das crianças com deficiência intelectual moderada pode ser mais restrita em termos de oportunidades educacionais e de participação em certas atividades. No entanto, é importante ressaltar que cada indivíduo é único e pode apresentar diferentes níveis de habilidades e potencialidades, mesmo dentro da categoria de deficiência intelectual moderada. O apoio adequado de profissionais da educação, terapeutas e da família pode desempenhar um papel fundamental em ajudar a criança a desenvolver suas habilidades, promover sua inclusão social e proporcionar uma vida plena e significativa, mesmo com as limitações associadas à deficiência intelectual moderada.

1.2.1.3 Deficiência Intelectual Grave

Pessoas com deficiência intelectual grave têm um funcionamento intelectual muito limitado. Elas apresentam grandes dificuldades em áreas como linguagem, habilidades motoras e autocuidado. Geralmente necessitam de apoio constante em todas as áreas da vida e podem requerer cuidados em tempo integral. No entendimento de Barreto (2020) a deficiência intelectual grave “possui um grau maior de dependência, devido a maior prejuízo intelectual, funcional e motor” (p.98), é caracterizada por um nível mais acentuado de limitações intelectuais, funcionais e motoras em comparação com os outros níveis de deficiência intelectual. Nesse caso, as pessoas apresentam um maior grau de dependência para realizar atividades do dia a dia.

Indivíduos com deficiência intelectual grave geralmente têm um funcionamento cognitivo significativamente abaixo da média (QI na faixa de 20 a 34). Suas habilidades de aprendizado, raciocínio e compreensão podem ser extremamente limitadas (Pereira, et al., 2015). Eles podem ter dificuldades em adquirir novos conhecimentos, em seguir instruções complexas e em resolver problemas cotidianos. As limitações funcionais e motoras também são mais acentuadas na deficiência intelectual grave, o que significa que as habilidades motoras, como a coordenação e o controle muscular, podem estar bastante comprometidas. A pessoa pode ter dificuldades em movimentar-se de forma independente, em realizar tarefas básicas de autocuidado e em se locomover no ambiente. Como resultado dessas limitações, essas pessoas geralmente requer um alto nível de apoio e assistência para realizar as atividades diárias. Elas podem precisar de cuidadores ou profissionais de apoio em tempo integral para ajudá-las nas tarefas de rotina, no cuidado pessoal, na alimentação e na mobilidade, principalmente no ambiente escolar.

Vale enfatizar que, apesar das limitações, cada pessoa com deficiência intelectual grave é única e possui suas próprias habilidades e potencialidades. Com o apoio e os recursos adequados, essas pessoas podem desenvolver habilidades funcionais, obter qualidade de vida e

participar ativamente da sociedade, de acordo com suas capacidades individuais. A atenção e o cuidado personalizados são fundamentais para promover o bem-estar e a inclusão desses indivíduos na sociedade em geral.

1.2.1.4 Deficiência Intelectual Profunda

A deficiência intelectual profunda é caracterizada por um funcionamento intelectual extremamente limitado. As pessoas com esse tipo de deficiência têm sérias dificuldades em se comunicar, adquirir habilidades motoras e realizar atividades diárias. Elas requerem cuidados e suporte intensivos em todos os aspectos da vida.

Nos estudos de Hallberg e Bandeira (2021):

os indivíduos afetados por DI de classificação profunda possuem comunicação muito limitada e capacidade para aprendizado formal restrita a conhecimentos mais básicos e concretos. É comum a presença de deficiências motoras e sensoriais. Normalmente, requerem suporte diário em um ambiente supervisionado para um cuidado adequado (p.2).

Além das deficiências motoras, é possível que essas pessoas também tenham deficiências sensoriais, como problemas de visão ou audição, podendo afetar a capacidade de receber e processar informações sensoriais do ambiente, o que pode ter um impacto significativo na comunicação, na interação social e no acesso a informações.

Devido a essas limitações intelectuais, motoras e sensoriais, as pessoas com deficiência intelectual grave geralmente necessitam de um ambiente supervisionado para garantir um cuidado adequado.

Um ambiente supervisionado pode fornecer a estrutura necessária para atender às necessidades básicas de cuidado pessoal, monitorar a saúde, fornecer estimulação adequada e promover a participação em atividades educacionais, terapêuticas e recreativas. Esse ambiente

também pode oferecer um suporte social e emocional importante para garantir o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual grave.

É importante mencionar que a deficiência intelectual pode coexistir com outras condições médicas ou deficiências, como transtornos do espectro autista (TEA) ou deficiências físicas. Portanto, um plano de suporte individualizado e abordagens adaptadas são fundamentais para promover o desenvolvimento e a inclusão dessas pessoas.

1.3 Os desafios que a pessoa com deficiência intelectual enfrenta na sociedade

A pessoa com deficiência intelectual costuma apresentar dificuldades de compreender ideias, estabelecer relações sociais, obedecer às regras, entre tantas outras habilidades própria do ser humano, culminando na dificuldade de sua interação com a sociedade. Por isso, podem limitar sua plena participação e inclusão. O fato dessas limitações ocorrer na maioria das vezes na pessoa do DI tem colaborado em alguns casos para a dificuldade dessas pessoas em acessar oportunidades educacionais, de emprego e de participação na comunidade. Essas barreiras precisam ser corrigidas, pois, a falta de apoios adequados e atitudes negativas colaboram ainda mais para impedir a sua participação plena no sistema educacional. O estigma associado à deficiência, a falta de oportunidades de capacitação e a falta de acessibilidade no local de trabalho podem dificultar a inclusão no mercado de trabalho.

Um outro desafio que essas pessoas enfrentam é o acesso à saúde e adaptados às suas necessidades, em muitos casos essa dificuldade se dá pela falta de profissionais capacitados prejudicando ainda mais os cuidados com saúde, essa já muito debilitada por vezes devido a sua condição de deficiente, limitando a sua participação nas atividades sociais e escolar. Para Franco, et al., (2018), a participação em atividades sociais, culturais e recreativas pode ser desafiadora para pessoas com deficiência intelectual. Barreiras como atitudes discriminatórias, falta de acessibilidade em espaços públicos e falta de apoio adequado podem limitar suas

oportunidades de interação social e envolvimento na comunidade. São desafios postos a eles, que só com políticas eficazes e a participação da família podem ser sanados. No entendimento de Portela e Borges (2018) a família desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão das pessoas com deficiência intelectual. No entanto, as famílias muitas vezes enfrentam desafios significativos ao buscar apoio adequado, serviços e recursos para atender às necessidades de seus entes queridos, partindo do pressuposto que a questão do acesso à saúde pública não é uma questão somente da pessoa com DI, mas se estende a todos aqueles que a buscam.

Apesar dos desafios que essas pessoas enfrentam na sociedade, é importante lembrar que rotulá-las com base em suas limitações não contribui para os avanços do melhoramento de suas dificuldades. Nesse contexto, é preciso valorizar suas habilidades e reconhecer sua dignidade como seres humanos. É importante ainda que as pessoas com esse tipo de deficiência recebam suporte adequado e oportunidades de desenvolvimento para que possam alcançar seu potencial máximo, para isto, eles têm o direito do uso de terapias, recursos educacionais especializados, apoio emocional e social, e oportunidades de emprego e atividades de lazer inclusivas (Pizzio, Lopes e Rosa, 2018).

A ciência ainda não sabe as causas que leva a criança a nascer com DI, alguns especialistas atribuem as causas diferentes, entre elas: genéticas; complicações perinatais, má-formação fetal; problemas durante a gravidez; desnutrição severa e o envenenamento por metais pesados durante a infância. Sendo assim, as causas da deficiência intelectual podem ser variadas e complexas, e em alguns casos, a ciência ainda está buscando respostas mais claras. Embora muitos casos de deficiência intelectual não tenham uma causa identificável, existem algumas condições e fatores conhecidos que podem contribuir para o desenvolvimento dessa condição (Silva e Vendrame, 2018).

Mesmo diante de suas limitações, a pessoa com DI é capaz de aprender, dependendo dos estímulos que lhes são oferecidos, e das metodologias empregadas pelo professor, além de um ambiente escolar acolhedor.

1.3.1 A inclusão da pessoa com deficiência intelectual no sistema de ensino

A inclusão da pessoa com deficiência intelectual no sistema de ensino tem evoluído nas escolas brasileiras, embora ainda existam muitos desafios a serem superados. Desde a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, houve uma maior conscientização e esforços para garantir o acesso à educação de qualidade para todos. No Brasil, o modelo de inclusão tem como base o princípio da educação inclusiva, que busca promover a participação plena e igualitária de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e habilidades (Brasil, 2015) ressignificando o papel da escola, sendo incentivadas a receber e matricular alunos com deficiência intelectual em suas classes regulares, em vez de segregá-los em escolas especializadas.

Para implementar a inclusão, algumas escolas têm adotado medidas como a capacitação de professores, a adaptação de materiais didáticos e recursos pedagógicos, a disponibilização de apoio especializado, como o auxílio de professores de apoio ou intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais), e a promoção de atividades que incentivem a interação e a colaboração entre todos os alunos. Além disso, o Ministério da Educação (MEC) tem desenvolvido políticas públicas para apoiar a inclusão, como a criação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que oferece recursos financeiros para escolas desenvolverem ações de inclusão, e a disponibilização de salas de recursos multifuncionais, que são espaços equipados com materiais e tecnologias para auxiliar no processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência (Brasil, 2015).

Contudo, muitas escolas enfrentam dificuldades na adaptação curricular e na formação adequada dos professores para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual. A falta de conhecimento e capacitação adequada pode dificultar a compreensão das necessidades individuais dos alunos e a aplicação de estratégias eficazes de ensino.

A falta de estrutura e recursos adequados em algumas escolas dificulta a implementação plena da inclusão. A ausência de rampas de acesso, banheiros adaptados, corredores amplos o suficiente para a circulação de cadeiras de rodas ou salas de aula com mobiliário flexível pode dificultar a participação e a mobilidade desses alunos.

Um outro fator preponderante no processo de inclusão e que merece destaque é falta de recursos pedagógicos adaptados e materiais didáticos acessíveis pode dificultar a aprendizagem e a participação dos alunos com deficiência intelectual. O objetivo da inclusão é proporcionar igualdade de oportunidades e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, permitindo que desenvolvam seu potencial máximo e se tornem cidadãos participativos na sociedade (Brasil, 2015), reconhecendo que todos têm o direito de receber uma educação de qualidade, independentemente de sua origem étnica, gênero, deficiência ou outras características pessoais. Sendo assim, ela tem caráter objetivo que é o de promover a justiça social, combatendo a discriminação e a exclusão, proporcionando um ambiente de convivência diversificado, onde os alunos têm a oportunidade de interagir com colegas de diferentes origens e habilidades.

Apesar desse ganho social com a inclusão das pessoas com deficiências no âmbito escolar, sabe-se que existe um grande entrave nesse processo na atual situação educacional, principalmente pela ausência da formação docente que o prepare para trabalhar no contexto inclusivo. Contudo, não se pode esquecer o que é garantido com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, p.02).

Então, enquanto direito a educação, se faz necessário que o sistema educacional promova dentro do seu espaço, o respeito, a empatia, a compreensão e a valorização das diferenças. A presença das pessoas com deficiência dentro da sala de aula, colabora para que os alunos aprendem a conviver em uma sociedade plural e inclusiva, beneficiando os alunos com deficiência intelectual, podendo ter um impacto positivo nos demais alunos. Ao promover uma educação inclusiva, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver habilidades de colaboração, na resolução de problemas e na comunicação, o que pode melhorar o desempenho acadêmico de todos os alunos (Brasil, 2015).

A inclusão escolar prepara os alunos para uma sociedade inclusiva, onde a diversidade é valorizada contribuindo para os alunos se tornem cidadãos ativos e participativos em suas comunidades colaborando para que a educação cumpra seus tem quatro pilares:

Aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser.

Firmar a educação inclusiva em todos esses pilares é garantir que a aprendizagem de crianças e jovens com deficiência aconteça por meio das várias possibilidades de desenvolvimento que podemos encontrar na escola (Ferreira, 2018, p. 4).

De acordo com a UNESCO (2001), o “aprender a conhecer” enfatiza o desenvolvimento do pensamento crítico, da curiosidade intelectual e da capacidade de adquirir conhecimento, ou seja, versa sobre a compreensão do mundo e de nós mesmos, do objetivo de se viver dignamente, da necessidade de se desenvolver capacidades apropriadas a realidade atual.

Dito de outro modo, o aprender a conhecer envolve aquisição de conhecimentos, habilidades e competências em diversas áreas do conhecimento, bem como a capacidade de buscar informações, analisá-las e avaliá-las de forma crítica. É um processo contínuo de aprendizagem que promove a compreensão, a reflexão e a criatividade.

O “aprender a fazer”, concentra-se no desenvolvimento de habilidades práticas, profissionais e técnicas e enfatiza a importância da educação voltada para a ação e a aplicação do conhecimento em situações reais.

Aprender a fazer não pode, pois, continuar a ter o significado simples de preparar alguém para uma tarefa material bem determinada, para fazê-lo participar no fabrico de alguma coisa. Como consequência, as aprendizagens devem evoluir e não podem mais ser consideradas como simples transmissão de práticas mais ou menos rotineiras, embora estas continuem a ter um valor formativo que não é de desprezar (Delors, 1998, p. 93).

O aprender a fazer envolve o desenvolvimento de habilidades manuais, técnicas e profissionais, bem como a capacidade de resolver problemas, trabalhar em equipe, tomar decisões e adaptar-se a novas situações. É por meio desse aprendizado prático que os indivíduos se tornam aptos a enfrentar os desafios do mundo do trabalho e da vida cotidiana.

No pilar “aprender a conviver”, destaca-se a importância das habilidades sociais, emocionais e éticas para a interação harmoniosa e respeitosa com os outros. Envolve o desenvolvimento da empatia, da comunicação eficaz, do respeito mútuo, da resolução de conflitos e da valorização da diversidade. É por meio desse aprendizado social e emocional que os indivíduos se tornam cidadãos responsáveis, capazes de contribuir para uma sociedade justa, inclusiva e pacífica. Nussbaum (1997) propõe uma abordagem baseada em habilidades emocionais e sociais, incluindo a aprendizagem de como conviver com os outros, como parte essencial do processo educacional. A autora destaca a importância de promover a compreensão

mútua, o diálogo, a empatia e a capacidade de lidar com as diferenças culturais, étnicas e sociais. Nussbaum argumenta que a educação deve capacitar os alunos a se envolverem de forma crítica e colaborativa com os outros, a fim de criar sociedades mais justas e inclusivas.

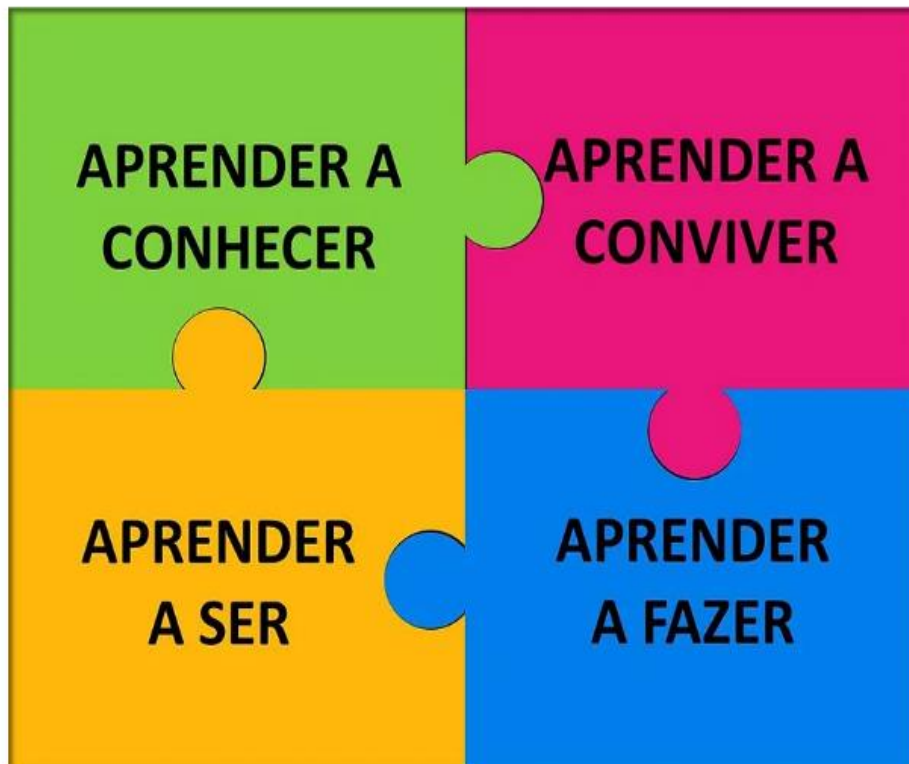
O “aprender a ser” enfatiza o desenvolvimento integral do indivíduo como um todo, abrangendo não apenas aspectos intelectuais, mas também emocionais, físicos e espirituais. Aprender a ser envolve o cultivo da autoconsciência, da autonomia, da criatividade, da ética e do senso de identidade. É por meio desse aprendizado que os indivíduos descobrem seu potencial, constroem sua personalidade e se tornam seres humanos autênticos e realizados. Delors (1998) destaca a importância do pilar "aprender a ser" como um dos quatro pilares essenciais da educação, ao lado de "aprender a conhecer", "aprender a fazer" e "aprender a conviver". Ele argumenta que o objetivo fundamental da educação deve ser o desenvolvimento integral do indivíduo, incluindo sua dimensão pessoal, social, cidadã e ética.

Segundo Delors (1998), "aprender a ser" refere-se ao desenvolvimento das habilidades e competências que permitem às pessoas se tornarem cidadãos autônomos, responsáveis, críticos, criativos e capazes de enfrentar os desafios da vida de forma significativa. Esse pilar enfatiza a importância do autoconhecimento, da autorreflexão, da autodeterminação e do cultivo de valores humanos universais, como respeito, dignidade, justiça e solidariedade.

Enfim, esses quatro pilares estão interconectados e complementares, fornecem uma base educacional sólida que busca formar indivíduos completos, capazes de lidar com os desafios e demandas do mundo atual.

O objetivo desses pilares na educação é promover a formação de pessoas críticas, criativas, colaborativas e humanas, preparadas para contribuir para o progresso individual e coletivo. Na figura n.º 1 é apresentado, como esses pilares se conectam entre si.

Figura n.º 1: Os quatro pilares da educação



Fonte: <https://www.passedemagica.org.br/single-post/2015/05/11/quebra-cabe%C3%A7a-da-educac%C3%A3o-como-os-4-pilares-e-a-pedagogia-de-emerg%C3%Aancia-contribuem-para-a>.

A importância de os pilares da educação estarem conectados entre si reside no fato de que cada pilar complementa e fortalece os demais, proporcionando uma educação mais abrangente e significativa.

Os quatro pilares, “*aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*” (Morin, 2000), não devem ser vistos como elementos isolados, mas sim como componentes interdependentes de uma educação integral, o que promovem um aprendizado mais holístico, abordando diferentes dimensões do desenvolvimento humano.

1.4 Estratégias pedagógicas para o ensino inclusivo

A criação de estratégias eficazes de ensino inclusivo é um fundamental para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e se sintam valorizados e incluídos no ambiente escolar. Para alcançar esse objetivo, a escola precisa adotar uma abordagem abrangente e comprometida com a diversidade e as necessidades individuais dos alunos (Brasil, 1996). Uma das primeiras etapas para criar estratégias inclusivas é conhecer e respeitar a diversidade presente na escola. Cada aluno é singular, com suas próprias características, habilidades, interesses e desafios. Ao reconhecer e valorizar a diversidade étnica, cultural, socioeconômica, de gênero, de habilidades e outras, a escola pode estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias inclusivas (Brasil, 2015).

É fundamental adotar práticas de ensino diferenciadas para atender às necessidades individuais dos alunos, o que implica em oferecer uma variedade de abordagens de ensino e materiais didáticos adaptados. Ao diversificar as estratégias de ensino, como aulas expositivas, discussões em grupo, trabalhos em equipe, projetos práticos e uso de tecnologia, a escola pode envolver todos os alunos no processo de aprendizagem, proporcionando oportunidades para que eles se engajem de maneira significativa (Pizzio, Lopes e Rosa, 2018). A participação ativa de todos os alunos é fundamental para criar um ambiente inclusivo, sendo papel da escola incentivar essa participação e oferecer oportunidades para que todos expressem suas ideias, façam perguntas e compartilhem suas perspectivas. Ao criar uma cultura de respeito e valorização das contribuições de cada aluno, a escola promove um senso de pertencimento e colaboração.

A adaptação e modificação das atividades e avaliações são aspectos essenciais do ensino inclusivo. A escola deve estar pronta para fazer adaptações para atender às necessidades individuais dos alunos, como fornecer suporte adicional, oferecer tempo extra, disponibilizar materiais alternativos ou ajustar a forma como os alunos demonstram seu aprendizado. Essas adaptações garantem que todos os alunos tenham a oportunidade de participar plenamente e

alcançar seu potencial máximo (Brasil, 2001). Assim, uma escola que se centra na aprendizagem de todos, são as escolas que preparam seus aprendentes para o futuro. Nessa ótica, a colaboração e comunicação aberta entre os professores e os profissionais de apoio são essenciais para garantir uma abordagem integrada e inclusiva (Brasil, 1999), e contribui para a formação de cidadãos respeitosos e solidários (Freire, 1996). Sendo assim, é fundamental que a escola crie mecanismos para aceitar a inclusão por diversos motivos, entre esses, ter o conhecimento de que todos os indivíduos têm o direito fundamental à educação (Brasil, 1988), independentemente de suas diferenças e necessidades. Agindo assim, a escola assegura que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e se beneficiem do aprendizado e do desenvolvimento pessoal.

.

2 A FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA INCLUSÃO

No atual cenário educacional em que a inclusão vem sendo implementada na escola mesmo por imposição da sociedade e das leis que abarca esse processo, a questão da formação docente tem sido alvo de críticas, uma vez que muitos professores dizem não sentirem preparados para o processo de inclusão escolar.

A respeito do princípio da inclusão segundo a Declaração de Salamanca, diz que:

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isso seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas podem ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades.(Declaração de Salamanca, 1994, p. 11-12)

Embora cientes de que o conhecimento dos direitos humanos tem favorecido o reconhecimento das diferenças e a ampliação de espaços, resultando em uma maior participação de sujeitos com deficiências no sistema de ensino, a formação do professor ainda precisa ser repensada de forma que ela atenda os preceitos estabelecidos para a educação especial.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, recomenda aos governos que “no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas” (UNESCO, 1994, p. 2) (Grifos nossos).

Nesse direcionamento, a formação docente, é um elemento essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade e para equipar o professor com as habilidades, conhecimentos

e atitudes para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência.

Tal formação, deve possibilitar ao professor entender a variedade de características dos alunos com deficiência, bem como ter conhecimento sobre estratégias de ensino diferenciadas para atender a essas necessidades, capacitando-os para trabalharem com metodologias inclusivas, que promovam a participação significativa de todos os alunos na sala de aula.

No que diz respeito quanto à organização das políticas de formação de profissionais da educação básica no Brasil, está em vigor o documento: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Esse documento, que foi publicado no Diário Oficial da União, em 15 de abril de 2020, estabelece o seguinte:

Art. 1º A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação), constante do Anexo, a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação docente.

Parágrafo único. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e a BNC-Formação têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018.

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos

intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral (Brasil, 2019, p. 2).

Essas competências gerais estão relacionadas às habilidades, conhecimentos e atitudes que um professor deve adquirir ao longo de sua formação para desempenhar seu papel de forma eficaz.

A formação docente deve promover sempre a reflexão e a conscientização sobre as atitudes, crenças e valores em relação à inclusão e para isso, os professores devem ser incentivados a desenvolver atitudes inclusivas, livres de preconceitos e estereótipos, para criar um ambiente acolhedor e respeitoso para todos os alunos.

É fundamental que a formação docente seja contínua e atualizada, pois novas abordagens e conhecimentos surgem constantemente na área da inclusão educacional. Além disso, é importante fornecer apoio e recursos contínuos aos professores após a formação inicial, por meio de programas de desenvolvimento profissional, supervisão e troca de experiências com outros profissionais.

A formação docente não se limita apenas a adquirir conhecimentos teóricos, mas também a desenvolver habilidades práticas e atitudes inclusivas. Dessa forma, os professores estarão mais bem preparados para criar ambientes educacionais inclusivos, promovendo o sucesso acadêmico e o bem-estar de todos os alunos.

De um modo geral, diante das demandas de mudanças e transformações nas legislações educacionais e na sociedade, as demandas advindas da educação inclusiva a formação docente é relevante para a melhoria do atendimento educacional, da qualidade social da educação e do desenvolvimento profissional dos professores.

2.1 As práticas pedagógicas dos professores no cenário inclusivo

As práticas docentes para alunos com deficiência é um assunto pertinente que requer reflexões, por ser uma temática que vem sendo discutido nos centros de debates, inclusive no âmbito escolar, exigindo mudanças, aprimoramentos e ressignificações no fazer pedagógico do professor.

No contexto inclusivo, as práticas pedagógicas são fundamentais para promover a igualdade de oportunidades e garantir o aprendizado de todos. Para isso, o professor precisa adaptar sua instrução para atender às necessidades individuais de seus alunos, incluindo o uso de materiais de ensino variados, estratégias de ensino diferenciadas e a oferta de suporte adicional para os alunos que precisam. Também é relevante que o professor trabalhe em estreita colaboração com outros profissionais, para identificar as necessidades dos alunos e planejar estratégias de ensino adequadas. Além disso, o professor deve ser conhecedor dos empecilhos acerca da inclusão do sujeito tanto no campo educacional quanto no social (Lustosa e Melo, 2018).

Nessa ótica, os professores precisam utilizar recursos e tecnologias assistivas para apoiar os alunos com necessidades específicas, como o uso de softwares educativos no sentido de promover a equidade.

A Base Nacional Curricular Comum - BNCC (Brasil, 2017), traz em suas normativas que a equidade na educação “[...] requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015)” (Brasil, 2018, p. 16). Sendo assim, uma das possibilidades para que o professor repense sua prática, está intimamente ligada à metodologia que ele utiliza no seu fazer pedagógico, sendo essencial que questione estereótipos, preconceitos e barreiras que possam influenciar sua prática. Assim, é fundamental que ele desenvolva uma mentalidade aberta e inclusiva repensando sua ação pedagógicas diante de inclusão escolar.

Para Papim et al., (2018),

O professor deve ter as estratégias para realizar uma metodologia satisfatória que seja inclusiva. Para isso, a instituição educativa deve ser ativamente participante da construção de um currículo flexível e adaptado à realidade dos estudantes, com diferentes tipos de ensino e avaliação, segundo suas competências. (p.18)

Ao reconhecer a diversidade dos estudantes e suas necessidades individuais, o professor pode adotar uma abordagem inclusiva na elaboração do currículo, considerando diferentes tipos de saber de cada um.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (Brasil, 1997) apontam sugestões de práticas pedagógicas, tocando na questão das adaptações pertinente ao processo inclusivo, ao citar que: “as adaptações se distinguem em dois grupos: as adaptações metodológicas e didáticas e as adaptações nos conteúdos curriculares no processo avaliativo” (Brasil, 1997, p. 36). Tais adaptações deve levar o aluno com DI, a compreender os conteúdos e o professor a reconhecer a diversidade dos estudantes e suas necessidades individuais. Uma prática pedagógica nessa ótica colabora para que os alunos percebam as diferenças entre seus colegas, respeitando, interagindo, mas, acima de tudo, compreendendo que cada um dentro da sala de aula, constrói seus conhecimentos de maneira diferenciada.

Enquanto promotora do desenvolvimento das aprendizagens, a escola é responsável em também em preparar ambiente que contribua para que a inclusão escolar cada vez mais se fortaleça na direção da efetivação desse processo. Cabendo ainda a escola elaborar propostas e projetos, e oferecer os mais diversos tipos de recursos pedagógicos para esses alunos, como também ofertar a formação continuada de seus funcionários, principalmente para o professor.

2.2 Legislação e políticas de inclusão: um processo em implementação

A condução das políticas brasileiras para a educação especial esteve por um longo tempo mantidas por um grupo de pessoas que não compreendia como era importante o processo de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Tudo isso motivou algumas pessoas ligadas a movimentos particulares e beneficentes de assistência aos deficientes que até hoje têm muito poder sobre a orientação das grandes linhas da educação especial. Foram muitas pessoas de vários segmentos (pais, professores, psicólogos) entre outros, que lutaram para incluir a pessoa com DI no âmbito escolar.

De um modo geral, foram elaboradas várias leis, “muitas já tocadas nesse estudo), que abraçam a inclusão garantindo os direitos e promovendo a aprendizagem, estimulando a autonomia e a independência das pessoas com deficiência em todas as fases da vida, um desejo contido no Plano Nacional da Educação -PNE (Brasil, 2001c) que estabeleceu na sua Meta 4, o objetivo de universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência o acesso à educação de acordo com o modelo de inclusão. A abordagem prioriza o direito de todos os estudantes frequentarem as salas regulares, combatendo qualquer discriminação, prevendo espaços de atendimento educacional especializado (AEE), como medida complementar e não substitutiva da sala de aula comum, que podem ser frequentados pelos estudantes com deficiência no contraturno.

Assim, as legislações e as políticas de inclusão são instrumentos essenciais para promover a igualdade de direitos e oportunidades garantindo a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida social, incluindo educação, emprego, acesso a serviços e participação na comunidade (Brasil, 2008).

É importante ressaltar que a implementação efetiva das legislações e políticas de inclusão requer não apenas a existência desses instrumentos legais, mas também um compromisso real e contínuo dos governos, instituições, sociedade civil e de toda a comunidade. A conscientização, a sensibilização e a promoção de uma cultura inclusiva são fundamentais

para transformar as leis em práticas efetivas e alcançar uma sociedade verdadeiramente inclusiva para todas as pessoas.

2.3 O papel do professor da sala regular

O professor desempenha um papel fundamental no processo de inclusão, seja desenvolvendo um ambiente acolhedor e respeitoso, seja fomentando nos alunos o respeito as aprendizagens de cada um de forma individualizada e coletiva. O professor nesse processo precisa ser aquela figura que inspira o aluno a descobrir e desenvolver seus potenciais. Portanto, “[...] a perspectiva inclusiva não significa propor outro currículo ou um currículo diferente, mas uma diferenciação nos métodos, nas estratégias, no tempo, nos materiais, entre outros, possibilitando a participação do aluno com deficiência nas atividades escolares” (Duek, 2018, p. 29). A diferenciação pedagógica é uma prática fundamental na educação inclusiva, o que implica em ajustar a forma como o conteúdo é ensinado para atender às necessidades individuais de cada aluno, que inclui a adaptação da apresentação do material, a utilização de estratégias de ensino variadas e a oferta de suporte personalizado.

Alunos com deficiência de um modo geral precisam de recursos adicionais, como tecnologia assistiva, no qual a escola precisa garantir que esses recursos estejam disponíveis quando necessário, tendo o professor como mediador e conhecedor de suas atribuições.

Buscando o entendimento de Gadotti (2003) a esse respeito, o autor afirma que:

Para ser professor é necessário: “ter uma concepção de educação; ter uma formação política, ética, isto é, ter compromisso; respeitar as diferenças; ter uma formação continuada; ser tolerante diante de atitudes, posturas e conhecimentos diferentes; preparar-se para o erro e a incerteza; ter autonomia didático pedagógica; ter domínio do saber específico que leciona; ser reflexivo e crítico; saber relacionar-se com os alunos; ter uma formação geral,

polivalente e transversal”. Enfim... fazer da profissão um projeto de vida. (p. 39)

A citação acima apresenta uma visão abrangente e holística do que é necessário para ser um professor efetivo, com vistas a trabalhar com a inclusão, o que nos possibilita compreender que ser professor vai muito além das simples habilidades técnicas de ensino.

A profissão de professor vai além da simples transmissão de conhecimento, envolve um comprometimento profundo com o desenvolvimento integral dos alunos, uma abordagem ética e reflexiva, além de uma disposição constante para aprender e se adaptar. Fazer da profissão um projeto de vida significa incorporar esses princípios em todas as facetas do trabalho educacional, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios do mundo.

É relevante destacar o que Gomes (2019) chama a atenção a respeito da organização do tempo disponível que os professores precisam para lançar suas inquietações e realizarem suas adaptações no planejamento diário, pois, eles dependem dele para criarem uma rotina diária escolar.

O tempo, é um assunto polêmico quando se fala no professor preparar suas aulas, para alguns, o planejamento é uma questão prática, utiliza o mesmo planejamento de anos anteriores para o ano atual. É um problema sério, que tem se observado na maioria das práticas do professor na escola, o que impacta severamente em um fazer excludente.

2.4 Identificação e avaliação dos estudantes com deficiência intelectual no âmbito escolar

A avaliação dos estudantes com deficiência intelectual é fundamental do processo educacional inclusivo, para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação com vistas ao desenvolvimento de suas habilidades, levando o professor a perceber se o alunos apresenta dificuldades no seu processo e assim. No entanto, “diagnosticar a deficiência é muito

difícil porque acarreta fatores emocionais que precisam ser bem trabalhados, pois este processo deve acontecer da forma mais natural possível” (Rodrigues, 2021, p. 301).

A escola avaliando o aluno com deficiência intelectual, retrata a atual política educacional ancorada na possibilidade da terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências (Brasil, 1996). Nesse sentido, o primeiro passo é a detecção precoce das limitações cognitivas desses estudantes, em estágios iniciais colaborando para que haja intervenções e apoios mais cedo, o que pode melhorar significativamente o desenvolvimento acadêmico do aluno.

Professores e profissionais da educação devem estar atentos a sinais de dificuldades de aprendizagem, como atrasos no desenvolvimento cognitivo, limitações na resolução de problemas ou habilidades de comunicação deficientes. Para a realização da avaliação se faz pertinente a aplicação de testes e instrumentos específicos que medem o quociente de inteligência (QI), “cada teste de medição da inteligência determinaria um número diferente de QI para cada pessoa” (Facci, Leonardo e Souza, 2019, p.44), que somente um profissional especializado pode fazê-lo. O papel do professor nesse caso, é encaminhar o estudante a um órgão de saúde, munido de relatórios e pareceres afim de subsidiar o profissional com informações precisas que colaborem para um possível diagnóstico ou não.

Vale ressaltar que a avaliação não deve ser uma mera rotulação, mas sim um processo que fornece informações detalhadas sobre as necessidades individuais do aluno. É importante levar em consideração a percepção dos pais ou responsáveis em relação aos comportamentos que a criança apresenta, bem como a observação do comportamento em diferentes contextos, para uma avaliação mais abrangente. Essas etapas iniciais permitem que o professor desenvolva estratégias de apoio adequadas para atender às necessidades individuais dos alunos, garantindo que todos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

Apesar de compreender-se que a maioria dos professores não possuem formação adequada para diagnosticar se o aluno tem ou não DI, a observação e o monitoramento podem ser utilizados como uma forma de monitorar o desempenho dos estudantes em sala de aula para possíveis sinais de dificuldades na aprendizagem, no raciocínio ou no desenvolvimento geral. Padilha (2017) ressalta em seus estudos a necessidade de os professores conhecerem seus alunos e se capacitarem para poder ensiná-los, pois os alunos com DI aprendem, e dessa forma não pode se restringir a qualquer conteúdo e estratégia. Portanto, é fundamental que todo o processo de identificação e avaliação do aluno que apresentam dificuldades de aprendizagem seja realizado de forma colaborativa, envolvendo os pais e a escola.

O diálogo aberto, a escuta atenta e o compartilhamento de informações são essenciais para tomar decisões informadas e garantir que as necessidades individuais do aluno sejam atendidas de maneira adequada.

Nessa direção, cabe aqui, enfatizar que:

A proposta inclusiva não pode basear-se e esvaziar-se no discurso do senso comum sobre a beleza da convivência com a diferença! É preciso avançar na pesquisa, na proposição e na sistematização de conhecimentos relevantes para o encaminhamento das práxis pedagógica. (Padilha e Silva, 2020, p. 18).

A inclusão genuína implica em reconhecer e valorizar a diversidade em todas as suas formas, e não apenas celebrar as diferenças de maneira superficial e só pode ser concretizada plenitude, quando todos reconhecerem como bem descreve Monteiro e David (2020):

O que é normal é sermos diferentes, diferentes caras, uns narizes mais arrebitados do que outros, olhos de várias cores; uns gostam de Jazz e Blues, outros gostam de Bach e Jazz, uns bebem café curto, outros preferem-no cheio, outros em chávena aquecida; uns correm a maratona, outros podiam correr, mas não têm preparação física, outros não têm pernas; uns falam árabe, outros,

português, outros farsi, outros, inglês, uns têm pais com capacidade financeira e sabedoria para acompanhar o trabalho escolar, outros têm pais com sabedoria e querem ajudar, mas vivem com turnos e empregos múltiplos que os exaurem e deixam sem tempo (p. 3).

Isso reflete um importante princípio da diversidade humana e da aceitação das diferenças individuais, sugerindo que na realidade, não existe um padrão único de normalidade quando se trata de características físicas, traços de personalidade, crenças, habilidades ou qualquer outra característica que nos torne únicos como seres humanos. Cabe ao professor praticar um ensino regular de forma inclusiva e identificar as necessidades não só dos alunos, mas também do ambiente em que eles estão colocados, avaliando e criando novas possibilidades educativas para alcançar os objetivos propostos (Aguiar, et al., 2019).

2.5 Adaptação curricular e inclusão

A inclusão de alunos com deficiência no currículo escolar envolve uma abordagem abrangente e personalizada para atender às necessidades específicas de cada aluno. A adaptação curricular é um componente essencial para garantir que uma escola atenda às necessidades individuais dos alunos, independentemente de suas habilidades, necessidades especiais ou características específicas, pois “é no dia a dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais, têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem” (Brasil, 2004, p. 8). Dessa forma, a aprendizagem escolar está diretamente relacionada ao currículo, que organiza os diversos níveis de ensino e as ações docentes, e que é construído a partir do projeto político pedagógico da escola, servindo como um guia: “[...] o que, quando e como ensinar e como e quando avaliar” (Brasil, 1999, p. 39), pois, o processo de inclusão requer abordagens de ensino e avaliação que sejam flexíveis e adaptadas às necessidades individuais dos alunos.

O currículo deve ser adaptado e inclui a simplificação de conteúdo, a adição de suportes visuais, o uso de materiais alternativos e a ênfase em habilidades de vida práticas, além de habilidades acadêmicas, o que implica em um currículo flexível definindo “[...] o que o aluno deve aprender, quando e como” (Brasil, 1999, p.33) e em uma abordagem mais holística e adaptável para a educação. O currículo nessa ótica, redefine o que os alunos devem aprender, quando devem aprender e como devem aprender, levando em consideração os interesses e as habilidades de cada aluno.

Frente ao processo de inclusão a escola também deve estar preparada para incluir no seu currículo, novas práticas, novas metodologias que levem os estudantes com deficiência a criar, pesquisar, indagar, construir e desconstruir ideias e conceitos, pois é assim o processo de aprendizagem. Pois, escolas que se propagam inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (UNESCO, 1994).

Um documento oficial que prima por um currículo flexível é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/96, que determina que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos público-alvo da educação especial currículos que atendam suas necessidades, sendo fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e o direito à educação para todos, independentemente de suas diferenças e deficiências, isso porque “essencialmente, o currículo tem na sua ação a sua maior potência e não restringe ao campo teórico, ou seja, as intenções e propostas da escola são materializadas na prática educativa” (Santos e Cruz, 2022, p.2).

Diante dessa afirmação, é preciso compreender o currículo como uma ação que transcende o campo teórico e se materializa na prática educativa é fundamental para uma educação eficaz e significativa.

O currículo não se limita a um conjunto de conteúdos acadêmicos, mas também incorpora valores, objetivos e métodos de ensino que influenciam diretamente a experiência de aprendizagem dos alunos. Ferreira e Cadavieco (2015) percebem que na atualidade a educação inclusiva tem tomado novas expressões dentro de um currículo individual. Para os autores é essencial uma pedagogia ampliada e diferenciada, uma gestão participativa.

2.6 Tecnologia assistiva e seus benefícios em prol das pessoas com deficiência intelectual

O uso das tecnologias no ambiente escolar não é algo recente, mas está se tornando cada vez mais emergente e importante à medida que a tecnologia continua a evoluir. Para Miranda (2021, p.91), “a tecnologia se tornou uma aliada da Educação, pois, a partir dela o aluno pode ter acesso a vários tipos de conteúdo em tempo real e os mesmos podem estar atualizados.” No caso da Educação Especial, elas podem ser adaptadas para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência, permitindo a personalização da aprendizagem, o que é essencial, onde as necessidades de aprendizado podem variar amplamente. Portanto, o professor deve [...] disponibilizar ferramentas de ensino que mobilizam o uso da atenção, da memória, da criatividade, do comportamento voluntário e da linguagem, por intermédio da mediação pedagógica [...] (Papim, et al., 2018, p. 28).

A respeito do uso das tecnologias, a Base Nacional Curricular Comum - BNCC (Brasil, 2017), aconselha que as tecnologias devem ser utilizadas nas práticas escolares para se comunicar, acessar, disseminar informações e produzir conhecimentos.

Nesse contexto, Plataformas de aprendizagem e aplicativos podem ser ajustados para atender ao nível de habilidade e ao estilo de aprendizado de cada aluno. Essas adaptações dos recursos tecnológicos são conhecidas como Tecnologia Assistiva (TA).

O conceito de Tecnologia Assistiva (TA) tem sua origem em 1988, nos Estados Unidos da América, que foi empregado como meio de referência na legislação estadunidense em relação aos direitos das pessoas com deficiência, seja na regulação desses direitos ou no guarnecimento dos fundos públicos destinados à aquisição de recursos necessários ao atendimento de serviços definidos por lei (Galvão Filho, 2009).

Atualmente a TA conforme Moresi, et al., (2018, p. 37), “compreendem produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços, cujo objetivo é promover a funcionalidade relacionada à atividade e à participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida”.

Atualmente, o conceito de TA que se encontra em vigência no Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA) é descrito dessa maneira:

A tecnologia assistiva ou ajuda técnica como era mencionada no passado, foi definida como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2021)

Sendo assim, as tecnologias assistivas podem ser recursos (equipamentos e os serviços transdisciplinar), composto por profissionais de diversas áreas, que fornecem apoio a pessoa com deficiência, para que esta consiga utilizar os equipamentos da tecnologia assistiva (Proença, 2019).

Nesse direcionamento, a tecnologia assistiva engloba uma ampla gama de recursos e abordagens projetados para melhorar a funcionalidade e a participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida em várias áreas da vida, como educação, trabalho, comunicação, mobilidade e muito mais (Galvão Filho, 2009). Dispositivos físicos,

equipamentos e tecnologias específicas que são projetados para atender às necessidades das pessoas com deficiência. Logo,

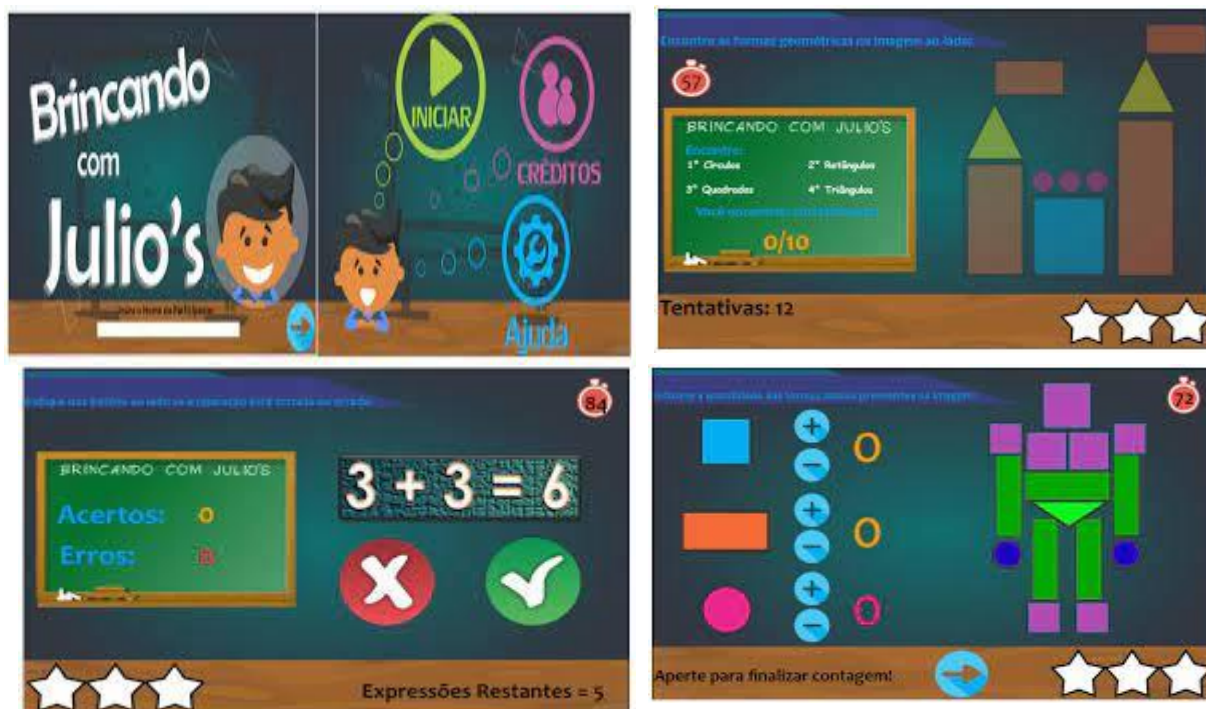
No desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, as ajudas técnicas e a tecnologia assistiva estão inseridas no contexto da educação brasileira, dirigidas à promoção da inclusão dos alunos nas escolas. Portanto, o espaço escolar deve ser estruturado como aquele que oferece também os serviços de tecnologia assistiva. (Brasil, 2006, p.19)

As ajudas técnicas e a tecnologia assistiva desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos no Brasil, assim como em muitos outros países. Elas são direcionadas à promoção da inclusão de alunos com deficiência nas escolas e visam garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e igualdade de oportunidades.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), (Brasil, 2015), em seu Art. 74, também assegura o acesso à tecnologia assistiva com a finalidade de maximizar a autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida. O objetivo final da tecnologia assistiva é promover a independência, a autonomia e a participação plena na sociedade para aqueles que enfrentam desafios devido às limitações sejam elas quais forem.

A seguir descreveremos alguns jogos que passam a ser compreendidos como TA, uma vez que, seu objetivo é melhorar as limitações das pessoas com DI na sua aprendizagem colaborando para a superação de barreiras e realizar tarefas que podem ser desafiadoras devido a suas condições físicas, cognitivas, sensoriais ou comunicativas.

Figura n.º 02: Brincando com Julio's



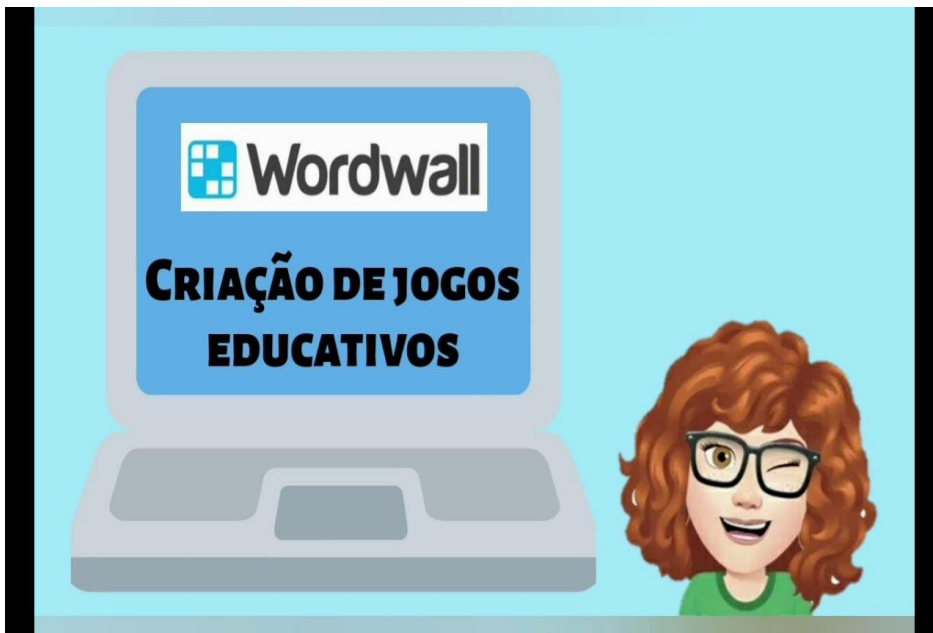
Fonte: https://www.google.com/search?sca_esv=564043545&rlz=1C1ISCS_pt-PTBR995BR995&sxsrf=AB5stBhuEQTzBaLtZtP4WVqX1GDApB1N6g:1694295930508&q=BRINCANDO+COM+JULIO%27S&tbm=isch&source=univ&fir=-GQ96HkTefvEZM%252CgJZqgDIQGSfLYM%252C_%253B. Acesso em: 12 de junho de 2022.

O Jogo Educativo “Brincando com Julio’s” é uma atividade lúdica que tem a finalidade de auxiliar professor e aluno que tem DI a ter uma prática educativa por meio de qualquer dispositivo que se conecte a internet. Esse jogo, trabalha com conteúdos matemáticos (Formas Geométricas, Contagem e Aritmética Básica). O jogo é dividido em três módulos de execução, cada um possui uma gama de atividades com os assuntos já mencionados. “As atividades foram desenvolvidas com o foco de serem “jogadas”, ou seja, um jogo foi implementado utilizando a *Gamer Engine Construct 2* da empresa Scirra. Trata-se de um editor de jogos 2D que tem como base a linguagem HTML5” (Alves, et al., 2017, p. 657).

Esse tipo de jogo pode ter uma importância significativa no processo de inclusão educacional, especialmente se for projetado com considerações específicas para atender às

necessidades de alunos com deficiência. Ao ser trabalhado na sala de aula esse jogo, o professor promove uma aprendizagem mais divertida e envolvente, e é especialmente benéfico para alunos com deficiência, uma vez que pode aumentar sua motivação para aprender e participar ativamente das atividades educacionais.

Figura n.º 03: O Wordwall



Fonte: <https://www.educ.see.ac.gov.br/odas/wordwall-66662>. Acesso em 21 de junho de 2023.

A plataforma Wordwall, segundo Ciencinar (2020) é projetada para elaborar atividades interativas que podem ser imprimíveis. São atividades “educativas em formato de jogos educacionais, que possui uma interface idêntico ao modelo dos jogos tradicionais[...] com diversas atividades interativas, [...] criadas por outros usuários nessa plataforma” (Sales e Guilherme, 2022, p. 16961). Dependendo do nível de dificuldade intelectual e do ano/série que o aluno frequenta, o professor pode adaptar o conteúdo utilizando essa plataforma.

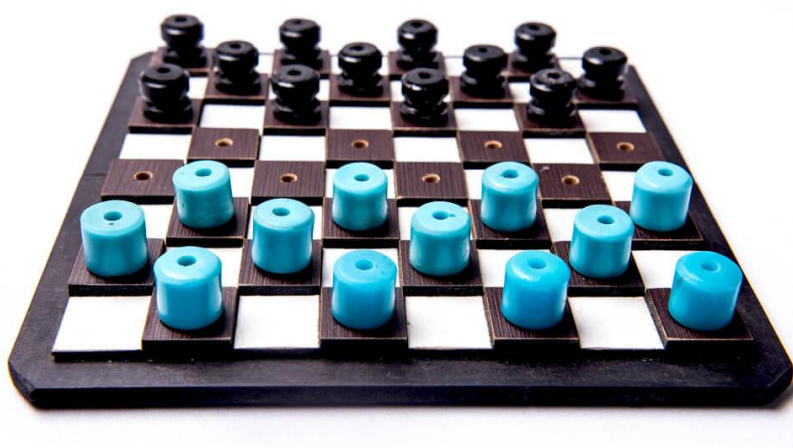
Como pode-se perceber é um importante recurso tecnológico que se for utilizado com os objetivos bem definidos, pode contribuir para melhorar aprendizagem dos estudantes que tem DI.

Alguns recursos-chave dessa plataforma incluem modelos de atividades, personalização, interatividade, compartilhamento e colaboração, ferramentas de avaliação, e acessibilidade para atender às necessidades de diferentes alunos.

O Wordwall oferece uma versão gratuita, bem como planos de assinatura com recursos adicionais e recursos para professores.

Além dos jogos *online*, o professor também pode criar como, o abaixo apresentado, confeccionando, com papelão e tampinhas de garrafa. Este tipo de atividade desperta no estudante com DI, a estimulação da percepção, do raciocínio lógico, além da interação com o outro.

Figura n.º 04: Jogo de Damas



Fonte: <https://laratec.org.br/produto/jogo-de-dama-adaptado/> Acesso em 23 de junho de 2023

Dentre esses, e outros jogos, o professor pode utilizar para estudantes com DI, passando, esse a ser considerados como TA. O jogo de damas, também conhecido como jogo de xadrez de damas, é um jogo de estratégia que pode oferecer diversos benefícios educacionais para os alunos. O jogo de damas envolve planejamento estratégico, pensamento crítico, raciocínio lógico e antecipação de movimentos do oponente o que ajuda a desenvolver habilidades cognitivas essenciais. Jogar damas requer concentração constante para avaliar as posições das

peças e antecipar os movimentos do adversário. Essa prática pode melhorar a capacidade de manter o foco. O jogo tem regras simples, mas sua complexidade aumenta à medida que os jogadores avançam. Esse jogo, ensina os alunos a seguir regras e entender a lógica por trás das estratégias. Como o uso das tecnologias cresce de forma assustadora, “muitos docentes têm estes recursos aliados as suas práticas pedagógicas, enquanto estratégia para a abertura de um caminho de mudanças, que apreende ideias inovadoras, propiciando como resultado, a melhoria do processo educativo” (Oliveira, 2022, p.24).

2.6.1 Promoção de ambientes inclusivos

As demandas do mundo contemporâneo só admitem um modelo de escola, aquela que inclui verdadeiramente todos sem discriminar ninguém, ou seja, uma escola inclusiva. A escola é inclusiva quando prepara o aluno para a vida familiar social e cumpre seu papel quando atende à diversidade sem preconceitos, observando as especificidades de cada indivíduo, buscando sua formação integral.

Nessa ótica,

Nunca foi tão crucial tornar a educação um direito universal e uma realidade para todos. Sendo o seu contributo essencial na construção de sociedades inclusivas e democráticas, onde opiniões distintas podem ser manifestadas livremente, todas as vozes podem ser ouvidas, numa celebração da diversidade (UNESCO, 2020, p.5).

Essa afirmação, conduz ao estabelecimento de ambientes inclusivos, de modo que as pessoas com deficiências se sintam livres de barreiras e de preconceitos. A promoção de ambientes inclusivos refere-se à criação de espaços físicos, virtuais ou sociais que sejam acessíveis e acolhedores para todas as pessoas, independentemente de suas diferenças ou necessidades. Essa promoção é fundamental em diversas áreas, incluindo educação, trabalho,

comunidade e sociedade em geral. Assim, a entrada de crianças com deficiências na escola regular, tem demandado modificações tanto nas políticas públicas como na estrutura curricular, exigindo contemporização, tornando as escolas em ambientes também inclusivos.

Para que a criação desses ambientes, a UNESCO (2020), destaca que só será possível se os professores forem agentes de mudança, com valores, conhecimentos e atitudes, que permitam que todos os estudantes tenham sucesso em suas aprendizagens. Ainda segundo a UNESCO o ensino inclusivo implica que os professores estejam abertos à diversidade, e tenham a consciência de que todos os estudantes aprendem a partir de suas experiências de vida.

O ensino inclusivo envolve a criação de um ambiente de aprendizado que é acolhedor e acessível a todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades. Isso implica que os professores reconheçam que cada aluno é único, com suas próprias histórias de vida, habilidades e desafios, rumo a uma educação inclusiva, qualitativa e equitativa ao longo da vida (UNESCO, 2016).

Uma educação que se baseia em proporcionar oportunidades educacionais de alta qualidade para todas as pessoas, independentemente de sua idade, origem étnica, gênero, capacidades, nível socioeconômico ou outras características individuais além de envolver “[...] uma gama de ações voltadas a viabilizar um ambiente de aprendizagem plural, no qual as diferenças são tomadas como centro dos processos de ensino e aprendizagem” (Martins, et al., 2020, p. 9).

Diante do que foi debatido, tornar a escola um ambiente inclusivo requer um compromisso firme de toda a comunidade escolar, além do desenvolvimento de políticas escolares inclusivas que demonstrem um compromisso claro com a igualdade de oportunidades e a diversidade.

2.6.2 Desenvolvimento profissional contínuo na ótica da inclusão escolar

Superar o modelo de ensino tradicional, não tem sido um processo fácil para a maioria dos professores e se falando em inclusão tem sido um desafio que muitas vezes tem adoecido o professor, afastando -o da sala de aula. Nesse contexto a formação docente é “[...] fator determinante na efetividade dos processos inclusivos” (Martins, et al., 2020, p. 15).

No processo de inclusão, “focar na formação profissional do professor, é relevante para aprofundar as discussões teóricas e práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino- aprendizagem” afirma Batista e Cardoso (2020, p.6). Nesse sentido, a formação continuada é o caminho para práticas mais inclusivas, que permita ao professor a capacidade de formar pessoas “nos padrões requeridos por uma sociedade, mais evoluída e humanitária” (Brasil, 2004, p.23).

A necessidade da capacitação docente voltada para a inclusão não se trata de sobrecarregar as obrigações sobre a atuação do professor, mas sim de conceder o devido ênfase, dada sua relevância na dinâmica escolar, enaltecendo a formação que ocorre internamente na escola, uma vez que emerge da vivência real dos educadores (Oliveira e Oliveira, 2018).

Logo, tencionar a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito escolar perpassa pela formação do professor. Professores bem preparados são capazes de adaptarem os materiais didáticos e os métodos de ensino para atender às diversas necessidades dos alunos com deficiência.

Nesse sentido, se faz relevante, que os cursos de Licenciaturas adequem e aproximem “os conteúdos curriculares ao contexto educacional, para que os professores que atuam na Educação Básica, não sintam grandes impactos ao se depararem com alunos que apresentam condições peculiares de aprendizagem no cotidiano escolar” (Tassa, et al., 2023, p.114).

Para assegurar que os cursos de Licenciatura preparem adequadamente os futuros professores para atuar na Educação Básica, é essencial que os conteúdos curriculares sejam

cuidadosamente elaborados de modo a se alinharem com o contexto educacional real e implica em incluir disciplinas e práticas que abordem a diversidade de necessidades de aprendizagem dos alunos, oferecendo estratégias pedagógicas, técnicas de adaptação curricular e sensibilização para as diferentes condições peculiares de aprendizagem que podem surgir no cotidiano escolar. Dessa forma, os professores em formação estarão mais bem preparados para enfrentar desafios inclusivos e proporcionar uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais de cada aluno.

2.7 O Atendimento Educacional Especializado – AEE

A inclusão de estudantes com deficiências no ensino regular, está baseada em aspectos legais fundamentados na Constituição Federal – CF (Brasil, 1988) e na Lei de Diretrizes de Bases da Educação - LDB, Lei n.º 9394/96.

De acordo com CF, no artigo 208, aos alunos com necessidades especiais devem ter atendimento preferencialmente nas escolas regulares. Esse mesmo anseio consta na LDB ao propiciar a estes estudantes a garantia legal para a oferta e recebimento de um atendimento educacional especializado (AEE). O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), assevera que criança e adolescente deficiência receberão atendimento especializado (Brasil, 1988, Art. 11, § 1º).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma vertente essencial no campo da educação que desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e no apoio a alunos com deficiências. No âmbito da educação inclusiva, o AEE representa uma abordagem que visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e peculiaridades, tenham igualdade de oportunidades para aprender e desenvolver seus potenciais. Esta modalidade de ensino, embora complementa o ensino regular, é essencial para garantir que alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas

habilidades/superdotação e outras condições específicas de aprendizagem recebam o suporte pedagógico necessário para atingir seu pleno desenvolvimento acadêmico e social (Brasil, 2011).

O AEE não se limita apenas à sala de aula, estendendo-se a um conjunto de práticas e recursos que podem incluir atividades terapêuticas, adaptação de materiais didáticos, uso de tecnologia assistiva e orientação aos professores que atuam com esses alunos. Além disso, o AEE deve ser desenvolvido de acordo com um Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), elaborado com base na avaliação das necessidades do estudante, o favorece a um atendimento adequado e eficaz, considerando as particularidades de cada caso.

No contexto da educação inclusiva, o AEE desempenha um papel fundamental na redução das barreiras à aprendizagem e na promoção da igualdade de oportunidades para todos os alunos. Ele ajuda a garantir que nenhum estudante seja deixado para trás e que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. O AEE não substitui a escolarização, apenas tem como princípio contribuir para a inclusão escolar através da identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade para garantir o acesso, participação e aprendizagem dos alunos, considerando suas necessidades específicas (Brasil, 2008), o que representa um compromisso com a valorização da diversidade e a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde cada indivíduo possa se desenvolver plenamente, independentemente de suas diferenças.

É considerado público-alvo do AEE:

- a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor,

comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (Brasil, 2009, p.9).

De acordo com a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, o professor do AEE, tem como incumbência de elaborar e executar o plano de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (Brasil, 2009). Esse plano é um documento que descreve as estratégias, atividades e recursos que serão utilizados para atender às necessidades educacionais específicas de cada aluno com deficiência ou necessidade especial. Ele é desenvolvido com base na avaliação das características individuais de cada aluno e deve ser construído em articulação com os demais professores do ensino regular. Isso significa que o professor do AEE deve trabalhar em conjunto com os professores das salas de aula comuns para garantir que o aluno receba o apoio necessário para participar ativamente do currículo regular.

Ainda de acordo com essa resolução, em seu artigo 12, para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. No Art. 13. Define como atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (Brasil, 2009).

As atribuições do Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem papel crucial na promoção da inclusão e na garantia do acesso à educação de qualidade para todos os estudantes com deficiência, sendo também mediador no processo de inclusão escolar, tendo em vista que

a mediação é algo que ocorre na interação entre o docente e o aluno, sendo o conhecimento sua base (Silva e Hessel, 2021).

Com base em Martini, et al., (2018):

Na sala de AEE pode se destacar a disponibilidade dos seguintes recursos didáticos: alfabeto colorido e com imagens em forma de tapete no chão da sala, no quadro com imagens ilustrativas, em madeira com formas de desenho e em braille, todos em alto-relevo; números coloridos expostos em frente ao quadro, nos calendários, no cartaz dos aniversários; uma casa em miniatura para desenvolver aprendizado de família, socialização, conhecimento dos espaços e comportamentos adequados a cada local; caixa de areia colorida utilizada para construir os conceitos de proporção; palitos, grãos, bolinhas, formas geométricas, dados, enfim vários objetos utilizados no desenvolvimento dos conceitos matemáticos; brinquedos para as atividades lúdicas; lupas; quebra – cabeças; dominó; computadores, dentre muitos outros materiais didáticos que inclusive são construídos pela professora com materiais recicláveis. Importante ressaltar que todos os materiais possuem formas, espessuras e cores com alguma diferença para que os alunos tenham possibilidade de identificá-las e classificá-las de acordo com o que é proposto pela professora (p. 14).

O professor do AEE tem várias responsabilidades relacionadas à criação e fornecimento de recursos didáticos adaptados às necessidades dos alunos.

3 O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NO PARADIGMA DA INCLUSÃO

A gestão escolar em algumas escolas públicas é composta pelo gestor, vice - gestor e o coordenador pedagógico, essa tríade composição, exercem funções similares, trabalhando na coletividade em prol de um ensino com mais qualidade e com a participação de todos envolvidos no processo escolar.

Neste estudo, o foco está na figura do gestor, pois tanto o vice como o coordenador pedagógico dependem da visão que o gestor tem em relação aos problemas que norteiam o ambiente escolar, sendo ele,

[...] peça fundamental no processo de trabalho colaborativo, pois ele desempenha função de liderança, cabendo-lhe fazer agrupamentos de estudos, definir caminhos de formação em serviço, promover o clima de fraternidade, de respeito, de diálogo e de responsabilidade entre os educadores, e esse mesmo clima deverá ser extensivo aos alunos e aos sujeitos da comunidade participantes do processo escolar (Seneda, 2019, p. 20).

Corroborando com a autora, vale salientar que o gestor necessariamente precisa ser um líder e adquirir habilidades de cooperação para auxiliar o professor nas suas dificuldades, ao mesmo tempo considerando a importância da flexibilidade quando necessária.

No paradigma da inclusão, o gestor passa a ser o responsável por ações inclusivas que incluam todo o coletivo escolar sendo essencial ao gestor:

[...] fomentar atitudes proativas das famílias, alunos, professores e da comunidade escolar em geral; superar os obstáculos da ignorância, do medo e do preconceito; divulgar os serviços e recursos educacionais existentes; difundir experiências bem sucedidas de educação inclusiva; estimular o trabalho voluntário no apoio à inclusão escolar. (Brasil, 2001b, p. 37-38)

Também é da atribuição do gestor, orientar o professor sobre o aluno considerado “especial” munido com informações precisas sobre a família desse aluno e suas dificuldades, assim como o tipo de deficiências; informações essas, colhidas no ato da matrícula. No entanto, o que vem se evidenciando nas escolas, é que o professor só tem conhecimento de que na sua sala de aula tem aluno com deficiência seja ela de que tipo for, no primeiro dia de aula, ao adentrar na sala de aula. É um descuido do gestor, que provoca no professor descontentamento e desestímulo, provocando muitas vezes a rejeição quando se fala em inclusão.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997),

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (p. 5).

As escolas inclusivas desempenham um papel vital na construção de sociedades mais equitativas e justas, na qual a figura do gestor escolar, pode levar as pessoas a refletirem, sobre às diversas necessidades de seus alunos. Sua postura diante da inclusão, é essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, desafios ou diferenças, tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade.

Nos estudos de Nunes, et al., (2020) na escola, é papel do gestor articular as diferentes instâncias para garantir as condições de escolaridade dos estudantes, bem como, promover os processos de aprendizagem e permanência de todos. Para esses autores a gestão escolar deve fazer do planejamento, um instrumento que potencialize os professores a trabalharem com os estudantes, superando a abordagem dicotômica que focaliza ora a deficiência, ora o indivíduo, concebendo o estudante como um ser integral, valorizando a coletividade e o engajamento mútuo para que todos aprendam.

A gestão escolar no processo de inclusão pode incentivar os professores a desenvolverem planos de ensino personalizados que atendam às necessidades individuais dos alunos. Isso reforça a ideia de que o gestor deve lutar pela inclusão das pessoas com deficiências, pois uma das condições para a efetivação da proposta da inclusão é a participação direta de todos os envolvidos nesse processo, no qual “os alunos são ensinados a valorizar a diferença” (Brasil, 2004, p.23).

3.1 O papel da família na inclusão escolar

A escola que se diz inclusiva é capaz de identificar as diversas diferenças que há entre os estudantes frente ao processo educativo na busca da participação e o progresso de todos. E para que esses anseios sejam alcançados se faz necessário a promoção de mudanças nas práticas pedagógicas, ajustados com a educação inclusiva.

Dentre essas mudanças, a escola deve propiciar a participação da família no contexto escolar como elemento fundamental, pois a família exerce um papel muito relevante no desenvolvimento e na aprendizagem das pessoas com deficiências, sendo mediadora de suas interações, na sua relação com o mundo e no processo de construção do conhecimento, tornando-se dessa maneira o primeiro núcleo de integração escolar e social (Machado, 2021).

Para Ferreira (2018), família é “[...] o conjunto de todos os parentes de uma pessoa, principalmente, dos que moram com ela, como os seus pais e irmãos, bem como as demais pessoas ligadas por laços afetivos” (p. 138). Embora a composição e as dinâmicas familiares possam ser diversas na atual conjuntura social, a família é considerada um núcleo fundamental na vida das pessoas e na sociedade em geral.

Vários documentos oficiais apontam a importância da participação da família no processo escolar entre esses está a Carta Magna, na qual expressa o seguinte:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores.
(Brasil,1988).

Outro documento, que mostra a importância da família na escola é o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990) no qual explicita que os pais ou responsável tem obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino. (Brasil, 1990).

Também no art. 1.634 do Código Civil Brasileiro, diz que a escola tem a missão de ensinar, contudo cabe a família educar (Brasil, 2002).

Em muitas sociedades ao redor do mundo, os pais têm o dever de assistir, criar e educar seus filhos menores. Esse dever parental é baseado em princípios de cuidado, proteção e responsabilidade em relação às crianças. A criação envolve a promoção do desenvolvimento emocional, social e intelectual das crianças, o que inclui a criação de um ambiente familiar que seja estável, amoroso e seguro, levando os pais a desenvolverem um papel fundamental no fornecimento de orientação, apoio emocional e educação moral para seus filhos.

Voltando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, percebe-se que ela atribui que os profissionais da educação devem ser os responsáveis pelos processos de aprendizagem, em responsabilidade conjunta com os pais, responsáveis e a família. A lei prevê a ação integrada das escolas com as famílias: Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VI – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Art.13. Os docentes incumbir-se-ão de:

VI – Colaborar com as atividades desarticulação da escola com as famílias e a comunidade (Brasil, 1996).

Articular-se com as famílias e a comunidade é uma prática essencial na gestão escolar, pois cria um ambiente de colaboração e integração que beneficia tanto os alunos quanto a escola como um todo.

Nessa perspectiva, Oliveira e Sobral (2020) argumentam:

É de extrema importância na vida de qualquer criança o acompanhamento presencial dos pais e de toda a família, eles têm o dever de ofertar segurança, afeto e principalmente educação. Logo, a situação das famílias de deficientes não é diferente, são situações muito parecidas, porém a família que tem deficientes vive em uma situação mais delicada. (Oliveira e Sobral, 2020, p. 166)

O fator mais importante que define uma família é o vínculo afetivo e o compromisso mútuo entre seus membros. Esses laços podem se desenvolver através de laços de sangue, adoção, casamento ou outros relacionamentos significativos. O apoio emocional, a solidariedade, o compartilhamento de responsabilidades e o amor são elementos essenciais que caracterizam uma família, independentemente de sua composição específica.

4 MARCO METODOLÓGICO

Neste capítulo, busca-se descrever toda a trajetória que a pesquisadora realizou durante o processo da investigação. Nele estão contidos, os métodos, as técnicas e a metodologia utilizada capazes de responder à questão que deu origem a essa investigação.

As experiências da pesquisadora, enquanto professora e como funcionária do quadro efetivo da prefeitura de Santa Cruz/ Pernambuco/ Brasil há mais de vinte anos, fato que possibilitou-nos perceber que a realidade não é algo externo ao sujeito; a observação e as interpretações atribuídas a essas vivências integram o domínio do investigador. Portanto, avaliamos a proximidade com o tema de pesquisa como um aspecto fundamental do estudo, pois além da meticulosidade necessária para essa pesquisa, as conexões estabelecidas durante sua condução fornecerão autenticidade e confiança para a análise dos dados.

Buscando o entendimento de Gatti (2002, p. 16), a respeito da vivência do pesquisador no problema detectado, o autor mostra-nos, que “os pesquisadores que lidam em áreas que têm espectro profissional precisam ter vivência desta profissionalidade, ter experiência concreta de situações profissionais, caso contrário não constroem uma práxis para alimentar seus problemas investigativos”. Para isto, é importante que o investigador, escolha o melhor caminho para obter êxito no desenvolvimento de sua pesquisa, pois a importância de uma investigação é justificada através de sua “consistência na exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem que tornam importantes a realização da pesquisa” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 219). Assim, através desta pesquisa, busca-se analisar como vem ocorrendo as práticas pedagógicas do professor para alunos com deficiência intelectual na Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira e do Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo, instituições essas que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Diante do exposto, se faz necessário definir qual método que foi adotado para essa pesquisa.

No entendimento de Gil (1999), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Para que seja considerado conhecimento científico, é necessário a identificação dos passos para a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento. Segundo, Severino (2013, p.128), o método é [...] “um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos”. Nesse estudo, o método elegido foi o Fenomenológico, de acordo com Alvarenga (2019).

4.1 O problema da pesquisa

Com a entrada de pessoas com deficiência dentro da escola, evidencia o desejo da sociedade da efetiva participação desses indivíduos, representando um direito fundamental (Brasil, 1988), enriquecendo a diversidade e promovendo uma compreensão mais ampla da variedade de experiências humanas (Brasil, 2015).

A inclusão escolar não se limita apenas à presença física, mas abrange a adaptação de práticas pedagógicas, a disponibilidade de recursos acessíveis e a promoção de um ambiente acolhedor e respeitoso. Desse modo, ao adotar abordagens inclusivas, as escolas não apenas capacitam os estudantes com deficiência a desenvolver todo o seu potencial, mas também capacita toda a comunidade a valorizar as diferenças, promovendo uma cultura de respeito, compreensão e aprendizado. Diante dessa percepção, é preciso analisar como vem ocorrendo as práticas pedagógicas inclusivas dos professores, para de fato, compreender se a inclusão vem ocorrendo na sua integralidade ou não dentro da escola.

Foi a partir desse entendimento que surge o seguinte problema: *As práticas pedagógicas dos professores dos anos iniciais na Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira e do Grupo*

Escolar Doutor Sérgio Figueiredo têm favorecido a inclusão do aluno com deficiência intelectual?

E para responder ao problema levantado, tem-se como perguntas específicas: Quais são os principais desafios que o professor tem enfrentado na escola para incluir na sua integridade o aluno com deficiência intelectual? Qual é a formação ideal contribuído para que a inclusão escolar se fortaleça? De que forma a gestão escolar tem contribuído para que a inclusão escolar se fortaleça? Quais ações estão contidas no Projeto Político Pedagógico da escola que contempla metodologias inclusivas para atender a todos os alunos de forma igualitária?

Segundo Lakatos e Marconi (2003),

Formular o problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características. Desta forma, o objetivo da formulação do problema da pesquisa é torna-lo individualizado, específico, inconfundível. (p.127)

A formulação do problema de pesquisa visa explicitar, de maneira clara e precisa, a dificuldade ou questão que o estudo se propõe a abordar. Assim ao formular o problema, é essencial torná-lo individualizado, específico e inconfundível para orientar de forma eficaz a pesquisa, o que implica em delimitar o campo de estudo e apresentar as características essenciais do desafio a ser enfrentado.

4.2 Objetivos da pesquisa

Os objetivos da pesquisa são declarações claras e específicas que indicam o que se pretende alcançar ao conduzir o estudo e como o pesquisador pretende alcançar. Eles desempenham um papel fundamental na orientação da pesquisa, fornecendo direção e estabelecendo metas mensuráveis e “[...] têm a função esclarecedora no momento da leitura do

projeto e o juízo final de mérito do trabalho está na maioria das vezes vinculado pela capacidade do pesquisador em cumprir com os objetivos propostos” (Praça, 2015, p.8). Nessa mesma linha de pensamento, Cervo e Bervian (2002), dizem que os objetivos definem a natureza do trabalho, o tipo de problema e o material a coletar. Na visão de Aranda (2018) os objetivos da pesquisa funcionam como guias que orientam e definem os rumos da pesquisa.

O objetivo geral e os específicos deste estudo propõem uma busca de respostas para a problemática abordada, aprofundando o debate a respeito da inclusão das pessoas com deficiência intelectual no ensino fundamental nas escolas públicas.

Os objetivos específicos, foram “são formulados pelo desdobramento das ações que serão necessárias à realização do objetivo geral” (Minayo et al., 2018, p.41). Eles são desdobramentos do objetivo geral e detalham as etapas ou aspectos específicos que serão abordados durante a pesquisa.

Assim, descreve-se os objetivos desta investigação.

4.2.1 Objetivo geral

Analisar as práticas pedagógicas do professor em sala de aula regular com aluno que tem deficiência intelectual na Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira e do Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo nos anos iniciais no município de Santa Cruz.

4.2.2 Objetivos Específicos

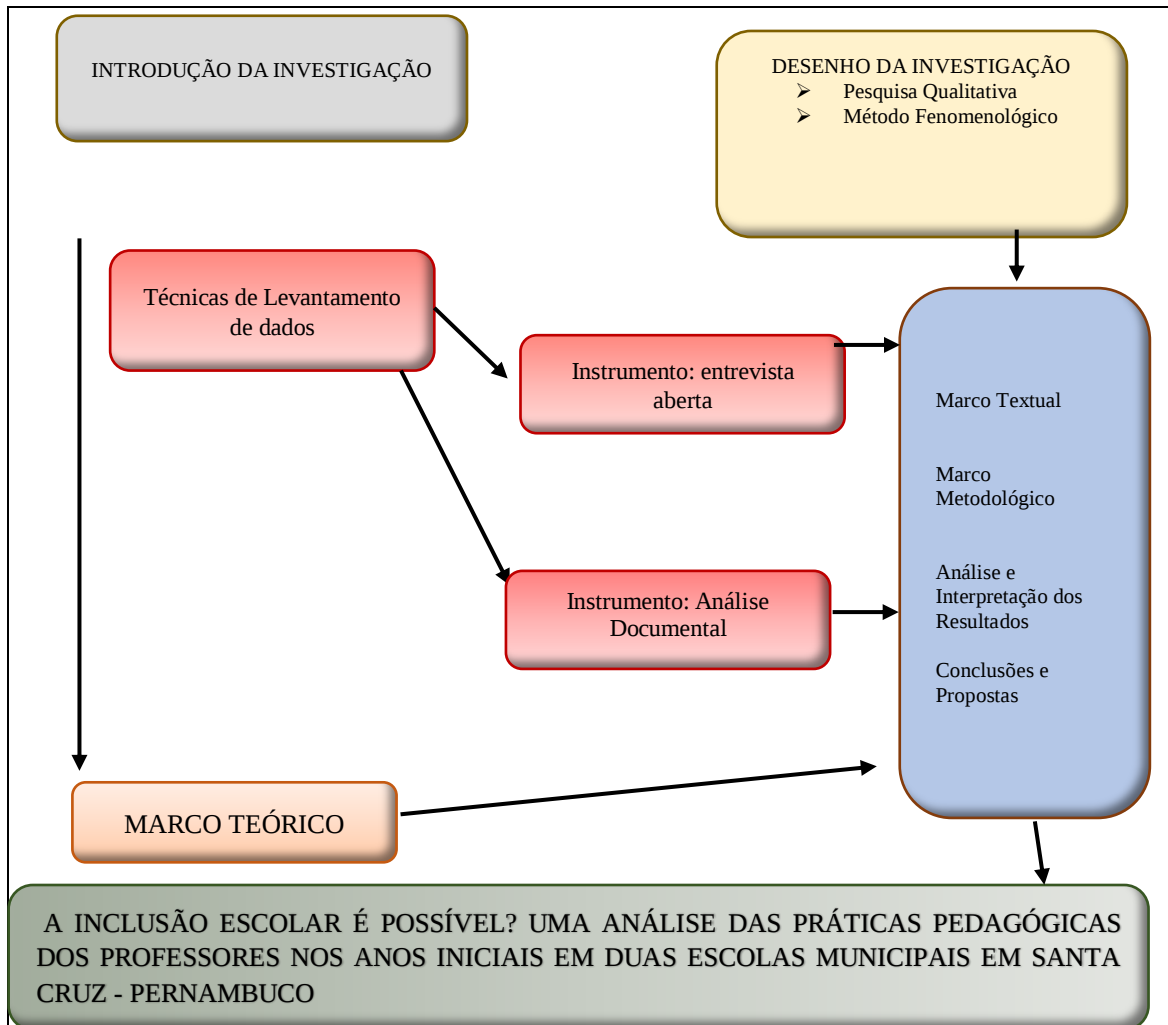
- Descrever como vem acontecendo o processo de inclusão na sala de aula regular do professor com aluno com deficiência intelectual;
- Identificar se a formação acadêmica do professor contribui para uma prática inclusiva;
- Relatar as dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão escolar.

- Analisar se o Projeto Político Pedagógico das escolas tem contemplado ações que incentive o processo de inclusão escolar;
- Identificar os principais desafios enfrentados pela escola para que a inclusão escolar se fortaleça.

4.3 Desenho da pesquisa

O desenho da pesquisa científica ou plano metodológico é adotado por pesquisadores para investigar uma determinada pergunta ou hipótese científica. Nesse sentido, é ele que define como os dados serão coletados, analisados e interpretados. Em virtude dessa afirmação, King; Keohane e Verba (1994) corrobora de que o “desenho de pesquisa é um plano que mostra, por meio de uma discussão do nosso modelo e dos nossos dados, como nós pretendemos usar nossa evidência para fazer inferências” (tradução nossa). (p.118). Nessa direção, ele é centrado na compreensão aprofundada de fenômenos sociais ou psicológicos, utilizando métodos e técnicas e a análise de conteúdo.

Assim, é fundamental que o investigador utilize um método, um caminho que deve ser seguido para o alcance do objetivo proposto (Campoy, 2018). Corroborando com o autor, o método na pesquisa científica é compreendido como uma abordagem sistemática e racional para a obtenção de conhecimento confiável sobre o mundo natural, que envolve várias etapas, que podem variar dependendo do campo de estudo

Figura n.º 5: Desenho da Investigação

Fonte: da própria pesquisadora

A construção do desenho metodológico tem a finalidade de responder os objetivos traçados. Para Gonzáles, Fernández e Camargo (2014, p. 43), o desenho metodológico da pesquisa indica “o tipo de investigação que se pretende realizar, e pela hipótese que se deseja verificar durante o processo”. Nesse sentido, ao idealizarmos o desenho da pesquisa, é emergente traçar um planejamento das ações que se pretende realizar no decorrer do desenvolvimento do trabalho, que servirá de bússola ao pesquisador, orientando -o em cada etapa do trabalho. Essa orientação por meio do desenho da pesquisa ajuda o investigador a

definir claramente os objetivos e as questões de pesquisa que deseja responder. Ele fornece uma estrutura para a pesquisa, ajudando a manter o foco nos aspectos mais importantes do estudo.

Na perspectiva de Gorard (2013, p. 4-5),” o desenho de pesquisa é sobre convencer uma audiência de pessoas céticas que decisões importantes que estão por trás das conclusões da pesquisa são as mais seguras possíveis [...]”. Nesse contexto, ele tem como propósito contribuir para que o pesquisador alcance os objetivos traçados e a veracidade das informações do conhecimento construído.

De acordo com, Silva et al., (2018, p. 8), “o desenho de pesquisa deve ser tal que responda satisfatoriamente a uma pergunta de pesquisa”. Nessa mesma linha de pensamento, Rezende (2015, p.49), descreve que o desenho da pesquisa,” devem atender fundamentalmente a dois critérios básicos: a consideração de um problema relevante para a realidade empírica e, por outro lado, a produção de contribuições relevantes para as explicações disponíveis na ciência”.

4.4 Contexto da pesquisa

Santa Cruz é uma cidade de Estado do Pernambuco. Os habitantes se chamam santacruzenses. O município se estende por 1 255,9 km² e contava com 15 398 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 12,3 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Santa Filomena e Ouricuri, Santa Cruz se situa a 50 km a Sul-Oeste de Ouricuri, a cidade mais próxima nos arredores. Situado a 508 metros de altitude, de Santa Cruz tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 8° 14' 41" Sul, Longitude: 40° 20' 2" Oeste.

A história conta que em 1829, passando por “Santa Cruz” dois frades “capuchinhos” que andavam em peregrinação, pregando a Religião Católica, um deles foi acometido de uma febre e por esse motivo se abrigaram debaixo de um pé de “juazeiro” (árvore, característica da região)

que existia defronte ao beco que hoje sai para o Posto Saron – BR. Neste local permaneceram mais ou menos um mês. Durante essa permanência, algumas famílias que ali habitavam em plena “caatinga” iam visita-los. Nessas visitas eram praticados atos religiosos como: missa, confissões, orações e etc. Ao se despedirem deixaram nesse mesmo local uma grande CRUZ de madeira forte à qual seria a protetora dos moradores daquela localidade (chamada de Gentil). Nesta localidade morava um rico fazendeiro chamado José Correia. Ele era dono de muitas terras e escravos, portanto, um “Senhor de Engenho” que morava em um enorme casarão com seus filhos. Após algum tempo que os frades deixaram o “Gentil”, alguns vaqueiros que trabalhavam para José Correia, procurando gado pela caatinga deserta, passaram perto do local onde tinham se abrigado os “capuchinhos” e avistaram uma grande Cruz de madeira. Este acontecimento ocorreu no dia 03 de maio de 1829. Um dos vaqueiros (Saturnino) antes de levar a cruz para o patrão contou o que tinha visto, o patrão então deu-lhes ordens para irem pegar a cruz e traze-la para a fazenda. Quando José Correia viu a cruz ficou admirado e mandou colocarem-na capela da fazenda. Muitas pessoas doentes acreditaram no “milagre” da Cruz e começaram a fazer promessas (para ficar curados de alguma enfermidade, pedidos de benção e etc.). Surgiu assim algumas casas, onde foi se formando uma comunidade. Surgindo assim a Vila, começaram a festejar com atos religiosos a “VENERADA SANTA CRUZ”. Com muita festa em maio, nos dias 1, 2 e 3 (barraquinhas de comidas típicas e bebidas, bingos, danças etc.). Como também em setembro quando se festeja no dia 13 a Nossa Senhora de Fátima, com essas festas, com o dinheiro arrecadado, se construiu o “Açude da Venerada” que fica próximo à Vila. (IBGE).

Na atualidade, o município de Santa Cruz em termos educacionais possui 21 escolas entre públicas e privadas.

4.4.1 Unidades de análises:

4.4.1.1 Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira

A Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira - Santa Cruz/PE, situada a rua Nossa Senhora da Conceição, S/N no município de Santa Cruz, e atende no telefone: (87) 38748125. A referida escola, foi fundada em 1994, na gestão do prefeito Newilton Soqueira. Essa instituição recebeu tal nome por influência política, na qual a comunidade sugeriu “Escola Nossa Senhora da Conceição” e o vice prefeito optou pelo nome atual. Prevalecendo dessa forma, a visão de uma gestão pública antidemocrática, que não respeita o clamor coletivo.

A escola possui uma estrutura de pequeno porte, com um número razoável de funcionários e oferta o ensino fundamental (anos iniciais e finais) no turno diurno. A escolha por essa instituição deve-se ao perceber-se que dentro do seu espaço, possui estudantes com deficiências de várias naturezas e especificidades e principalmente com deficiência intelectual.

Figura n.º 6: Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira - Santa Cruz/PE



Fonte: Do celular da própria pesquisadora

4.4.1.2 Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo

A instituição acima, se localiza na rua Pacifica Cordeiro, 50 Centro. 56215-000 - Santa Cruz PE, e atende pelo telefone (87) 3874-8181.

O Grupo Escolar Doutor Sergio Figueiredo é uma escola pública que oferece educação especial, ensino fundamental dos anos iniciais (1º ao 3º) e a Educação de Jovens e Adultos - EJA, funcionando em três turnos. Essa instituição possui estrutura adequada para acolher os estudantes com dificuldades de acessibilidade. É uma escola considerada de médio porte, com sala de aulas bastantes ventiladas, e compatível para o número de alunos que estão matriculados.

A referida instituição possui acesso à banda larga(internet), biblioteca, cozinha, laboratório de informática, antena parabólica, quadra de esportes. Possui dependências com acessibilidade. É uma escola de pequeno porte, atende aos alunos onde a mesma se situa, como também a bairros adjacentes.

Na referida escola há um número elevado de crianças com deficiências

Figura n.º 7: Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo



Fonte: Do celular da própria pesquisadora

4.5 Tipo e enfoque da pesquisa

A pesquisa científica abrange uma vasta gama de tipos e enfoques, refletindo a diversidade de questões e disciplinas que buscam explorar e compreender o mundo ao nosso redor. Segundo Lakatos e Marconi, (2010, p.139) a pesquisa é um “procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais”. Ela envolve a aplicação de métodos científicos, como a coleta de dados, análise crítica e interpretação dos resultados, a fim de entender a realidade ou descobrir verdades parciais sobre um determinado fenômeno, questão ou problema.

A pesquisa científica é caracterizada por sua busca por objetividade, rigor metodológico e revisão por pares, o que a diferencia de outras formas de busca de conhecimento. Portanto, é através desse processo que a ciência avança e contribui para o desenvolvimento do entendimento humano e da sociedade como um todo. Para Bicudo (2011a, p.62) “uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados”. A metáfora de uma pesquisa como uma “longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados” é profundamente apropriada. Dessa forma, cada pesquisa começa com uma exploração, uma jornada intelectual na qual o pesquisador busca entender e analisar um tópico ou problema específico.

Esta pesquisa é caracterizada com um enfoque Qualitativo e posiciona-se a problemática, que procura compreender e descrever o objeto em seu ambiente natural sem a interferência do pesquisador.

O enfoque qualitativo de acordo com Knechtel (2014, p. 98), se preocupa, “[...] com o significado dos fenômenos e processos sociais, considerando-se as motivações, as crenças, os valores e as representações que permeiam a rede das relações sociais”. Leite, Silva e Martins

(2017, p. 45), acrescentam que, “compete ao pesquisador saber explorar as possibilidades da pesquisa qualitativa em sua investigação, bem como compreender que há vários caminhos na realização de pesquisa, seja ela qualitativa ou não”. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador desvelar e interpretar a fala dos entrevistados, sem a utilização de métodos quantitativos.

A pesquisa qualitativa situa o pesquisador no mundo e consiste em um conjunto interpretável, materiais práticos que tornam o mundo visível em uma série de representações que incluem notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e as próprias notas (Bogdan e Binklen, 1994) o que implica uma abordagem interpretativa, uma abordagem naturalista do mundo.

O enfoque quantitativo baseia-se no rigor científico determinado por um desenho preciso e definido *a priori* a realização do estudo, e utiliza recolhimento de dados sem aferição numérica para descobrir ou afirmar perguntas da investigação em um processo de interpretação que valoriza e enfatiza os sentidos e significados atribuídos aos fenômenos sociais (Alvarenga, 2019).

Na concepção de Minayo (2002, p. 15):

A rigor, qualquer investigação deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Isso implica considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencentes a determinados grupos sociais ou de classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação.

Este princípio reconhece a natureza intrinsecamente humana e social dos fenômenos estudados e enfatiza a importância de compreender as pessoas em seu contexto social, levando em consideração suas crenças, valores e significados. A pesquisa qualitativa, “pode ser

caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados [...]” (Richardson, 2012, p.90). Esse enfoque é adequado para a busca de uma compreensão detalhada dos significados e das características situacionais apresentadas pelos entrevistados e o foco recai sobre a interpretação profunda das experiências, percepções e pontos de vista das pessoas envolvidas no estudo. Em vez de quantificar variáveis ou buscar generalizações estatísticas, a pesquisa qualitativa busca capturar a riqueza e a complexidade dos dados por meio de métodos e da análise de texto.

Nos estudos de Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é um conjunto de técnicas interpretativas que buscam compreender os sentidos e significados dos fenômenos sociais. Bogdan e Biklen (1994), dizem a pesquisa qualitativa tem como características principais a flexibilidade, a subjetividade, a sensibilidade às diferenças culturais e o foco no contexto. Essa abordagem permite ao pesquisador investigar a complexidade do fenômeno estudado de forma mais profunda e holística, permitindo uma compreensão mais ampla e rica do problema em questão.

A pesquisa qualitativa reconhece a subjetividade inerente à experiência humana. Ela se concentra em compreender as perspectivas, valores e opiniões das pessoas envolvidas no estudo, reconhecendo que essas visões podem variar e serem influenciadas por fatores pessoais.

Quanto a natureza da pesquisa é Descritiva, de Corte Transversal, pois” tem como objetivo primordial a descrição dos fatos tal qual eles se encontram” (Leão, 2016, p. 107), em que o pesquisador se mantém neutro, sem induzir respostas ao entrevistado. Uma pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características, propriedades ou fenômenos de uma população ou amostra. Ela não busca estabelecer relações de causa e efeito, mas sim fornecer uma representação precisa e detalhada dos aspectos que estão sendo estudados. Em outras palavras, o foco está na obtenção de uma imagem clara e objetiva do objeto de estudo.

Em relação ao corte transversal, se dá em razão do objeto de estudo, ocorrer em um determinado espaço de tempo, ou seja, em um período específico (Rouquayrol e Almeida, 2003). Um estudo de corte transversal tem a finalidade de coletar dados em um único ponto no tempo. Ele não segue indivíduos ou grupos ao longo do tempo, mas, em vez disso, coleta informações de diferentes pessoas ou grupos em um momento específico. Isso é útil para entender as características de uma população em um determinado momento, mas não permite investigar mudanças ou tendências ao longo do tempo.

Portanto, quanto ao alcance, a pesquisa é descritiva fenomenológica, pois visa “obter uma pesquisa descritiva deve ser feita uma descrição cuidadosa dos fenômenos, ordenada e sistêmica para interpretar se as variáveis” (Aranda, 2016, p.144).

A pesquisa descritiva fenomenológica é uma abordagem metodológica que se concentra na descrição cuidadosa e sistemática de fenômenos com o objetivo de compreendê-los em profundidade. Ela busca capturar as experiências, significados e percepções das pessoas em relação a um determinado fenômeno, muitas vezes sem impor teorias pré-concebidas. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador procura entender as variáveis ou elementos envolvidos no fenômeno estudado por meio de uma análise minuciosa. No entendimento de Vergara (1997) este tipo de pesquisa pode ser realizado por meio de técnicas como questionários, entrevistas, observação ou estudos de caso.

De acordo com Aranda (2018), “a fenomenologia é uma estratégia de pesquisa por meio da qual o pesquisador identifica a essência das experiências humanas sobre um fenômeno descrito pelos participantes” (p.273). Assim, estudar os fenômenos e concentrando-se a atenção nos sujeitos envolvidos, na forma como enxergam e se comportam diante do objeto pesquisado, ampliará o conhecimento e aplicabilidade do uso das tecnologias digitais como ferramenta de melhoria no processo de ensino aprendizagem principalmente no atual cenário educacional.

4.6 Participantes da pesquisa

A escolha dos participantes em uma pesquisa é uma decisão crítica que influencia diretamente a validade e a relevância dos resultados. Os participantes, muitas vezes chamados de sujeitos da pesquisa, constituem a amostra que será estudada para responder às questões de pesquisa. A seleção dos participantes deve ser cuidadosamente planejada, levando em consideração os objetivos da pesquisa, a natureza do fenômeno em estudo e os métodos de coleta de dados (Gil, 1999).

Em pesquisas qualitativas, os participantes são selecionados com base em critérios específicos, como sua experiência, conhecimento ou perspectivas relevantes para o tópico de estudo. A qualidade dos dados e a capacidade de obter resultados significativos dependem, em grande parte, da seleção apropriada dos participantes. Além disso, é importante considerar questões éticas ao recrutar e envolver participantes em pesquisas. Os pesquisadores devem garantir o consentimento informado, a confidencialidade e o respeito pelos direitos e bem-estar dos participantes (Gil, 1999). O processo de recrutamento e a relação estabelecida com os participantes desempenham um papel fundamental na condução bem-sucedida de qualquer pesquisa, contribuindo para a integridade dos resultados e para a validade das conclusões. Portanto, a seleção e o envolvimento dos participantes são aspectos fundamentais a serem cuidadosamente considerados em todo o processo de pesquisa. De acordo com Triviños (1987) é desejável que a pesquisa qualitativa tenha como característica a busca por:

“[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do

assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.)” (p.132).

Portanto, a busca por significados, interpretações, contextos e perspectivas dos participantes é uma característica fundamental da pesquisa qualitativa e contribui para sua riqueza e profundidade na exploração de fenômenos complexos e multifacetados (Triviños, 1987).

Diante do exposto, a população a ser pesquisada, ocorrerá em duas (2) Escolas localizadas no município de Santa Cruz, Pernambuco, descritas anteriormente. Essas Instituições, por serem públicas funcionam com verbas advindas das esferas, federal, estadual e municipal.

A escolha dessas instituições se deu pelo fato de estarem localizadas em área periférica do município no qual essa pesquisadora reside e serem escolas com realidades similares, em termos de educação pública. Nesse sentido, ambas escolas são participantes desse estudo, pois diz respeito ao conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto do estudo (Vergara, 1997). Dessa forma as escolas tem como população todos os professores que nelas lecionam.

Marconi e Lakatos (2003, p .27), dizem que população é:

O conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum, sendo considerada também como o conjunto de elementos, finito ou infinito, definido por uma ou mais características, que tem todos os elementos em comum que os compõem somente entre eles”. Sendo assim, procurando atender os objetivos da pesquisa, tem-se a seguinte população participantes.

Considerando o enfoque da pesquisa ser pesquisa qualitativa, foram selecionados como participantes de acordo com Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 60), “indivíduos do campo de interesse da pesquisa, ou seja, o fenômeno observado”.

4.6.1 Sistema de amostragem por participantes

Corroborando com os autores que versam sobre a temática “população” nesse estudo, delimitou-se a amostra da pesquisa, ou seja, uma parte de uma realidade do estudo que foi examinada, com o intuito de fazer inferências (Aranda, 2016). No entendimento de Cajueiro (2015, p.40), a “amostra significa uma parte de um todo (universo) representativa significativa que serve como parâmetro de referência para a generalização”. A amostra, é uma parte do universo selecionada a partir de um critério de representatividade, de forma transparente. “Ser transparente quanto à técnica de amostragem utilizada é uma atitude da dimensão ética que ajuda a evidenciar o rigor empregado em uma investigação científica” (Fontanella, et al., 2011, p. 389). A amostra é um subconjunto finito da população, “pela dificuldade em conhecer a realidade de todas as pessoas que fazem parte do universo pesquisado” (Zanella, 2011, p.38).

Nessa ótica, amostra selecionada foi por amostragem intencional (Triviños (1987), porque foi baseada na seleção dos participantes a partir de critérios estabelecidos, nesse caso, ser professor dos anos iniciais com estudantes inclusos e gestores e coordenadores pedagógicos das escolas selecionadas. A amostragem intencional, é um método de seleção de uma amostra de elementos de uma população de forma não aleatória, com base no julgamento e na escolha deliberada do pesquisador (Gil, 2002). A escolha desses indivíduos se deu por estarem envolvidos no processo de inclusão e terem no ambiente escolar alunos com DI.

A seguir descrevemos a quantidade de professores, gestores e coordenadores pedagógicos pesquisados nas duas escolas.

4.6.1.1 Professores dos anos iniciais do ensino fundamental

Quatorze (14) professores do ensino regular que lecionam nas escolas selecionadas, os quais possuem alunos com deficiência intelectual na sala de aula. O processo de inclusão escolar, [...] “é um motivo para que as escolas se modernizem e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico” (Mantoan, 2009, p. 120) (Grifos nossos). Sendo assim, os critérios estabelecidos para a escolha desses participantes, tem como base a problemática que instigou esta pesquisa e por esses professores terem na sua sala de aula, estudantes com DI.

4.6.1.2 Gestor escolar

Dois (02) gestores escolares, cujo papel no processo de inclusão é desenvolver atitudes inclusivas que abarquem a coletividade. Uma das maiores responsabilidades desse profissional na escola para Lück (2015, p. 28), [...]” reside na liderança, orientação e coordenação das atividades docentes, o que é verdade. No entanto, essa atuação demanda o domínio de competências muito mais complexas do que as docentes, e a atenção sobre muito mais situações do que as restritas à sala de aula”. Nesse sentido, a escolha nesta pesquisa deu-se por que ele está envolvido diretamente na temática estudada, seja como responsável pela matrícula desses estudantes, seja pelo compromisso de honrar pelas metas estabelecidas pela escola.

4.6.1.3 Coordenador pedagógico

Dois (02) coordenadores pedagógicos, sendo esses profissionais responsáveis pelo processo de mediação entre todos os segmentos escolares. Para Marcondes, Leite e Oliveira (2013, p. 194),

[...] o coordenador é peça chave da mediação entre a Secretaria de Educação e os professores da escola, desenvolvendo funções pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento profissional do corpo docente e um trabalho político de implementação dos princípios da reforma educacional proposta pela gestão política no momento.

Nesta ótica, Coordenador pedagógico, é importante nessa pesquisa, pois dentro tantas atribuições está o de formador e auxiliador do fazer pedagógico do professor e munir o professor com informações precisas acerca da inclusão.

Tabela n.º 01: Sujeitos participantes da pesquisa

Sujeitos Participantes	Quantidade
Professor dos anos iniciais	14
Gestor Escolar	02
Coordenador pedagógico	02

Fonte: da própria pesquisadora

4.7 Técnicas e instrumentos utilizados para a coleta de dados

O processo de coleta de dados é uma etapa fundamental em qualquer pesquisa ou investigação. Para garantir a qualidade e confiabilidade dos dados obtidos, é essencial utilizar técnicas e instrumentos adequados. Diversos métodos podem ser empregados para coletar informações, incluindo questionários, entrevistas, observação direta e análise de documentos. A escolha das técnicas e instrumentos a serem utilizados depende dos objetivos da pesquisa, da natureza dos dados a serem coletados e das características da amostra ou população em estudo.

Segundo os aconselhamentos de Minayo et al., (2001, p.42), “devemos definir as técnicas a serem utilizadas tanto para a pesquisa de campo [...] como para a pesquisa

suplementar de dados”. A seleção de técnicas e instrumentos de coleta de dados deve ser cuidadosamente planejada, levando em consideração a validade e a confiabilidade das informações desejadas.

As técnicas e procedimentos para coleta de dados, ocorre durante as etapas desenvolvidas no decorrer do desenvolvimento da investigação, tendo como finalidade colher informações a respeito do problema em questão. Para tal, pretende-se utilizar como técnicas, a entrevista, e a análise documental. Nas palavras de Zanella (2011, p.64), “as técnicas mais utilizadas para a coleta de dados são: análise documental, entrevista, questionário e observação”. Sendo assim, essas técnicas serão apropriadas para essa pesquisa para que os objetivos elencados sejam alcançados. Nesse embasamento apresentam-se as técnicas utilizadas para a coleta de dados e os instrumentos necessários para essa investigação:

4.7.1 Entrevista Aberta

A entrevista é um instrumento de verificação, que contribui para esclarecer os objetivos específicos da pesquisa permitindo a elaboração de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas pelo pesquisado. Com o esse instrumento, “os respondentes ficam livres para responderem com suas próprias palavras, sem se limitarem à escolha entre um rol de alternativas” (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p. 109). Na técnica da entrevista aberta, “investiga-se sobre os fatos vivenciados ou vistos pelas pessoas, as quais relatam o significado deles e definem suas observações, sentimentos e experiências com fala direta ao pesquisador” (Perovano, 2016, p. 223). Segundo Alvarenga (2019), esta técnica é utilizada por vários profissionais no estudo da conduta humana, dentro da investigação de abordagem qualitativa. Assim como as demais técnicas, a entrevista demanda uma prévia e estruturação, devidamente correlacionada aos objetivos da pesquisa, de forma a atender às expectativas da problemática em questão.

4.7.2 Análise documental

Diferentemente da técnica descrita anteriormente, a análise documental, mesmo se referindo às pessoas, estão necessariamente relacionadas a documentos como: livros, jornais, registros estatísticos, papéis oficiais; regimento escolar, Projeto Político Pedagógico, obtidos de maneira indireta, com a finalidade de confirmar dados para facilitar o entendimento da pesquisa. Neste caso, será analisado o Projeto Político Pedagógico -PPP das referidas escolas devidamente autorizado pelo gestor escolar.

O PPP na visão de Veiga (2009, p. 38),

É uma ação intencional, com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.”, ele representa a identidade da escola, refletindo seus valores, missão e visão, e serve como um guia para todas as atividades educacionais desenvolvidas nesse ambiente.

O projeto pedagógico não é resultado de ações aleatórias, mas sim de escolhas deliberadas e planejadas. Cada elemento do projeto é cuidadosamente pensado para atingir objetivos educacionais específicos. Nesse sentido, a análise desse documento, foi essencial para responder as questões levantadas nesse estudo.

4.8 Questões éticas

A pesquisa científica é uma atividade complexa que envolve questões éticas importantes que precisam ser consideradas para garantir a proteção os dados dos participantes da pesquisa

e a qualidade dos resultados obtidos. Uma das preocupações éticas mais fundamentais na pesquisa científica é a proteção dos direitos e bem-estar dos participantes. Os pesquisadores devem garantir que os indivíduos envolvidos em seus estudos sejam tratados com respeito, dignidade e cuidado, o inclui obter consentimento informado dos participantes, garantir sua privacidade e confidencialidade, e minimizar qualquer risco potencial para eles.

Para Del-Masso, Cotta e Santos (2014), “a questão da ética em pesquisa é fundamental e deve ser analisada e aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa vinculado à Plataforma Brasil, órgão nacional que autoriza ou não a realização de pesquisas com seres humanos e animais” (p.7). A ética é a postura que o pesquisador assume diante da comunidade investigada e científica, respeitando a natureza que constitui os hábitos e valores de quem vai ser investigado, no sentido de evitar que danos sejam causados a alguém.

A ética na pesquisa científica estabelece padrões de conduta para os pesquisadores, promovendo a responsabilidade individual e coletiva. Os pesquisadores têm a obrigação ética de conduzir seus estudos de maneira honesta e transparente, relatando resultados de forma completa e precisa.

4.9 Instrumentos: construção e validação

A elaboração do instrumento e sua validação numa pesquisa tem como finalidade, contribuir para que a coleta de dados possa abraçar evidências científicas, contribuindo para mudanças na prática de procedimentos, que colaborarão para diminuir os riscos, dos quais os participantes estão expostos. Nos estudos de Aranda (2016, p.89), “a validação é um processo contínuo que inclui procedimentos diferentes para comprovar se uma entrevista mede o que disse realmente medir”.

A validação pode ser compreendida como um processo de confirmação dos métodos e procedimentos empregados na coleta, análise e interpretação dos dados da pesquisa, visando a

redução de falhas e tendenciosidades. Nesse contexto, a validação em uma pesquisa pode ser efetuada em variadas fases do estudo, empregando-se múltiplas técnicas e métodos apropriados.

Portanto, para assegurar a validação dos instrumentos para coleta de informações elaboramos perguntas as quais foram submetidas à avaliação de quatro especialistas na área em questão, incluindo um doutor brasileiro e três paraguaios. Após analisarem as perguntas, propuseram algumas modificações, melhorando a compreensão e ajustando-as aos objetivos específicos da pesquisa e aos princípios que devem tornar a validação dos instrumentos e técnica eficientes.

4.10 Procedimentos para a coleta de dados

Os procedimentos de coleta de dados se referem às etapas que o pesquisador segue para adquirir as informações desejadas. Segundo a perspectiva de Andrade (2017), os procedimentos estão relacionados com a maneira pela qual os dados necessários são obtidos. Em outras palavras, são as diretrizes estabelecidas desde o início da pesquisa até sua conclusão. De forma tranquila, o primeiro contato foi feito com as escolas selecionadas para a condução deste estudo, estabelecendo-se uma comunicação formal com seus gestores.

No segundo momento, foi feito a solicitação formal da investigação aos gestores, aos coordenadores e aos professores, apresentando-se a finalidade e os objetivos da pesquisa. Foi enfatizado aos participantes sobre a importância do estudo, e sobretudo, após a análise dos dados, apresentaríamos as conclusões a respeito do problema encontrado. Também pedimos aos gestores o Projeto Político Pedagógico- PPP das escolas afim de verificar as propostas que envolvem a inclusão escolar.

Em seguida, marcou-se dia e horário da aplicação da técnica (Entrevista).

Como a pesquisa ocorreu em escolas diferenciadas, da mesma forma, a aplicação da técnica se deu em datas diferentes, conforme de expõe na tabela a seguir:

Tabela 2: Período de aplicação das entrevistas

Unidade Escolar	Dia da Aplicação do Questionário
Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira	10/08/2023
Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo	11/08/2023

Fonte: elaborada pelo próprio pesquisador

4.11 Limitações da pesquisa

As limitações da pesquisa são aspectos que podem afetar a validade e a generalização dos resultados obtidos em um estudo. Uma das limitações encontrada foi a aceitação de alguns professores em querer participar da população alvo da pesquisa. Foi necessário a pesquisadora sensibilizar os participantes da sua importância no estudo.

4.12 Técnicas de análise e interpretação dos dados

A análise e interpretação de dados têm como objetivo examinar minuciosamente as informações coletadas, verificando se há discrepâncias, para posteriormente efetuar correções, de modo a evitar a apresentação de resultados que possam confundir a interpretação do leitor.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a análise e a interpretação são duas atividades distintas, porém intimamente relacionadas, e, como processo, englobam duas operações: analisar e interpretar os dados coletados. Desse modo, a técnica e procedimentos apresentados são adaptados aos objetivos da pesquisa, fornecendo subsídios para examinar com base nas informações obtidas.

À luz do que foi apresentado dito pelos autores, podemos destacar que a análise e a interpretação de dados têm como objetivo revelar o verdadeiro significado das informações,

procurando estabelecer conexões com os conteúdos abordados na pesquisa. Nesse contexto, Bardin (2011) menciona o termo “análise de conteúdo” e descreve de forma concisa e clara o conceito de análise de conteúdo como um conjunto de técnicas voltadas para a análise de comunicações. O objetivo é aplicar procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens, identificando indicadores, sejam eles quantitativos ou qualitativos. Esses indicadores, por sua vez, possibilitam a inferência de conhecimentos sobre as condições de produção e recepção das mensagens, incluindo variáveis que podem ser deduzidas a partir delas.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A estruturação dos resultados e a análise dos dados coletados através da metodologia escolhida para esta pesquisa visaram abordar a questão identificada neste estudo. O foco principal desta investigação foi o processo de inclusão escolar para alunos com deficiência intelectual que estudam em duas escolas municipais no ensino fundamental no município de Santa Cruz no Estado de Pernambuco.

Nesse contexto, com a finalidade de expor, compreender e avaliar os dados, este capítulo foi desenvolvido com base na obtenção de informações por meio do instrumento utilizado.

A análise é seguida pela interpretação das declarações dos gestores, coordenadores e professores que são o foco deste estudo.

No sentido de garantir os três princípios descritos no capítulo anterior, os participantes, serão representados desta forma: Para os professores serão atribuídos da letra A até N acompanhado da identificação da Esc.1 e Esc. 2. Para os gestores G1 e G2, e os Coordenadores C.1 e C2.

1.º Objetivo específico: Descrever como vem acontecendo o processo de inclusão na sala de aula regular do professor com aluno com deficiência intelectual;

Pergunta 1: Você utiliza alguma metodologia diferenciada para atuar com estudantes com deficiência intelectual?

Tabela n.º 3: Metodologia utilizada pelo professor

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“Sim, utilizo não apenas para alunos portadores de deficiência, mais também para aqueles que têm algum transtorno de aprendizagem. São utilizados métodos como atividades lúdicas, jogos pedagógicos, entre outros, dependendo da necessidade do aluno”;</i>
Prof. B (Esc.1)	<i>“Não”;</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“Sim, os métodos são importantes para que os discentes com (DI) desenvolvam o ensino aprendizagem”;</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“Não”;</i>
Prof. E (Esc.1)	<i>“Sim, pois o aluno com deficiência intelectual geralmente precisa de muita prática até conseguir entender um conteúdo”;</i>
Prof. F(Esc.1)	<i>“Sim, buscamos metodologias que ajudem esses alunos a compreenderem de melhor forma, criar formas de ensino que envolvam as emoções, criar planos de aula mais simplificados, usar materiais concretos etc. para que o sucesso do aprendizado e inclusão se estabeleça, permitindo ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência”;</i>
Prof. G(Esc.1)	<i>“Sim, em algumas situações, trabalhamos com atividades diferenciadas”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“Tento fazer atividades diferentes xerocadas baixadas da net”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“Não”;</i>
Prof. J(Esc.2)	<i>“Às vezes, quando dá tempo”;</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“Nem sempre”;</i>
Prof. L(Esc.2)	<i>“Sempre”;</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>“Na medida do possível”;</i>

Prof. N(Esc.2)	“Não”.
----------------	--------

Fonte: Da própria pesquisadora

Para atuar de forma eficaz com estudantes com deficiência intelectual, é fundamental adotar uma abordagem inclusiva e individualizada, levando em consideração as necessidades específicas de cada aluno. Diferentes métodos e estratégias precisam ser empregados, dependendo do nível de deficiência e das habilidades do estudante. Um método amplamente utilizado é o ensino estruturado, que envolve a criação de rotinas claras e previsíveis, o uso de materiais visuais, a segmentação de tarefas em passos menores e a repetição para facilitar a aprendizagem. Também é importante a adaptação de materiais didáticos, a inclusão de recursos de tecnologia assistiva sendo considerada por Mendonça (2020) como uma estratégia valiosa para promover o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes, garantindo que eles tenham a oportunidade de alcançar seu máximo potencial. Na tabela acima, percebemos que apenas três *professores da Escola 1* utilizam métodos diferentes de forma sistemática.

Pergunta 2: Você utiliza algum recurso tecnológico que a escola disponibiliza para trabalhar com a inclusão escolar?

Tabela n.º 4: Disponibilização de materiais de apoio ao professor

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“A escola disponibiliza o que tem, mas infelizmente não é apropriado, faltam ainda muitos recursos”;</i>
Prof. B (Esc.1)	<i>“Em alguns momentos sim, mas as vezes é necessário o docente ir em busca de matérias mais acessíveis que leve o aluno a ter um bom desenvolvimento na sua aprendizagem”;</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“Não”;</i>

Prof. D (Esc.1)	<i>“Sempre que possível, pois ainda não temos materiais adequados à inclusão escolar ”;</i>
Prof. E (Esc.1)	<i>“A medida do possível”;</i>
Prof. F(Esc.1)	<i>“Não ”;</i>
Prof. G(Esc.1)	<i>“Sim, temos data show, revistas, televisão e net”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“Não ”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“A escola tem disponibilizado alguns materiais de apoio, mas não são suficientes para suprir as necessidades do docente”;</i>
Prof. J(Esc.2)	<i>“A escola disponibiliza de alguns materiais, mas seriam interessantes mais recursos”.</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“Não ”</i>
Prof. L(Esc.2)	<i>“Não ”.</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>“Na medida do possível”</i>
Prof. N(Esc.2)	<i>“Não ”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

A promoção da inclusão escolar é um compromisso que requer esforços conjuntos de educadores, instituições e sociedade como um todo. Nesse sentido, a tabela acima mostra que a escola *tem pouco disponibilizado materiais de apoio para o professor trabalhar com a inclusão*. Ao mesmo tempo, citam alguns professores *que os recursos que são disponibilizados são escassos e insuficientes*. Outros professores apontaram *que a escola não dispõe de materiais de apoio*. De acordo com Rodrigues (2021), os materiais de apoio desempenham um papel fundamental no processo de inclusão, capacitando os professores a oferecer um ambiente educacional mais inclusivo e adaptado às necessidades individuais dos alunos.

Embora muitas escolas já estejam investindo em tais recursos, é essencial que esse apoio continue a ser aprimorado e expandido, garantindo que nenhum estudante seja deixado para

trás. A inclusão não é apenas uma questão de justiça, mas também uma oportunidade para o enriquecimento do ambiente escolar e para o desenvolvimento pleno de cada aluno, independentemente de suas diferenças. Portanto, a contínua disponibilidade de materiais de apoio e o compromisso com a inclusão são pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Pergunta 3: Quais as tecnologias assistivas você utiliza na sala de aula? Elas têm contribuído para a melhoria da aprendizagem do estudante com deficiência?

Tabela n.º 5: As tecnologias assistivas

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“Nenhuma”;</i>
Prof. B (Esc.1)	<i>“A escola oferece apenas um data show e uma caixa de som. Mas é apenas um equipamento para todos os docentes o que acaba impossibilitando um trabalho contínuo com os discentes com deficiência. Falta muitos recursos para melhorar a aprendizagem dos alunos”;</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“Não”;</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“Data show, som”;</i>
Prof. E (Esc.1)	<i>“Os únicos recursos tecnológicos utilizados são, data show, caixa de som e internet”;</i>
Prof. F(Esc.1)	<i>“Os materiais escolares e pedagógicos acessíveis. Sim proporcionando uma melhoria no atendimento e promovendo o processo de ensino e aprendizagem, em condições de igualdade, compartilhando conhecimentos e experiências”;</i>

Prof. G(Esc.1)	<i>“De tecnologia utilizo o retroprojeter e internet para vídeos educativos e melhoram a socialização dos alunos, a interação e consequentemente a aprendizagem”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“Materiais pedagógicos em vários níveis, acessibilidade ao computador entre outros”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“Máquina de Braille, ampliadores de tela, materiais artesanais, software de ampliação. Essas ferramentas contribuem bastante para o bom desempenho dos discentes”;</i>
Prof. J (Esc.2)	<i>“Utilizamos alguns tipos: Datashow, jogos pedagógicos e internet” ;</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“Não”;</i>
Prof. L(Esc.2)	<i>“Não ”;</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>“Temos poucos alunos com deficiência, mas, fazemos o possível para facilitar seu aprendizado”;</i>
Prof. N(Esc.2)	<i>“Não”;</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

Tecnologias assistivas são ferramentas, dispositivos e sistemas projetados para auxiliar pessoas com deficiência a superar barreiras na educação e em outras áreas da vida. Na sala de aula, essas tecnologias desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e na maximização do potencial dessas pessoas. De acordo com as respostas obtidas pelos professores da Escola 1, *as tecnologias assistivas praticamente não existe* e portanto, não fazem uso dessas. Já na Escola 2, foi possível visualizar algumas tecnologias disponibilizadas pela escola como: *Máquina de Braille, ampliadores de tela, materiais artesanais, software de ampliação*”. Segundo Mendonça (2020, p.10): “As novas tecnologias são um aliado importante para o processo de inclusão escolar. Elas estão presentes nas Tecnologias Assistivas, importante aliado para a escolarização do aluno deficiente, além de fazerem parte da vida diária dos estudantes”.

Além do que também a escola pode disponibilizar outros recursos tecnológicos de acordo com a concepção de inclusão que a gestão e os professores possuem. A escola poderá prover para os estudantes e seus professores a adaptação de hardware, como teclados especiais e dispositivos apontadores alternativos, que facilitam o acesso ao computador. Além disso, softwares de aprendizado personalizado podem adaptar o currículo às necessidades individuais de cada estudante, proporcionando um ambiente de aprendizado mais inclusivo. Essas tecnologias assistivas têm contribuído significativamente para a melhoria da aprendizagem de estudantes com deficiência, pois eliminam barreiras e proporcionam acesso igualitário ao conteúdo educacional. Elas capacitam os estudantes a participarem ativamente das atividades escolares e a desenvolverem suas habilidades, promovendo a inclusão e a diversidade em sala de aula.

Pergunta 4: Como você media o conhecimento com os alunos com DI e quais estratégias você utiliza para avaliar a aprendizagem desses estudantes?

Tabela n.º 6: Estratégias utilizadas pelo professor

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“Desenvolver atividades dentro de suas possibilidades”;</i>
Prof. B (Esc.1)	<i>“A avaliação deve ser feita de acordo com a potencialidade e o conhecimento adquirido pelo aluno. Diante destes conhecimentos são utilizadas estratégias como: Estabelecer um ambiente de confiança, anamnese, aplicação de testes e etc.”;</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“Proporcionar o ambiente acolhedor e afetivo, agrupando com o aluno que sabe mais para que ele socialize e sinta valorizado. Valorizar sua oralidade, observando suas dificuldades e onde precisa ser reforçado, a habilidade que ele não conseguiu atingir; trabalhar de forma repetitiva,</i>

	<i>para que o aluno não esqueça o assunto; trabalhar com música, recorte e colagem, materiais lúdicos e atrativo”;</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“Analisando o seu desempenho nas atividades propostas”;</i>
Prof. E (Esc.1)	<i>“Observação, dedicação e o empenho do aluno em querer aprender. e também as mesmas que uso com os demais alunos como a avaliação”;</i>
Prof. F(Esc.1)	<i>“A observação, trabalhando com atividades diferentes com cada tipo de deficiência dos alunos e suas habilidades, e revisando os conteúdos”;</i>
Prof. G(Esc.1)	<i>“Apenas atividades adaptadas pois o material de apoio é insuficiente e a demanda de alunos em sala inviabiliza uma avaliação coerente com a deficiência intelectual de cada aluno”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“Ouvindo e respeitando a forma de desempenho nas atividades desenvolvidas”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“É utilizado a observação e desenvoltura nas atividades”;</i>
Prof. J (Esc.2)	<i>“Dividindo o conteúdo ou avaliação em várias partes”;</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“Atividades orais, escritas, etc.”;</i>
Prof. L(Esc.2)	<i>“As estratégias utilizadas para avaliar a aprendizagem do estudante com deficiência é: a Observação, atividades que procuro adaptar de acordo com a realidade do aluno e que são tiradas da net”;</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>“As estratégias de avaliação são variáveis com cunho individual, levando em consideração o desempenho de cada um(a)”;</i>
Prof. N(Esc.2)	<i>“Uso as mesmas estratégias que é aplicada com os alunos que não tem deficiência, que são participação em sala de aula e provas”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

A avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual requer uma abordagem cuidadosa e adaptativa, focada em proporcionar oportunidades para que esses

alunos demonstrem seu progresso e compreensão. Sendo assim, é essencial adaptar os métodos de avaliação para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência intelectual, o que necessariamente inclui a simplificação das perguntas, o uso de linguagem mais acessível, o fornecimento de apoios visuais, como imagens ou diagramas, e a extensão do tempo disponível para a realização da avaliação. A adaptação busca garantir que as barreiras cognitivas não prejudiquem a demonstração do conhecimento. Assim, analisando as respostas dos professores de ambas as escolas pudemos perceber, que a avaliação ainda encontra em sua maioria centrada na “*observação*”. Outro professor citou *que a avaliação utilizada a mesma para os estudantes que não possuem deficiência*”, dessa forma, “o resultado da avaliação do desempenho escolar de um aluno é diretamente afetado pelas práticas pedagógicas às quais ele foi submetido” (Glat e Estef, 2021, p.3). Para avaliar a aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual, é fundamental concentrar-se nas habilidades funcionais que são relevantes para sua vida cotidiana como a avaliação de habilidades práticas, como comunicação, habilidades sociais, habilidades de vida diária e capacidade de resolução de problemas em contextos do mundo real.

2º Objetivo específico: Identificar se a formação acadêmica do professor contribui para uma prática inclusiva;

Pergunta 5: Qual é a sua formação acadêmica e quanto tempo faz que você cursou?

Tabela n.º 7: A formação acadêmica dos professores e tempo de formação

Professor	Resposta	Tempo de formação
Prof. A (Esc.1)	“Sou graduada em pedagogia e teologia”;	6 anos
Prof. B (Esc.1)	“Magistério e Licenciatura em Letras”;	6 anos

Prof. C (Esc.1)	<i>“Letras.”;</i>	<i>2 anos</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“Licenciatura em história e no momento terminando o curso”;</i>	-----
Prof. E (Esc.1)	<i>“Sou graduada em Pedagogia e terminei em 1996”;</i>	<i>27 anos</i>
Prof. F (Esc.1)	<i>“Sou graduada em Letras Inglês e suas licenciaturas pela UPE desde 2009”;</i>	<i>14 anos</i>
Prof. G (Esc.1)	<i>“Cursando Pedagogia 6º período”;</i>	-----
Prof. H (Esc.2)	<i>“Ensino médio faz um ano que terminei”;</i>	
Prof. I (Esc.2)	<i>“Graduado em pedagogia, 5 meses”;</i>	<i>05 meses</i>
Prof. J (Esc.2)	<i>“Nível Superior em Pedagogia e fazendo matemática”;</i>	<i>15 anos</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“Sou graduada em Pedagogia”;</i>	<i>12 anos</i>
Prof. L (Esc.2)	<i>“Psicopedagogia.”;</i>	<i>13 anos</i>
Prof. M (Esc.2)	<i>“Pedagogia e psicopedagogia”;</i>	<i>6 anos</i>
Prof. N (Esc.2)	<i>“Pedagogia”.</i>	<i>2 anos</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

A formação docente desempenha um papel fundamental na qualidade da educação, influenciando diretamente a maneira como os professores preparam, instruem e apoiam os alunos em sua jornada educacional. O tempo de formação, ou seja, a duração e a profundidade dos programas de formação de professores, é um fator crítico na preparação de educadores capazes de enfrentar os desafios da sala de aula contemporânea.

Na tabela n.º 7, foi possível constatar que há professores ainda *leigos*, pois ainda estão *em processo de formação*, o que vem ainda mais implicar na questão da inclusão escolar. Em sua maioria os professores possuem graduações diferenciadas, o que nos permite perceber que

essas licenciaturas não contribuem muito para o processo de inclusão das pessoas com deficiências na escola.

Em relação ao tempo em que o professor se formou em Instituições de Ensino Superior ficou constatado que em sua maioria possui mais de 5 anos de formação e outros ainda se encontra em estudo.

A formação docente, independentemente de sua duração, deve abordar uma variedade de tópicos essenciais, como psicologia da aprendizagem, pedagogia, diversidade cultural, tecnologia educacional e estratégias de ensino adaptativas. Além disso, a formação deve incluir oportunidades de estágio e prática em sala de aula, onde os futuros professores podem aplicar o que aprenderam na teoria.

O tempo de formação é uma parte um elemento muito importante no desenvolvimento de professores altamente qualificados, capazes de atender às necessidades de uma sociedade em constante evolução (Dal Bó, et al., 2022). É fundamental que os programas de formação de professores sejam abrangentes, adaptativos e atualizados para preparar os educadores para os desafios em constante mudança da sala de aula e para garantir um ensino de qualidade.

Pergunta 6: Você considera que sua formação acadêmica, contribui para trabalhar com a inclusão escolar? Justifique.

Tabela n.º 8: A contribuição da formação inicial no processo da inclusão escolar

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“Sim, pois tem a função de complementar e aprofundar mais meus conhecimentos, buscando sondar mais nesse aspecto de inclusão escolar e mostrando como trabalhar as habilidades propostas de maneira, mas clara e objetiva”;</i>

Prof. B (Esc.1)	<i>“Ajuda, mas não é a formação acadêmica que deixa você está apto para trabalhar com a inclusão”;</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“Contribui de forma muito superficial”;</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“Não. muito se fala em inclusão na teoria mais pouco é colocado em prática”;</i>
Prof. E (Esc.1)	<i>“Não, a faculdade não nos prepara para trabalhar com inclusão, principalmente naquela época, década de 90”;</i>
Prof. F(Esc.1)	<i>“Sim. Minha formação acadêmica me possibilita guiar e orientar os estudantes na aquisição de uma segunda língua tão importante na Era digital”;</i>
Prof. G(Esc.1)	<i>“Em parte sim, pois trabalhamos algumas áreas específicas para a inclusão”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“Não”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“Não, apesar de termos tido algumas oficinas não contribuiu não”;</i>
Prof. J (Esc.2)	<i>“Sim, pois um ponto forte que a faculdade focou foi à inclusão intelectual”;</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“Não. Deveria termos mais conhecimentos na área”;</i>
Prof. L(Esc.2)	<i>“Não. O que vi na faculdade não foram suficientes para ensinar a estes alunos atípicos, o pouco que tenho aprendido é com pesquisas da net e experiências vivenciadas com colegas”;</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>“Super importante, pois tenho uma visão ampliada que me permite desenvolver estratégias de ensinios, fazendo com que os discentes de escolas regulares se sintam incluídos cada vez mais na sociedade”;</i>
Prof. N(Esc.2)	<i>“Não”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

A formação inicial do professor desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão educacional. É nessa etapa que os futuros educadores adquirem os conhecimentos teóricos e práticos necessários para compreender a diversidade de alunos presentes nas salas de aula. Análise das respostas acima, mostra um cenário preocupante, no qual apenas três *professores responderam que sim, que a formação sua inicial contribui para trabalhar com a inclusão*. Os demais participantes *responderam que não*. Nessa ótica, os professores que passam por uma formação inclusiva são mais propensos a desenvolver atitudes positivas em relação à diversidade e a reconhecer a importância de se adaptar às necessidades individuais de seus alunos, independentemente de suas diferenças, enquanto os outros podem encontrar severas dificuldades no seu processo de mediar o conhecimento. A partir de uma formação sólida, os professores serão capazes de aplicar abordagens pedagógicas diferenciadas, oferecendo suporte individualizado quando necessário, e criando um ambiente de aprendizado acolhedor e respeitoso (Dal Bó, et al., 2022).

Pergunta 7: Você sabe conceituar o termo “deficiência intelectual”? E quais as limitações da pessoa que a possui?

Tabela n.º 9: O conceito de deficiência Intelectual e das limitações de quem a possui

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“Sim, “deficiência intelectual” é um transtorno neurológico comum na infância e na adolescência. As limitações são as dificuldades de aprender, entender, e realizar atividades comuns para outras pessoas, atividades que envolvem raciocínio, resolução de problemas e etc. “;</i>

Prof. B (Esc.1)	<i>“Sim, deficiência intelectual é uma limitação intelectual, um tipo de transtorno neurológico que afeta a habilidade de interação social, comunicação, etc..”;</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“É um transtorno relacionado ao campo cognitivo em que o indivíduo tem dificuldade de raciocínio e compreensão...”;</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“A deficiência intelectual é caracterizada pelo funcionamento cognitivo que não corresponde à média esperada, ou seja, que esteja abaixo do que é considerado normal. A pessoa com deficiência intelectual apresenta dificuldades para aprender a ler, entender e realizar atividades comuns para as outras pessoas e muitas vezes, essa pessoa se comporta como se tivesse menos idade do que realmente tem”;</i>
Prof. E (Esc.1)	<i>“O termo deficiência intelectual é quando o indivíduo tem um quadro de inteligência abaixo da média e compromete certas habilidades do mesmo”;</i>
Prof. F(Esc.1)	<i>“Sim. É um distúrbio no desenvolvimento neurológico que aparece na infância. Apresentam limitações na aprendizagem e dificuldades no autocuidado e controle das emoções”;</i>
Prof. G(Esc.1)	<i>“O termo deficiência intelectual é uma doença que faz com que o aluno não aprenda”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“Caracteriza-se por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas. Apresentando funcionamento intelectual significativamente inferior à média”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“Sim. Conjuntos de distúrbios neurológicos que afetam no aprendizado”;</i>

Prof. J (Esc.2)	<i>“Trata-se de um distúrbio do desenvolvimento neurológico. A DI não é uma doença, e sim uma limitação. Por isso deve receber acompanhamento que os ajudem a desenvolver o raciocínio, que é o que mais possui limitação a parte do aprendizado”;</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“Sim. É um transtorno de desenvolvimento, e apresentam um funcionamento intelectual abaixo da média causando algumas limitações ao indivíduo;</i>
Prof. L(Esc.2)	<i>“A (DI) é um transtorno neuropsiquiátrico que implica algumas limitações nas habilidades do indivíduo que se encontre com essa deficiência. Como por exemplo: Comunicação, autocuidado, habilidades sociais, rendimento escolar, trabalho, lazer, saúde e segurança. Em uma linguagem mais comum alguns chamam de “retardo mental”, pois afeta também o raciocínio lógico como também habilidades em planejamento e resolução de problemas.”;</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>A deficiência intelectual é caracterizada pelo funcionamento cognitivo que não corresponde à média esperada, ou seja, que esteja abaixo do que é considerado normal. A pessoa com Deficiência Intelectual apresenta dificuldades para aprender a ler, entender e realizar atividades comuns para as outras pessoas e muitas vezes, essa pessoa se comporta como se tivesse menos idade do que realmente tem “;</i>
Prof. N(Esc.2)	<i>“Trata-se de pessoas com alguma limitação mental (retardo mental) ”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

Na tabela acima, a maioria dos professores pontuaram de forma correta o que é deficiência intelectual, porém o professor Prof. G(Esc.1), compreende como sendo “uma doença que faz com que o aluno não aprenda”. A deficiência intelectual, não é uma doença,

nem um transtorno psiquiátrico, “e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro (Honora e Frizanco, 2008, p. 103), mas, apesar da pessoa com DI apresentar severas dificuldades de aprender, dependendo dos estímulos recebidos, ele aprende. A falta de compreensão desse professor em relação à deficiência intelectual pode ser atribuída a vários fatores, incluindo falta de formação adequada, estereótipos, falta de experiência prática e desafios na identificação e suporte adequado para alunos com deficiência intelectual (Marques et al., 2020).

Pergunta 8: Em sua opinião, que é inclusão? Você concorda com a inclusão escolar?

Tabela n.º 10: O que os professores pensam a respeito da inclusão?

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“Inclusão é inserir o aluno na escola. Não acho que a inclusão é um processo legal, pelo menos na escola não”;</i>
Prof. B (Esc.1)	<i>“Inclusão é a capacidade que cada um tem de entender e reconhecer o outro e poder conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. Sim, pois independente das diferenças todos tem o direito de aprender e conviver em espaços sociais”;</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“Inclusão são ações para combater a exclusão. Se fosse feito de forma correta, com certeza seria a favor, porém, isso não acontece”;</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“A inclusão pode ser conceituada como um conjunto de ações que visa combater a exclusão de determinadas pessoas no âmbito social. Sim, a inclusão é extremamente importante, pois todas as pessoas devem ter os mesmos direitos sociais”;</i>

Prof. E (Esc.1)	<i>“Inclusão social é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, orientação sexual, religião, preconceito social ou preconceitos raciais._sim. mas para que isso aconteça é preciso uma organização escolar com salas inclusivas e capacitação para todo”;</i>
Prof. F(Esc.1)	<i>“Inclusão é aceitar e respeitar as pessoas diferentes vivendo assim em paz, harmonia. Concordo com a inclusão escolar e não apenas a inserção dos alunos na escola que é o que vem acontecendo”;</i>
Prof. G(Esc.1)	<i>“Eu entendo como inclusão a não privação do indivíduo de qualquer forma de relação devido suas necessidades especiais, cor, raça, credo e/ou forma física. E concordo e defendo a inclusão escolar em sua amplitude máxima, uma vez que é garantido por lei o direito fundamental de serem reconhecidos como membros iguais da comunidade. As diferenças não diminuem ou excluem nossos direitos como cidadão”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“É garantir que todos, sem discriminação, tenham acesso ao processo de ensino e aprendizagem de qualidade. Concordo que haja inclusão para que todos tenham as mesmas oportunidades”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“É o ato de incluir e acrescentar, ou seja, adicionar pessoas em grupos e núcleos que não faziam parte. Com toda certeza é de extrema importância que haja essa ação no eixo escolar para que os indivíduos com DI se sintam mais acolhidos”;</i>
Prof. J (Esc.2)	<i>“São vários meios e ações que afasta a exclusão em uma sociedade. Sim, independentemente de qualquer limitação, a criança deve frequentar a</i>

	<i>escola e ter direito a tudo que é disponibilizado regularmente às outras crianças”;</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“A permanência de cidadãos com deficiência no mesmo recinto escolar a pessoas consideradas sem deficiência. Não acho que eles consigam se desenvolverem, acaba os prejudicando”;</i>
Prof. L(Esc.2)	<i>“É o ato de acolher independentemente de cor, classe social, condições físicas e psicológicas. Na prática a comunidade escolar e social ainda caminha a passos lentos nesse processo, porque era algo desconhecido a dezenas de anos atrás, e só agora se tornou mais presente nos pronunciamentos políticos, educacionais e sociológicos”;</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>“É o acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento que todas as crianças e adolescentes, independente de suas habilidades, devem ter. Sim. Mas para que isso aconteça é preciso uma organização escolar com salas inclusivas e capacitação para todos os profissionais”;</i>
Prof. N(Esc.2)	<i>” Inclusão é inserir. Mas acho que ela não tem dado certo na minha escola”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

Nessa tabela, verificamos que o Prof. A (Esc.1) e o Prof. L(Esc.2), distorcem o conceito de inclusão, como também afirmam nas suas referidas escolas, *esse processo não tem dado certo*. De fato, a inclusão é um processo complexo, que envolve não somente o professor, mas toda a escola. Acreditamos que muitas vezes as escolas enfrentam falta de recursos, incluindo professores de apoio, materiais adaptados e treinamento, o que dificulta a capacidade de atender às necessidades individuais dos alunos com deficiências (Oliveira e Oliveira, 2018). Professores nem sempre recebem treinamento adequado em educação inclusiva, o que os deixa

despreparados para atender às necessidades dos alunos com deficiências. A falta de conhecimento pode levar à frustração e insucesso.

3º Objetivo específico: Analisar se o Projeto Político Pedagógico das escolas tem contemplado ações que incentive o processo de inclusão

Pergunta 9: A escola realiza projetos que contemplem a inclusão escolar? Quais? E como eles funcionam?

Tabela n.º 11: Os projetos que as escolas realizam

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“Sim, temos o projeto família que em parte inclui a família nessa ação”;</i>
Prof. B (Esc.1)	<i>“Sim, projetos pedagógicos, projetos inclusão- incluir o aluno em classe regular; Projetos pedagógica visa desenvolver o aprendizado do aluno. Projeto inclusão- visa divulgar o direito de todos a educação e em especial das pessoas com deficiência”;</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“Não”;</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“Sim, há jogos, teatros, danças, etc.”;</i>
Prof. E (Esc.1)	<i>“Só com a inclusão não, mas nos projetos escolares tentamos inserir esses alunos da melhor forma. Nas apresentações e trabalhos em grupo”;</i>
Prof. F(Esc.1)	<i>“Sim. Eles participam de desfile cívico, jogos escolares, feira da ciência e gincanas. O aluno que tem a deficiência é acompanhado pelo AEE nesses projetos escolares. E o aluno que não tem direito ao AEE, é auxiliado pelo professor”;</i>

Prof. G(Esc.1)	<i>“Dentro de um determinado limite sim, projetos, encontros com os pais, psicólogos educacionais, sempre com o intuito de aproximar tanto a família como o corpo discente para assuntos de extrema importância”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“Sim, Reuniões e palestras com pais e responsáveis, aberto ao público, e também eventos voltados para todos os alunos da escola”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“Sim, ainda não na sua totalidade, porém muitos paradigmas já foram quebrados a respeito do assunto”;</i>
Prof. J (Esc.2)	<i>“Não”;</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“Não”;</i>
Prof. L(Esc.2)	<i>“Não. Porque não temos capacitações adequadas para trabalhar com as mais diferentes situações”;</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>“Sim”;</i>
Prof. N(Esc.2)	<i>” Não”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

Analisando as respostas dos professores, ficou claro, *em sua maioria não compreende o que é “projetos”*. Cinco professores *de ambas as escolas afirmaram que a escola não desenvolve nenhum tipo de projeto*. A falta de desenvolvimento de projetos de inclusão nas escolas pode ser atribuída a diversos fatores (Arruda, 2022) entre esses: a falta de capacitação e formação de professores: A inclusão requer professores bem treinados e capacitados para atender às necessidades de alunos com deficiências. Quando os educadores não recebem formação adequada, eles podem se sentir despreparados para implementar projetos de inclusão (Arruda, 2022).

Outro fator pode estar atrelado a atitudes negativas em relação ao desenvolvimento de projetos podem prevalecer entre professores, pais e alunos. A resistência à implementação de projetos de inclusão pode exigir mudanças significativas na cultura da escola e nas práticas

pedagógicas. A resistência à mudança por parte dos administradores, professores e outros funcionários pode ser um desafio.

Pergunta 10: No Projeto Político Pedagógico há ações que favorece a inclusão escolar? Quais?

Nessa pergunta todos os professores das duas escolas responderam que no PPP das escolas “*não há ações*” que favoreçam a inclusão. Mostrando que a inclusão nessas escolas ainda não tem sido uma proposta educacional, mas um “aceite”.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um importante instrumento de planejamento e gestão educacional de uma instituição educacional. Ele serve como guia das ações que podem melhorar o processo de aprendizagem dos alunos. a LDB preconiza que a escola tem autonomia para conceber e gerir seu Projeto Político Pedagógico. A democracia, enquanto característica da administração escolar, viabilizará a participação de todos os envolvidos no processo educativo na formulação de decisões, de acordo com a interpretação dos seguintes artigos:

Art. 12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...] VII- Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Art. 13 – Os docentes incumbir-se-ão de: I- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; [...]

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação

na elaboração do projeto-pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observada às normas gerais de direito financeiro público. (LDB n. 9.394 de 1996).

Ao integrar essas ações no Projeto Político Pedagógico, a escola demonstra um compromisso real com a inclusão e cria um ambiente mais acolhedor e acessível para todos os seus alunos.

4.º Objetivo específico:

Pergunta 11: Quais as maiores dificuldades você encontra no processo de inclusão escolar nessa escola?

Tabela n.º 12: As dificuldades encontradas pelos professores

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“Falta de formação na área”:</i>
Prof. B (Esc.1)	<i>“A falta de formação dos professores, o despreparo, a falta de apoio especializado, o não diagnóstico de alguns, sala de recurso para atendimento no contraturno”:</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“A limitação dos recursos e o quantitativo de alunos em sala de aula para um único professor”:</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“A falta de formação para os docentes, auxiliares na sala e material”:</i>
Prof. E (Esc.1)	<i>“A falta de recursos por parte da má distribuição de verba para os municípios para se trabalhar nessa causa”:</i>

Prof. F(Esc.1)	<i>“É incluir esses alunos com os demais, onde na maioria das vezes demora um pouco esses alunos a se adaptar a rotina dos colegas”;</i>
Prof. G(Esc.1)	<i>“A deficiência que temos no trato com o assunto. Carecemos de mais conhecimentos na área”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“Creio que a maior dificuldade é ter apenas um professor na sala de aula para mediar a aprendizagem não apenas dos alunos atípicos como também dos alunos considerados “normais”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“Aceitação da família, maiores investimentos dos poderes públicos em materiais pedagógicos, etc.”;</i>
Prof. J (Esc.2)	<i>“A falta de formação”;</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“A falta de formação”;</i>
Prof. L(Esc.2)	<i>“Falta de informação e capacitação”;</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>“A ausência da família”;</i>
Prof. N(Esc.2)	<i>“Entender como trabalhar com esses alunos”;</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

Diante das respostas, podemos compreender que todos os professores encontram dificuldades no processo de inclusão escolar. Superar essas dificuldades requer esforços contínuos na formação dos professores, investimento em recursos adequados, apoio da família para a criação de ambientes educacionais verdadeiramente. “No atual cenário, carecemos, com urgência, repensar as formações, isso vale para a formação inicial, vivida a nível de graduação, bem como para a continuada, a nível de mestrado e doutorado” (Oliveira e Ebling, 2022, p.31). Repensar a formação de professores é fundamental para garantir que os educadores estejam adequadamente preparados para enfrentar os desafios e oportunidades do século XXI,

contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para o avanço da educação como um todo.

Pergunta 12: Você acredita que os estudantes com deficiência intelectual podem superar as dificuldades de aprendizagem? Como?

Tabela n.º 13: A concepção do professor a respeito da superação dos estudantes com DI

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“Sim, realizando atividades que desenvolvam raciocínio do estudante fazendo com que ele consiga se concentrar no que está desenvolvendo”;</i>
Prof. B (Esc.1)	<i>“Sim, trabalhando suas dificuldades”;</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“Sim, acredito que se houverem professores realmente capacitados na área, ou mais formação para os que já estão atuando, o aluno possa, de certa forma, superar algumas dificuldades”;</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“Sim, através de acompanhamento de profissionais capacitados”;</i>
Prof. E (Esc.1)	<i>“Acredito que sim, desde que tenha comprometimento e interesse do professor e ajuda da família e se preciso for de profissionais de saúde”.</i>
Prof. F(Esc.1)	<i>“Se o aluno tiver motivação e apoio da família, vai longe, e poderá vencer muitas barreiras”;</i>
Prof. G(Esc.1)	<i>“Sim ajudando esse aluno a sair da posição de “não saber” ou de “recusa de saber” para se apropriar de um saber que lhe é próprio, ou melhor que ele tenha consciência do que o constitui”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“Sim, com uma aula diferenciada ou lúdica pode chamar a atenção do aluno em outros aspectos”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“Acredito que sim, dependendo dos estímulos”;</i>

Prof. J (Esc.2)	<i>“Eu acredito que esses estudantes possam ter um grande desenvolvimento em sua aprendizagem, porém tem que ser todo um conjunto (pais, comunidade escolar e saúde) envolvidos numa só causa a aprendizagem dos mesmos”;</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“Sim. Com empenho da família, da escola e também de profissionais capacitados”;</i>
Prof. L(Esc.2)	<i>“Acredito sim, quando forem quebradas as barreiras da ignorância de boa parte da sociedade civil organizada e todos derem as mãos em busca desse bem comum”;</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>“Acredito sim”.</i>
Prof. N(Esc.2)	<i>“Creio de sim”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

De acordo com as respostas, *todos os professores acreditam que a inclusão é possível*, o que para eles só será possível por meio de alguns fatores como: *a participação da família, de profissionais capacitados e dos estímulos que a pessoa com deficiência recebe.*

A inclusão é um princípio fundamental em diversas áreas, principalmente a educação que é o caminho fundamental por onde ela pode ocorrer. Apesar desse entendimento entre os professores, Santana e Teixeira (2022), advertem que “[...], a inclusão escolar ainda necessita de um olhar mais voltado para o fazer pedagógico, os professores devem inovar nas suas práticas pedagógicas, valorizando sempre as diferenças” (p.311). É importante ressaltar que busca construir sociedades mais justas e igualitárias, reconhecendo e valorizando a contribuição de cada indivíduo

Pergunta 13: Você conhece as diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão -LBI? E em que ela contribui para o processo de inclusão escolar?

Tabela n.º 14: A Lei Brasileira de Inclusão -LBI e seu conhecimento pelo professor

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“Conheço pouco, mas se não fosse ela, a pessoa considerada atípica continuaria sem os seus direitos assegurados”;</i>
Prof. B (Esc.1)	<i>“Sim. Assegura o direito a pessoas com deficiência terem acesso ao conhecimento”;</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“Não”;</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“De forma superficial”;</i>
Prof. E (Esc.1)	<i>“Sim, para promover igualdade direito e liberdade fundamentais por pessoa com deficiências, visando a sua inclusão social dentro da escola”;</i>
Prof. F(Esc.1)	<i>Estou estudando, a função dela é trazer apoio profissional às escolas e acessibilidade aos discentes”;</i>
Prof. G(Esc.1)	<i>“Não”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“Não”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“Não”;</i>
Prof. J (Esc.2)	<i>“Não”;</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“Não”;</i>
Prof. L(Esc.2)	<i>“Não”.</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>“Um pouco”</i>
Prof. N(Esc.2)	<i>“Só a introdução”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

Nessa análise é possível perceber que somente o *Prof. B (Esc.1)* e o *Prof. E (Esc.1)* conhecem o que determina a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. É uma legislação abrangente que estabelece políticas para promoção da inclusão e garantir os direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

Essas políticas públicas vêm reforçando a necessidade de que a União, os Estados, os municípios e a sociedade busquem possibilidades para a realização de ações que promovam a inclusão escolar numa perspectiva que é mundial, com ênfase na educação em direitos humanos. Nesse ínterim, a educação inclusiva, como uma forma de promover a aprendizagem para todos os alunos, é uma discussão importante e necessária, pois o movimento de convivência com a diferença promove articulações entre as pessoas, possibilitando o entendimento da realidade, o que pode modificar os olhares e as ações coletivas que possibilitem a equidade humana. (Mafezoni e César, 2020, p.145)

Essas políticas refletem uma perspectiva global, com ênfase na educação em direitos humanos. Dessa forma, os professores precisam conhecer essas políticas para poder realizar um trabalho inclusivo. Assim, podemos pontuar que em sua maioria, o professor desconhece as leis brasileiras que trabalham com a inclusão.

Pergunta 14: Você tem na sua sala de aula um professor de apoio à inclusão? Se sim, comente de que forma ele colabora com o processo de inclusão.

A análise revelou que na sala de aula o professor “*não*” tem auxílio de um profissional que lhe auxilie na questão da locomoção, higienização e alimentação, bem como na ajuda com as atividades pedagógicas para os alunos com DI. Essas respostas, vem confirmar que a inclusão não tem sido ainda implementada nessas duas escolas.

Pergunta 15: Quais são as suas condições de trabalho, no processo de inclusão? Comente.

Tabela n.º 15: As condições de trabalho no processo de inclusão

Professor	Resposta
Prof. A (Esc.1)	<i>“Força de vontade e persistência”;</i>
Prof. B (Esc.1)	<i>“São boas, precisamos de mais formação na área”;</i>
Prof. C (Esc.1)	<i>“A escola é adaptada, mais as vezes como professora tenho dificuldade de organizar uma aula que atenda todos os alunos tento inclui da maneira que acho que vai funcionar”.</i>
Prof. D (Esc.1)	<i>“Apesar de não ter muita formação na área, faço o possível para que o aluno tenha de fato um bom aprendizado e se sinta acolhido na sala de aula”;</i>
Prof. E (Esc.1)	<i>“Favoráveis, tento me virar nos 30”;</i>
Prof. F(Esc.1)	<i>“Melhoria nos materiais para o docente desenvolver melhor o seu trabalho, como: tecnologia assistiva. Ter mais orientações sobre o processo de inclusão”.</i>
Prof. G(Esc.1)	<i>“Adaptação na sala de aula, escolhas de materiais, elaboração de atividades e também família e escola”;</i>
Prof. H (Esc.2)	<i>“Não são das melhores, todavia tenho esperança, que melhore cada vez mais”;</i>
Prof. I (Esc.2)	<i>“Poderia ser melhor, se houvesse interesse”;</i>
Prof. J (Esc.2)	<i>“Pouco interesse por parte da gestão”;</i>
Prof. K (Esc.2)	<i>“Nenhuma, somente a minha boa vontade e pesquisas na net”</i>

Prof. L(Esc.2)	<i>“Nenhuma”;</i>
Prof. M(Esc.2)	<i>“Não há interesse”;</i>
Prof. N(Esc.2)	<i>“A escola é adaptada, apenas falta recursos pedagógicos e falta de formação na área”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

Diante das respostas apresentadas na tabela acima, fica nítido que o processo de inclusão nas duas escolas ainda precisa ser revisto, pois de nada adianta colocar o aluno com deficiência na escola sem que a escola esteja preparada, pois, “a educação inclusiva é um desafio, no qual a escola, por todos seus componentes, é parte fundamental para o sucesso, assim sendo necessário a modernização, a atualização do sistema tradicional e excludente (Silva e Miguel, 2020, p.885).

Análise das respostas dos gestores e coordenadores pedagógicos

5.º Objetivo: Identificar os principais desafios enfrentados pela escola para que a inclusão escolar se fortaleça.

Pergunta 1: A secretaria de educação do seu município tem oportunizado a formação continuada para o professor trabalhar com a inclusão escolar? De que forma?

Tabela n.º 16: O papel da secretaria de educação do município de Santa Cruz e formação continuada no processo de inclusão escolar

Participante	Resposta
G. 1	<i>“De certa forma, sim, mas é necessário melhorar”;</i>
G.2	<i>“Não”;</i>
C.1	<i>“Sim, mas não temos pessoas capacitadas e que nos orientes na escola”;</i>

C.2	<i>“Na medida do possível sim. Com capacitação”;</i>
-----	--

Fonte: Da própria pesquisadora

De acordo com o que foi respondido, a questão da secretaria de educação do município de ainda não tem um olhar voltado a inclusão escolar, contradizendo os documentos oficiais da educação que prima pela inclusão.

Para Silva e Miguel (2020, p.882) “[...]é corriqueiro os professores que atuam no ensino básico não receberem incentivo à formação continuada, orientações pedagógicas, motivação, ou mesmo disporem de tempo para planejar e desenvolver práticas pedagógicas dinâmicas e diferenciadas em sala de aula”. A falta de incentivo à formação continuada, orientações pedagógicas, motivação e tempo para planejamento são desafios comuns enfrentados por muitos professores brasileiros, principalmente os das escolas públicas.

A corrida para dar-se o conteúdo aos alunos, tem sido a prioridade das secretarias de educação, obrigando as escolas a cumprir o que elas determinam, o que tem causado impactos negativos na qualidade do ensino e no desenvolvimento profissional dos educadores, e em especial, os que atuam com salas de aulas inclusivas.

Pergunta 2: A escola tem disponibilizado tecnologias assistivas ao professor para trabalhar com a inclusão?

Tabela n.º 17: As tecnologias assistivas ofertadas pela escola

Participante	Resposta
G.1	<i>“A escola não disponibiliza porque não tem”;</i>
G.2	<i>“Não”;</i>
C.1	<i>“Não”;</i>
C.2	<i>“Não”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

A tecnologia assistiva (TA) desempenha um papel relevante na promoção da inclusão e no apoio ao aprendizado para alunos com deficiência, pois, permite que alunos com deficiência tenham acesso a uma vasta gama de informações por meio de dispositivos como leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz.

Galvão Filho (2013) exprime sua opinião a respeito das respostas acima,

Note-se a estranheza desse fato, na medida em que, muitas vezes, numa escola inclusiva, ao lado desse estudante com deficiência pode estar outro estudante, este sem deficiência, utilizando o mesmo recurso computacional e, o mais importante, com a mesma finalidade de favorecer o seu aprendizado, exatamente como no caso do estudante com deficiência. E para esse estudante sem deficiência, obviamente, esse recurso computacional não é considerado como Tecnologia Assistiva, mas, sim, como uma simples tecnologia educacional... (p.29)

É realmente interessante observar como a percepção da tecnologia pode variar dependendo do contexto e das necessidades individuais. Corroborando com o autor, é importante a escola reconhecer que as tecnologias não são exclusivas para alunos com deficiência; muitas vezes, são recursos valiosos que beneficiam toda a comunidade escolar.

Pergunta 3: A escola tem cumprido com o que determina a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015? Como?

Tabela n.º 18: O cumprimento da Lei nº 13.146, pela escola

Participante	Resposta
G. 1	<i>“Sim, na matrícula, no apoio com os professores, no encaminhamento aos centros de apoio, na busca ativa”;</i>

G.2	<i>“Sim. Garantindo o direito de pessoas com deficiência a adquirir conhecimentos”;</i>
C.1	<i>“Trabalhando com alunos com DI, e mostrando a elas que suas condições não a limitam a sua integração no meio social e cidadã”;</i>
C.2	<i>“Sim, dando sempre apoio e disponibilizando ao acesso de serviços a saúde pública e as informações prestadas e recebidas, por meio de recursos tecnológicos assistivos de acordo com o que se tem no âmbito escolar”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 estabelece princípios fundamentais, como a dignidade, a igualdade, a não discriminação, a acessibilidade universal, a participação e a inclusão plena e efetiva na sociedade, e define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com diversas barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade. Estabelece ainda a obrigatoriedade de garantir acessibilidade em espaços públicos, serviços, edificações, transportes, comunicação e informação, entre outros, visando a inclusão das pessoas com deficiência. Determina a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando a inclusão escolar de estudantes com deficiência (Brasil, 2015). Esses são apenas alguns aspectos da Lei Brasileira de Inclusão.

Segundo as respostas da tabela acima, fica nítido que tanto os gestores como os coordenadores, não conhecem de forma ampla o que reza tal lei, o que pode resultar em uma falta de compreensão dos direitos dos alunos, incluindo aqueles com deficiência intelectual, causando sérios desafios no processo de inclusão.

Pergunta 4: Como a gestão escolar tem motivado a comunidade para que a inclusão escolar se fortaleça?

Tabela n.º 19: O papel da gestão escolar no fortalecimento da inclusão na comunidade escolar

Participante	Resposta
G. 1	<i>“Através de palestras e reuniões com especialistas e com a comunidade escolar”;</i>
G.2	<i>“A gestão tem apoiado nos projetos pedagógicos, na interação família escola, nos reforços escolares, material didático e palestras de apoio, encaminhamentos a psicólogo”;</i>
C.1	<i>“Através de palestras informativas”</i>
C.2	<i>“Dialogando com pais, professores, comunidade e respeitando as peculiaridades de cada um”;</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

De acordo com as respostas dos gestores e coordenadores, a escola tem *dialogado por meio de palestra e textos informativos com o professor, com a família e comunidade* com o objetivo de possíveis encaminhamentos a psicologia, área essa, responsável para auxiliar a escola e os professores a lidar com os estudantes que possui deficiências.

Nessa ótica, Silva e Miguel dizem (2020) que,

A gestão escolar tem papel crucial voltado para inclusão de práticas pedagógicas, a qual deve envidar esforços para estabelecer metas e objetivos, envolvendo os professores de todos os segmentos para planejar estratégias de forma coletiva (práticas inclusivas), com vistas em resultados positivos (diversidade cultural) (p. 886).

Essas duas figuras (gestor e coordenador pedagógico) desempenham, um papel muito importante na promoção da inclusão de práticas pedagógicas e na criação de um ambiente educacional que valorize a diversidade, o que de forma direta envolve a criação de políticas e diretrizes que orientem a implementação de práticas pedagógicas inclusivas em toda a escola, na comunidade e em especial com a família. Além do que seus papéis também são o de promover a formação e a sensibilização da equipe escolar sobre as questões relacionadas à

inclusão, incluindo as necessidades específicas de alunos com deficiência. Também são da assada desses dois profissionais desenvolver e implementar políticas, planos e estratégias que garantam a inclusão de todos os alunos, considerando as adaptações necessárias nos recursos e práticas pedagógicas.

Pergunta 5: Como tem ocorrido a participação da família no processo de inclusão escolar?

Tabela n.º 20: A participação da família no processo de inclusão

Participante	Resposta
G. 1	<i>“A família vem sempre a escola saber como está indo o(a) filho(a)”;</i>
G.2	<i>“Nem sempre”;</i>
C.1	<i>“Sempre que é chamada”;</i>
C.2	<i>“Só na hora de levar a criança na escola”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

A família e a escola devem formar uma parceria colaborativa, o que envolve em uma comunicação aberta, troca constante de informações e colaboração ativa na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento e à educação do aluno. Na resposta acima, evidenciou-se controvérsias nas falas da gestão e da coordenação, contradizendo o determina a Constituição Federal do Brasil de 1988, no seu Art. 205 que reza o seguinte:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1998, p. 23).

A família é uma fonte valiosa de informações sobre o aluno, incluindo suas necessidades, preferências, pontos fortes e desafios. Portanto, compartilhar essas informações com os professores permite uma compreensão mais abrangente do aluno e contribui para a elaboração de estratégias mais eficazes.

Pergunta 6: A coordenação pedagógica tem ofertado momentos de discussão acerca do processo de inclusão escolar? Se sim, como acontece?

Tabela n.º 21: O coordenador pedagógico frente discussão acerca da inclusão

Participante	Resposta
G. 1	<i>“Sim, porém o tempo é insuficiente;</i>
G. 2	<i>“Quando sobra um tempo no período letivo;</i>
C.1	<i>“Sei, que é preciso, mas não depende de mim”;</i>
C.2	<i>“Nem sempre”.</i>

Fonte: Da própria pesquisadora

Conforme exposto na tabela acima, tanto os gestores como os coordenadores, afirmaram que o tempo disponibilizado para a formação dos professores pelos coordenadores, é muito pouco. Compreendendo que a escola deve ofertar um período razoável para a formação dos professores, pois nesses momentos os professores podem tirar suas dúvidas, fazer comparações, trocar experiências com os demais colegas. Entendemos ainda que a eficácia da formação

depende não apenas da quantidade de tempo, mas também da qualidade do programa, das metodologias utilizadas e do alinhamento com as necessidades específicas dos professores e da escola.

Melo e Melo (2018), entendem que a formação do professor que atua em sala de aula inclusiva é um grande desafio. Entre esses desafios está na formação acadêmica do próprio Coordenador, que muitas vezes não tem preparo específico. A formação contínua e especializada do coordenador é fundamental para capacitar os professores a enfrentar os desafios específicos associados à inclusão na educação.

ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO -PPP DAS DUAS ESCOLAS

O processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) na ótica da inclusão, se faz importante considerar como esse documento aborda e promove a inclusão de todos os indivíduos, independentemente de suas características, necessidades ou diferenças. Esse documento deve expressar explicitamente o compromisso da instituição com a promoção da inclusão, respeitando a diversidade de origens étnicas, culturais, socioeconômicas, de gênero, de habilidades e de outras características dos estudantes e membros da comunidade escolar (Brasil, 1996).

Nesse sentido, ele deve abordar questões de acessibilidade física e digital, garantindo que as instalações da escola e os recursos educacionais sejam acessíveis a todos, incluindo pessoas com deficiência física, sensorial ou intelectual (Brasil, 2015). Também deve abordar a adaptação do currículo para atender às necessidades de todos os alunos (Brasil, 1999), incluindo estratégias de ensino diferenciadas, recursos adicionais e apoio individualizado para alunos com necessidades especiais de aprendizagem.

É importante ainda, que nesse documento seja incentivado práticas de ensino que promovam a participação ativa e a colaboração de todos os alunos (Brasil, 2001), valorizando suas contribuições individuais e criando um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor, ao mesmo tempo, reconhecendo e abordando as necessidades específicas de grupos historicamente marginalizados ou excluídos, como alunos com deficiência e iniciativas de formação e capacitação para professores e equipe escolar, visando desenvolver habilidades e competências para lidar com a diversidade e promover práticas inclusivas no ambiente escolar.

Foi verificado que o PPP das escolas envolvidas não deixa de forma clara os princípios e valores que norteiam as práticas educativas das escolas em relação a inclusão escolar,

contradizendo o que reza a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Brasil, 1996). Essa lei é documento oficial importante no âmbito educacional pois estabelece objetivos educacionais específicos, tangíveis e mensuráveis, contudo, esses objetivos ainda não foram concretizados para a educação inclusiva. Esses objetivos devem refletir as aspirações da escola em relação ao desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos, principalmente com deficiências.

Para Veiga (2009), o “Projeto Político Pedagógico representa um desafio em busca de novas trilhas para a escola” (p. 45). Então esse desafio nas escolas pesquisadas tem comprometido o processo de inclusão.

Percebemos que nesse documento a proposta pedagógica apresentada no incluindo métodos de ensino, estratégias de avaliação, não contempla a inclusão

Não verificamos na análise realizada um comprometimento explícito com a inclusão e a promoção da diversidade.

A análise do PPP aborda a importância da formação continuada de professores, indicando estratégias para o desenvolvimento profissional e atualização constante, contudo ao nosso ver essas estratégias precisam ser implementadas.

Constatamos que o PPP aborda a participação ativa da comunidade escolar, incluindo pais, alunos e demais membros da comunidade, mas, a sua implementação ainda se encontra em processo.

Notamos que o PPP não aborda as necessidades da compra de recursos tecnológicos essenciais para o efetivo desenvolvimento das atividades educacionais inclusivas, no entanto essa compra ainda não foi efetivada.

CONCLUSÕES

A inclusão de estudantes com deficiência nas escolas públicas traz consigo impactos significativos e desafios que refletem a necessidade de adaptações no ambiente educacional. Os impactos positivos são evidentes na promoção da diversidade e na criação de um ambiente mais enriquecedor, onde todos os alunos têm a oportunidade de aprender e interagir uns com os outros. No entanto, os desafios associados à inclusão são inegáveis.

Diante de tantos desafios, é fundamental um esforço conjunto entre todos que compõem a comunidade escolar para superar barreiras e promover uma educação verdadeiramente inclusiva, o que implica não apenas em investimentos em tecnologias assistivas, mas também um comprometimento com a formação de professores, a conscientização sobre as necessidades dos alunos com deficiência e a implementação de práticas pedagógicas diferenciadas que permitam a participação plena dos estudantes inclusos contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

No contexto da realização da pesquisa, através da pesquisa de campo, evidenciou-se nas duas escolas que a inclusão do aluno com deficiência intelectual, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores ainda se encontra muito longe de ser considerado inclusiva. Observou-se que a metodologia utilizada se encontra em um fazer que ainda não contempla o melhoramento das limitações desses estudantes. As dificuldades na mudança nas ações pedagógicas inclusivas podem ser atribuídas a uma série de fatores, como a falta de formação adequada, recursos pedagógicos limitados e a falta de interesse de alguns professores, por estarem acostumados com um ambiente escolar sem a presença de estudantes sem deficiências.

A pesquisa revelou que os professores não possuem formação adequada para trabalhar com o processo de inclusão, e nem recebem treinamento específico sobre estratégias pedagógicas adaptativas que atendam às necessidades individuais dos alunos com deficiência

intelectual. Sendo assim, serão necessários o desenvolvimento e a oferta de programas de formação continuada voltados especificamente para a inclusão de alunos com deficiência intelectual, cujos conteúdos devem abranger aspectos teóricos e práticos, fornecendo aos educadores ferramentas e conhecimentos necessários para adaptar suas práticas pedagógicas de maneira eficaz. A inclusão de casos práticos e situações do cotidiano escolar durante a formação poderia ampliar a compreensão dos professores sobre as demandas específicas dos alunos com deficiência intelectual.

Ficou evidente que a gestão escolar ainda não tem um olhar voltado a inclusão. Certamente, a transformação rumo a uma gestão escolar mais inclusiva demanda não apenas a conscientização da administração, mas também da implementação de estratégias que capacitam e orientam os professores nesse processo.

Constatou-se que o PPP dessas escolas apresenta um diagnóstico claro da realidade escolar, incluindo dados sobre desempenho acadêmico, perfil socioeconômico dos alunos, infraestrutura escolar e demais fatores que impactam o ambiente educacional, mas notamos que esse documento, não é revisto periodicamente conforme é um dos seus princípios.

Diante da constatação de que os professores carecem de formação adequada para lidar com o processo de inclusão e não recebem treinamento específico por parte do coordenador pedagógico torna-se evidente a necessidade urgente de implementar medidas que enderecem essa lacuna. O Coordenador pedagógico, tem entre uma de suas atribuições, de apoiar o professor em suas dificuldades, inclusive ministrando a formação em serviço.

Tudo o que a pesquisa revelou oferecem ideias que são fundamentais para estimular uma reflexão aprofundada sobre a inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual, o que implica em políticas educacionais que visem contribuir para sanar os desafios encontrados nessas escolas no processo de inclusão escolar.

PROPOSTAS

As propostas desta Tese estão direcionadas para todos os profissionais da educação que atuam no ensino fundamental dos anos iniciais, seja da escola pública ou privada, urbana ou rural, que trabalham com alunos inclusos.

Para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Santa Cruz e ao todos os professores da Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira - Santa Cruz/PE e do Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo - Santa Cruz/PE, que serviram de campo para a presente investigação.

Diante dos resultados obtidos neste estudo são necessárias algumas propostas no sentido de contribuir para melhorar os desafios que os professores encontram rumo a uma prática diferenciada, quando se fala em inclusão.

Neste sentido, recomendamos;

1. Que a gestão escolar agilize a compra recursos tecnológicos para auxiliar os alunos com deficiência intelectual e ao professor uma prática diferenciada;
2. Criação por parte da gestão e do coordenador pedagógico de uma política para incluir a família na escola como uma forma de proporcionar um ambiente educacional mais inclusivo;
3. Criar um calendário específico para que o coordenador pedagógico possa ministrar a formação *in locus*, com vista a fornecer subsídios ao professor a uma prática diferenciada no contexto da inclusão.

Assim, as articulações pedagógicas devem ampliar o conceito sobre uma educação mais inclusiva na perspectiva da realidade de cada escola.

Ressalvamos que este estudo não pretendeu esgotar as análises acerca do objeto em questão, mas empreender algumas reflexões a partir das teorizações que fundamentaram essa tese, que pudessem servir como contributo para pensar a relevância do processo educativo

inclusivo. Enfim, não se trata de um ponto final, mas uma fomentação para motivar novas pesquisas e discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, L; Silva, D; Alves, A. (2019). Educação inclusiva: reflexões acerca das contribuições e desafios no processo educativo. *Revista Expressão Católica*; v. 7, n. 1.
- Alvarenga, E.M.de.; (2019). *Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa*. Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Assunção, Paraguai.
- Alves, A.de. O., Signoretti, A., e Paradedá, R. (2017). Brincando com Julio's: Jogo Educativo para Pessoas com Deficiência Intelectual. XVI *SBGames* – Curitiba – PR – Brazil, November 2nd - 4th. Disponível em: <https://www.sbgames.org/sagames2017papers/ComputacaoShort/176141.pdf>. Acesso em: 12 abril. 2023.
- Andrade, M.M.de. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 10 ed. São Paulo. Atlas
- Antunes, C. (2003). *As inteligências múltiplas e seus estímulos*. Campinas-SP: Papirus.
- Aranda, T. J.C. (2016). *Metodologia de La Investigación Científica: Manual para elaboración de Tesis y Trabajos de Investigación*. Assunción: Marben Editora & Gráfica.
- Aranda, T. J. C (2018). *Metodología de la Investigación Científica*. Manual para elaboración de Tesis y trabajos de Investigación. Asunción, Paraguay: Marben.
- Arruda, E. R. da. S. A. (2022). *Inclusão em educação e formação de professores: caminhadas e labirintos no (re)inventar das práticas pedagógicas*. Dissertação de Mestrado. Niterói-RJ. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/27808/Edna-Aguiar_vers%C3%A3o%20final_disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20 de out. de 2022.
- Ataíde, de. F. R. (2018). *Autorrepresentação de pessoas com deficiência intelectual: a concepção sobre a deficiência e os "sonhos" para o futuro* [manuscrito]. 250 f.: il. Tese de doutorado. Goiânia. Disponível em: Acesso em: <https://repositório.bc.ufg.br/tede/>

bitstream/tede/8750/5/Tese%20-%20Raclene%20Ataide%20de%20Faria%20-%;

Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

Banks-Leite, L.V. (2017). O projeto científico de educação do selvagem do Aveyron: perspectiva histórica e reflexões para o presente. In: Banks-Leite, L.; Galvão, I.; Dainez, D. *O Garoto selvagem e o Dr. Jean Itard: história e diálogos contemporâneos*. Campinas: Mercado de Letras. p. 41-64.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 229 p.

Barreto, E. M. G. (2020). A criança com deficiência intelectual no ensino regular: uma análise a partir da política nacional brasileira. *Ensaio Pedagógicos* (Sorocaba), vol.4, n.3, set./dez. p.95-103 ISSN: 2527-158X Disponível em <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/download/237/260>. Acesso em 23 de junho de 2022.

Batista, L. A.; Cardoso, M. Dh. De. O. (2020). Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 44, 17 de novembro. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em 21 de abril de 2023.

Bicudo, M. A. V. (2011a). A pesquisa qualitativa olhada para além dos seus procedimentos. In M. A. V. Bicudo et al. (org): *Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica*. (pp.11-28). Cortez.

Bogdan, R; Binklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto (Port): Porto Editora.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidente da República.

Brasil. (1990). *Lei no 8.069, de 13 de julho*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul.

- Brasil. (1994). *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial.
- Brasil. (1996). Ministério de Educação e Cultura. LDB - *Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.
- Brasil. (1999). *Decreto n.º 3298, regulamenta a lei 7853/89 de 24 de outubro de 1989*, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília,
- Brasil. (2000). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC.
- Brasil. (2001). *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC.
- Brasil.(2001b). *Parecer n.º 17, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica*. Brasília: Conselho Nacional de Educação.
- Brasil. (2001c). *Plano Nacional de Educação (PNE)*. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01. Brasília: MEC.
- Brasil. (2002). *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro*. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan.
- Brasil. (2004). *Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro*. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília.
- Brasil. (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Ensaio Pedagógicos*. III Seminário Nacional de Gestores e Educadores - Educação Inclusiva: Direito a Diversidade. Brasília.

- Brasil (2006 a). *Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade* / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- Brasil. (2008). Ministério da Educação e Cultura. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva*. Brasília.
- Brasil. (2009). *Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica*, modalidade Educação especial, Brasília: MEC.
- Brasil. (2011). *Lei n.12.527, de 18 de novembro*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do & 3º do art. 37 e no & 2º do art.216 da Constituição Federal; altera a Lei n.8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei v n.11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
- Brasil. (2015). *Lei 13.146, de 6 de julho*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 24 de abril 2023.
- Brasil. (2018 a). *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação Brasília, 2018a. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 09 dez. 2022.
- Brasil. (2019). *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file#:~:text=Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.-As%20Diretrizes%20Curriculares%20Nacionais%20para%20a%20Forma%C3%A7%C3%A>

30%20Inicial%20em%20N%C3%ADvel-%20FCP%20n%C2%BA%204%2F2018.

Acesso em 18 dez 2023.

Brasil. (2021). *Plano Nacional de Tecnologia Assistiva*. Brasília. Disponível: em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/plano-nacional-de-tecnologia-assistiva>. Acesso em: 10 ago. 2022.

Cajueiro, R. L. P. (2015). Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. Guia prático do estudante .3. ed. Petrópolis -RJ, Vozes.

Campoy, A. T. J. (2018). *Metodología de la Investigación científica: Manual para Elaboración de Tesis y Trabajos de Investigación*. Assunción, Paraguay: Ed. Marben

Cervo, A.L., e Bervian, P. A. (2002). *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall.

Ciencinar. (2020). Wordwall – *crie atividades gamificadas a partir da associação entre palavras*. Juiz de Fora. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ciencinar/2020/07/17/wordwall-crie-atividades-gamificadas-partir-da-associacao-entre-palavras/PANDEMIA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20A%20UTILIZA%C3%87%C3%83O%20TECNOLOGIA%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 19 jun.2023.

Coelho, C.P.; Renata Godinho Soares, R.G e Roehrs, R. (2019). Visões Sobre Inclusão Escolar No Contexto De Educação Especial: PCN X BNCC. *Revista Educação e Políticas em Debate* –v. 8, n. 2, p.158-174, mai./ago. 2019 -ISSN 2238-8346. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/50943/27556>.

Acesso em: 21 abr. 2023.

Dal Bó, R. G., Zwierewicz, M., Velasco, J. M. G., Lehmkuhl, M. de S., e Baade, J. H. (2022).

A formação docente na perspectiva da inclusão escolar sob a ótica de pesquisas de mestrado e doutorado em educação. *DELTA: Documentação E Estudos Em Linguística*

- Teórica e Aplicada*, 38(1). <https://doi.org/10.1590/1678-460x202257177>. Acesso em 12 de outubro de 2023.
- Dantas, P. F. R. et al. (2017). Processos de escolarização na/para inclusão de um estudante com deficiência: intersecções na perspectiva curricular. *Research, Society and Development*, Itabira, v. 4, n. 4, p. 280-294, abr. Disponível em: <https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/97>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- Delors, J. (org.) (1998). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*; Tradução: José Carlos Eufrázio. UNESCO: Publicação MEC. Disponível em: https://www.livrosgratis.com.br/Download_livro_27263/educacao-um_tesouro_a_descobrir_relatorio_para_a_unesco_da_comissao_internacional_so. Acesso em 23 fev. 2022.
- Del-Masso, M. C. S., Cotta, M. A. de C., Santos, M. A. P. (2014). *Ética em Pesquisa Científica: conceitos e finalidades*. Disponível em https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155306/1/unesp-nead_reei1_ei_d04_texto2.pdf. Acesso em 12 de set. de 2023.
- Dornellas, L. C. G., Bastos. T. A., Pedrosa, D. dos. R. (2022). (Orgs.) *Educação na contemporaneidade [livro eletrônico]: tensões e desafios*: 1. Ed. volume 2. Guarujá, SP: Científica Digital.
- Duek, V. P. (2018). Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. *Educação em Revista*, v. 30, n. 2, p. 17. Acesso em: 13 set.2023.
- Facci, M. G. D., Leonardo, N. S. T., e Souza, M.P.R.de. (2019). *Avaliação psicológica e escolarização: contribuições da psicologia histórico-cultural*. Teresina, PI: Edufpi.
- Ferreira, A. B. de H. (2018). *Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática.

- Ferreira, F. (2018). *Educação inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer?*
Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/>. Acesso em: 2 agost. 2023.
- Ferreira, M; Cadavieco, S. (2015). *Educação inclusiva: o professor como epicentro do processo de inclusão*. Revista nacional e internacional de educación inclusiva, v 8. n 1.
- Fonseca, G. F. (2022). *Fundamentos e políticas da educação especial e inclusiva*. 144 f.; 30cm. Guia (Projeto Instrucional – Especialização em Educação Inclusiva). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal (RN).
- Fontanella, B. J. B.; Luchesi, B.M; Saidel, M. G. B.; Ricas, J.; Turato, E. R. Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 27(2):389-394, fev.
- Franco, C. A., Figueiredo, A. C., e Pereira, J. G. (2018). *Desafios para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no ensino superior: um estudo de caso*. In Anais do 12º Congresso Brasileiro de Educação Especial. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee6/trabalhos?lang=pt-br>. Acesso em: 21 jan.2022.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2003). *Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido*. São Paulo: Grubhas.
- Galvão Filho, T. A. et al. (2009). Conceituação e estudo de normas. In: Brasil. *Tecnologia assistiva*. Brasília: CAT/SEDH/PR, p. 26.
- Galvão Filho, T. A.B(2013). A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. In: *Revista da FAGED - Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*. Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - FAGED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. Disponível em: https://www.galvaofilho.net/TA_desafios.htm. Acesso em 21 nov. 2023.

- Gardner, H. (1994). *Estruturas da Mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Gatti, B. A. (2003). *Formação continuada de professores: a questão psicossocial*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, jul.
- Gonzáles, J. A. T. Fernández, A. H. & Camargo, C. B. (2014). *Aspectos fundamentais da pesquisa científica*. Paraguay: Editora Marben Assunción.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. - São Paulo: Atlas,
- Glat, R., Estef, S. (2021). *Avaliação flexibilizada para alunos com necessidades educacionais especiais: uma prática pedagógica inclusiva*. vol. 24, pp. 01-13. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/684/68466219096/html/> Acesso em 12 out. 2023.
- Gomes, J. (2019). *Educação inclusiva ou integração de crianças com necessidades educativas especiais?* Um estudo numa sala de jardim de infância. Instituto Politécnico de Lisboa. Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Gorard, S. (2013). *Research design: Creating robust approaches for the social Science*. Sage.
- Hallberg, S. C. M., Bandeira, D. R. (2021). Para Além do QI: Avaliação do Comportamento Adaptativo na Deficiência Intelectual. *P@PSIC-Periodicos eletrônicos em psicologia Avaliação Psicológica*. versão impressa ISSN 1677-0471 versão On-line ISSN 2175-3431. Aval. psicol. vol.20 no.3 Campinas jul./set.
- Honora M., Frizanco. M. L. (2008). *Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva*. São Paulo: Ciranda Cultural.
- Kauark, F. Manhães, F. C.; Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.

- King, G; Keohane, R. O.; e Verba, S. (1994). *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton university press.
- Lakatos E.M., e Marconi, M.A. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2010). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7ª ed. São Paulo: Atlas.
- Leão, L. M. (2016). *Metodologia do estudo e Pesquisa*. Petrópolis RJ: Vozes.
- Leite, M. C. da S.R.; Silva, A. J.P. da.; Martins, E.S. (2017). Pesquisa qualitativa em teses de doutorado: uma análise do triênio 2013-2015. *Revista Expressão Católica*; v. 6, n. 1; Jan/ Jun; ISSN: 2357-8483.
- Lustosa, F. G.; Melo, C. M. (2018). Organização e princípios didáticos para a gestão da sala de aula inclusiva: A gênese de práticas pedagógicas de atenção à diversidade. In: *Práticas pedagógicas em contexto de inclusão: Situações de sala de aula*. Jundiaí, SP: Paco.
- Lück, H. (2015). *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis: Vozes. Série Cadernos de Gestão.
- Machado, B. A. (2021). *Família e Escola na Educação Infantil*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Disponível em <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2734/1/TCC%20BRUNA%20ARTHURI%20MACHADO.pdf>. Acesso em: 01 mar.2022.
- Mafezoni, A.C.; César, T. M. de. A. (2020). *Deficiência intelectual em perspectiva: concepções e evolução conceitual*. Comunicações Piracicaba | v. 27 | n. 3 | p. 143-161 | set.-dez.
- Mantoan, M.T. E. (2009). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Marques, C. M.; Bicca, L.; Kaim, L. I.; Silva, M. A. da.; Oliveira, T. de., e Miranda, Z. da R. F. (2020). Interações e brincadeiras como metodologia de inclusão na educação infantil. *Extensão em Foco* (ISSN: 2317-9791), [S. l.], v. 8, n. 2, p. 1–10, 2020. DOI: 10.33362/ext.v8i2.2533. Disponível em: <https://periodicos.uniarp..edu.br/index.php/extensao/article/view/2533>. Acesso em: 19 out. 2023.
- Martini, B. B; Arantes, L. L; Enetérico, N. P. (2018). Dificuldade de Aprendizagem sob a ótica da Inclusão Social. *Anais do III seminário de produção científica do curso de psicologia da unevangélica*.
- Martins, G. D, F.; Abreu, G. V. S. de; Rozek, M. (2020) Conhecimentos e crenças de professores sobre a educação inclusiva: revisão sistemática da literatura nacional. *Educação em Revista: Belo Horizonte*, v.36.
- Masiero, A.L. (2003). *A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros*. Análise • Hist. cienc. saúde-Manguinhos 10 (2) Agost. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil.
- Melo, J. C; Melo, H. A. (2018). A educação infantil & Atendimento educacional Especializado: saberes necessários. Na formação de docentes de Crianças pequenas. *Revista Humanidades e Inovação*. v. 5, n. 6.
- Mendonça, A. A. dos. S. (2020). A educação inclusiva e as novas tecnologias. *VII Congresso Nacional de Educação*. Anais... Maceió. Al.
- Minayo, M. C. de S. (2001). Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 18º ed. Petrópolis. Vozes.
- Minayo, M. C.de. S.; Deslandes, S.F., e Gomes, R. (2002). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Vozes.
- Minayo, M.C. de S., Deslandes, S.F., e Gomes, R. (2018). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 1ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Miranda, L. S. et al. (2021). Educação Inclusiva Digital em Época de Pandemia: Um Relato de Experiência de Alunos da Zona Rural. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 2, p. 89-99.
- Monteiro, P.L., David, A. H. (2020). *Guião para Implementação do Plano Individual de Transição – PIT*: uma proposta da Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger – APSA Republica portuguesa. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/guiao_pit_12janeiro_2021.pdf. Acesso em: 21 maio 2022.
- Moresi, E.A.D.; Vásquez, R.; Lima, D.C.L. et al. (2018). *Tecnologia assistiva e autismo*. Memorias de la Octava Conferencia Iberoamericana de Complejidad, Informática y Cibernética. Disponível em: <http://www.iiis.org/CDs2018/CD2018Spring/papers/CB032HE.pdf>. Acesso em 18. maio. 2022.
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo/Brasília: Cortez/Unesco.
- Neto, A. de O. S. (2018). Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial* | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | jan./mar. Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>>Educação inclusiva: uma escola para todos. Acesso em 25 de maio de 2023.
- Nunes, I. M; Fernandes, M. A. de S; Kautsky, G. L. S. (2020). *Tensões da gestão escolar na organização da educação especial*. Anais... v. 3 n. 3: VI Seminário Nacional de Educação Especial/XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva.
- Nussbaum, M. C. (1997). *Cultivating Humanity: A Classical Defense of Reform in Liberal Education*. Harvard University Press.
- Oliveira, A. A. S.; Oliveira, J. P. (2018). “Os desafios para a constituição de uma escola inclusiva: em cena formação de professores”. In: Oliveira, A. A. S; Fonseca, K. A.;

- Reis; R. R. (orgs.). *Formação de professores e práticas educacionais inclusivas*. Curitiba: Editora CRV.
- Oliveira, A. A. S.; Papim, A. A. P. e Paixão, K. M. G. (2018). “Educação Especial e Inclusiva: perspectivas e problematizações”. In: Oliveira, A. A. S.; Papim, A. A. P.; Paixão, K. M. G. (orgs.). *Educação Especial e Inclusiva: contornos contemporâneos em educação e saúde*. Curitiba: Editora -CRV.
- Oliveira, F. D. de S.; Sobral, M. do. S. C. (2020). Família e Escola no enfrentamento do Déficit Cognitivo. Id on Line. *Rev. Mult. Psic.* V.14, N. 49 p. 162-169, fevereiro - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em 21 març.2022.
- Oliveira, L. A.; Ebling, P. dos. S. (2022). Inclusão escolar e formação docente: caminhos possíveis. *Saber Humano*. ISSN 2446-6298, V. 12, n. 21, p. 23-36, jul./dez.
- Oliveira, M. C. (2022). O uso de tecnologias assistivas para o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência. *Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v.4, p.15-25.
- Padilha, A. M. L. (2017) Desenvolvimento Psíquico e Elaboração Conceitual por Alunos com Deficiência Intelectual na Educação Escolar. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.23, n.1, p.9-20, jan.-mar. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/zFvqqr37NkbMgZNGMvRJv4S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2022.
- Padilha, A. M. L.; Silva, R. H. R. (2020). *Pedagogia histórico-crítica e a educação escolar das pessoas com deficiência*. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente -SP, v. 31, n.esp.1, esp.06, p.103-125, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/8291/pdf>. Acesso em: 9 set. 2022.

- Papim, A. A. P.; Araújo. M. A.; Paixão. K. de. M. G.; Silva. G. de. F.(orgs). (2018). *Inclusão Escolar: perspectivas e práticas pedagógicas. [recurso eletrônico]* (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi.
- Pereira, A.M.; Araújo, C. R.; Ciasca, S.M., Rodrigues, S. das. D.(2015). Avaliação da memória em crianças e adolescentes com capacidade intelectual limítrofe e deficiência intelectual leve. *Revista Psicopedagogia*. versão impressa ISSN 0103-8486. v.32. n.99. São Paulo.
- Pereira, R. S. (2020). *Deficiência intelectual leve e possibilidades criativas de aprendizagem: um estudo de caso*. disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2020/ebook3/TRABALHO_EV140_MD7_SA100_ID6801_17092020191926.pdf. Acesso em 30 jun. 2022.
- Perovano, D. G. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. Curitiba: InterSaberes.
- Pizzio, A., Lopes, R. M., & Rosa, R. A. (2018). Desafios para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos (EJA). *Revista Inclusiones*, 5(2), 207-222.
- Portela, R. M., Borges, G. R. (2018). Desafios da inclusão de pessoas com deficiência intelectual no esporte adaptado. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24(1), 7-18
- Praça, F. S. G. (2015). Metodologia da Pesquisa Científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. *Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”* (ISSN: 0486-6266). 08, nº 1, p.72-87, jan-jul.
- Proença, M. F. R.; Moraes Filho, I. M. de; Santos. C. C. T.; Rodrigues T. P. R.; Cangussu, D. D.; Souto, O. B. de. (2019). A tecnologia assistiva aplicada aos casos de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 31, p. e541, 7 out.

- Quirino, J. R. (2020). *A compreensão e utilização dos jogos no processo de alfabetização das crianças com deficiência intelectual: um estudo com um grupo de professoras alfabetizadoras*. Uberlândia-MG. 131 f.: il. color.
- Rezende, F. da C. (2015). *Desenhos de pesquisa e qualidade inferencial na ciência política: o modelo de engrenagens analíticas*. Conexão Política, Teresina v. 4, n. 2, 47 – 66, jul./dez.
- Richardson, J. A pesquisa qualitativa crítica e válida. In: Richardson, R. J. et al. (Org) (2012). Pesquisa Social. 3ª ed. *Revista e Ampliada*. São Paulo: Atlas, p. 90 – 103.
- Rouquayrol M. Z.; Almeida Filho. (2003). *Epidemiologia & Saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 736p
- Rodrigues, L. de. A. (2021). A importância do atendimento educacional especializado. *Revista mais educação*. volume 4 n.1, março.
- Salamanca. (1994). *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Sales, D. O.; Guilherme. R. M. (2022). *O uso da plataforma Wordwall como estratégias no ensino de química*. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.8, n. 3, p.16959 - 16697març. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/44942/pdf>. Acesso em 15 de jul. de 2022.
- Santana, A. M. N.; Teixeira, V. R. de. L. (2022). *A Importância de Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial em Escolas Públicas*. Id on Line Rev. Psic. V.16, N. 63, p. 299-313, outubro - Multidisciplinar. ISSN 1981-1179. Edição eletrônica.
- Santos, M. B., Cruz, L. M. (2022). Flexibilização curricular e seus reflexos na prática e no ambiente escolar para a educação inclusiva. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*. v. 3, n. 9, p. 1 – 18, jul./ set. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/>

index.php/reed. ISSN: 2675-688. Acesso em 23 de jun. de 2023.

Santos, N. T. R. dos. (2022). *Estratégias para alfabetização que contemplam especificidades de estudantes com deficiência intelectual em produções científicas e diretrizes educacionais*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências Câmpus de Marília – SP. Tese de doutorado. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/235800/santos_ntr_dr_mar.pdf?sequence=3. Acesso em 23 set 2023.

Seneda, E. V. (2019). *O papel do gestor como articulador do trabalho colaborativo no contexto de uma escola inclusiva - um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Araraquara – SP. Disponível em: <https://m.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/processos-ensino-gestao-inovacao/producao-intelectual/dissertacoes/2019/elizete-varussa-seneda.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.

Severino, A. J. (2013). *Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]* 1. ed. São Paulo: Cortez.

Silva, C. S. G.; Hessel, A. M. D.G. (2021). A docência como curadoria: Experiências pedagógicas no uso de tecnologias educacional. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara, v. 16, n.1, p.107-126.

Silva, D. C. da; Miguel, J. R. (2020) Práticas Pedagógicas Inclusivas no Âmbito Escolar. Id on Line. *Rev. Mult. Psic.* V.14, N. 51 p. 880-894, julho - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em 20 agost. 2022.

Silva, D. G.; Vendrame, A. (2018). Os desafios da inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual: reflexões e perspectivas. *Revista Educação Especial*, 31(61), 219-234.

- Silva, G. P. da.; Soares, M. M.; Machado. J. Â. (2018). *Desenho de pesquisa*. Brasília: Enap, 119 p.
- Soares, D. C., Machado, L. (2019). *Deficiência intelectual e inclusão social: desafios e possibilidades*. São Paulo: Editora Áurea.
- Tassa, K. O. M. E.; Rodaski, J. I.; Cruz, G. C. (2023). *Educação inclusiva e o curso de formação de docentes: desafios e relatos de experiência*. Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 14, n. 41.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- UNESCO, (2016). *Declaração de Incheon educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. 77 Brasília. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por. Acesso em 3 out.2022.
- UNESCO. (2020). *Relatório Inclusão e educação: Todos, sem exceção. Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação: Inclusão e educação para todos*. Paris. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por. Acesso em: 12 maio. 2023
- Veiga, I. P. A. (2009). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus.
- Vergara, S. C. (1997). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Zanella, L. C. H. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. Liane Carly Hermes Zanella. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC. 134 p. : il.

APÊNDICES

APÊNDICE 1– CARTA DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA
EDUCACIÓN

Doutoranda: Saonara de Cassia da Silva Barros

Orientador: Prof. Dr. Jose Antonio Torres Gonzaléz

Santa Cruz - Pernambuco - Brasil, _____ de _____

Assunto: Coleta de dados para tese de Doutorado

Senhor (a), Gestor (a),

A Universidade Autônoma de Assunção- UAA/Paraguai está em processo de realização do curso de Doutorado em Ciências da Educação. No momento, a instituição está iniciando a fase de construção das teses que representam requisito parcial para a conclusão do curso. Para a realização da minha tese de doutorado, necessito realizar um estudo empírico sobre “a inclusão escolar” tendo como foco “analisar as práticas pedagógicas dos professores” dos anos iniciais nessa escola, cuja estratégia metodológica envolverá a aplicação de entrevistas para os professores do ensino regular que tem alunos com deficiência intelectual, para o coordenador pedagógico e para o gestor escolar. Também necessitarei realizar observações das práticas pedagógicas desses professores. A realização desse trabalho tem como objetivo geral: Analisar as práticas pedagógicas do professor em sala de aula regular com aluno que tem deficiência intelectual na Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira e do Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo nos anos iniciais no município de Vitória de Santa Cruz. Essa pesquisa será realizada pela professora/cursista **Saonara de Cassia da Silva Barros**, sob orientação do Prof. Dr. Jose Antonio Torres Gonzaléz, cujo tema é: “A inclusão escolar é possível? uma análise das práticas pedagógicas dos professores nos anos iniciais na Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira e da Escola Municipal Doutor Sérgio Figueiredo” o que torna a escola sob sua gestão, um contexto propício para construção de conhecimentos na área.

Nesse sentido, venho solicitar sua contribuição e autorização para o desenvolvimento dessa pesquisa nessa escola.

Asseguramos que os aspectos de ordem ética – garantia de sigilo das entrevistas serão rigorosamente respeitados em todas as atividades propostas.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones (+55) 87-99810-5911 ou pelo e-mail: saonara.cassia@gmail.com

Atenciosamente,

Saonara de Cassia da Silva Barros

Assinatura do gestor(a) _____

_____, _____, _____ de 2022.

APÊNDICE 2– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Doutoranda: Saonara de Cassia da Silva Barros

Orientador: Prof. Dr. Jose Antonio Torres González

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Convido _____, a participar da pesquisa intitulada “A inclusão escolar é possível? uma análise das práticas pedagógicas dos professores nos anos iniciais na Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira e na Escola Municipal Doutor Sérgio Figueiredo” por constituir-se sujeito deste estudo. Minha investigação pretende entender como tem se dado o trabalho pedagógico por parte do (a) professor (a) do ensino regular para os alunos com deficiência intelectual nas turmas do 1.º ao 5.º ano do ensino fundamental. Além disso, o estudo pretende identificar se a formação acadêmica do professor contribui para uma prática inclusiva, como também, verificar quais ações estão contidas no Projeto Político Pedagógico que contemplam a inclusão e quais desafios são enfrentados pela escola e pelos professores para que a inclusão se fortaleça. Calçada sob o aporte metodológico da pesquisa qualitativa, a partir das entrevistas, pretendo analisar na perspectiva da Inclusão, os métodos empregados no ensino aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, para a facilitação de abstração e apreensão dos conteúdos curriculares propostos. Realizarei com a/o senhor (a), a partir de sua devida autorização, uma entrevista, como forma de obtenção de dados para meu estudo, podendo ser esta gravada com áudio/vídeo e disponibilizada apenas para fins da pesquisa. As informações levantadas por meio da entrevista, serão posteriormente transcritas para otimizar a análise dos dados. A concordância do/a senhor (a) na participação dessa pesquisa é voluntária, livre e gratuita, de modo que não haverá, sob nenhuma alegação, nenhum tipo de pagamento à/o senhor (a), não havendo também nenhum tipo de despesa para a/o senhor (a) durante a realização do estudo. É de garantia plena à pessoa colaboradora do estudo, sigilo de sua identidade e o anonimato das informações prestadas à pesquisadora. Os trechos gravados serão de minha inteira responsabilidade não me estando autorizado o uso de terceiros para ouvi-los

e/ou usar citações. As informações coletadas das respostas dadas serão tratadas com zelo, de forma ética, a fim de que seja evitada a identificação do colaborador no corpo do trabalho. O colaborador deve estar ciente de que os resultados dessa pesquisa poderão ser publicados e/ou divulgados, mantendo-se o princípio sigiloso de sua identidade. Acredito não surgirem impasses e nem futuros desconfortos ao participar desse estudo, pois este se dará de modo simples: pela realização de entrevistas, observações e ações participantes. Caso surjam dúvidas referentes ao teor da pesquisa ou em qualquer aspecto de sua essência, e deseje obter informações sobre seu andamento, por favor, comunique sua decisão diretamente à pesquisadora: Saonara de Cassia da Silva Barros, e-mail: saonara.cassia@gmail.com. Cel: (87) 99810-5911, endereço: Rua: Rua Vinte e Seis- N. 175 Loteamento Recife Petrolina - CEP 56320740. Declaro estar ciente das informações acima prestadas e consinto em participar desta pesquisa. Declaro também ter recebido cópia deste termo de consentimento.

Nome do Participante

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Local e Data: ____/____/____

APÊNDICE 3– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE APÓS ESCLARECIMENTO

Declaro que li e/ou ouvi e compreendi as informações sobre a pesquisa. Decido participar, ficando claro para mim os objetivos, minha forma de participação, os riscos e benefícios e as garantias de confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro que não terei despesas, nem receberei pagamentos, e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou penalidade. Dessa forma, concordo voluntariamente participar desta pesquisa.

Professor(a) participante do estudo

Pesquisador:

APÊNDICE 4: VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA
EDUCACIÓN

Doutoranda: Saonara de Cassia da Silva Barros

Orientador: Prof. Dr. Jose Antonio Torres González

Santa Cruz – Pernambuco - Brasil, _____ de _____ 2022

Prezado (a) Professor (a),

Esta solicitação tem o propósito de solicitar **validação** dos instrumentos que serão utilizados na coleta de dados em minha pesquisa de Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção – UAA, já verificados e liberados pelo professor orientador, e para os quais solicito a análise sobre a adequação das questões formuladas, a sua coerência e clareza.

As colunas que apresentam as siglas C (coerência), QT (qualidade técnica), e R (representatividade) deverão ser assinaladas com X em cada uma delas, caso atenda aos requisitos.

Caso haja dúvidas em relação a alguma delas poderá ser usado o espaço para observações, e se necessário descreve-las no verso da folha.

Os instrumentos são constituídos por formulários de entrevistas e serão utilizadas na coleta de dados da pesquisa.

Grato pelo apoio.

Saonara de Cassia da Silva Barros

Título: A inclusão escolar é possível? uma análise das práticas pedagógicas dos professores nos anos iniciais na Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira e na Escola Municipal Doutor Sérgio Figueiredo

Objetivo Geral: Analisar as práticas pedagógicas do professor em sala de aula regular com aluno que tem deficiência intelectual na Escola Municipal João Tibúrcio da Silveira e do Grupo Escolar Doutor Sérgio Figueiredo nos anos iniciais no município de Santa Cruz.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	FONTES DE COLETA	INSTRUMENTOS
1. Descrever como vem acontecendo o processo de inclusão na sala de aula regular do professor com aluno com deficiência intelectual;	Professor dos anos iniciais	Entrevista
2. Identificar se a formação acadêmica do professor contribui para uma prática inclusiva;	Professor dos anos iniciais	Entrevista
3. Analisar se o Projeto Político Pedagógico das escolas tem contemplado ações que incentive o processo de inclusão escolar;	Professor dos anos iniciais.	Entrevista
4. Relatar as dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão escolar.	Professor dos anos iniciais.	Entrevista
5. Identificar os principais desafios enfrentados pela escola para que a inclusão escolar se fortaleça.	Gestores e Coordenadores pedagógicos	Entrevista

ENTREVISTA – PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

C = Coerência / QT = Qualidade Técnica / R = Representatividade

1.º Objetivo específico: Descrever como vem acontecendo o processo de inclusão na sala de aula regular do professor com aluno com deficiência intelectual;

1. Você utiliza alguma metodologia diferenciada para atuar com estudantes com deficiência intelectual?	Resposta	C	QT	R
2. Você utiliza algum recurso tecnológico que a escola disponibiliza para trabalhar com a inclusão escolar?		C	QT	R
3. Quais as tecnologias assistivas você utiliza na sala de aula? Elas têm contribuído para a melhoria da aprendizagem do estudante com deficiência?		C	QT	R
4. Como você media o conhecimento com os alunos com DI e quais estratégias você utiliza para avaliar a aprendizagem desses estudantes?		C	QT	R

2.º Objetivo específico: Identificar se a formação acadêmica do professor contribui para uma prática inclusiva;

5. Qual é a sua formação acadêmica e quanto tempo faz que você cursou?		C	QT	R
6. Você considera que sua formação acadêmica, contribui para trabalhar com a inclusão escolar? Justifique.		C	QT	R

7. Você sabe conceituar o termo “deficiência intelectual”? E quais as limitações da pessoa que a possui?		C	QT	R
8. Em sua opinião, que é inclusão? Você concorda com a inclusão escolar?		C	QT	R

3º Objetivo específico: Investigar se o Projeto Político Pedagógico da escola tem contemplado ações que incentive o processo de inclusão escolar;

9. A escola realiza projetos que contemplem a inclusão escolar? Quais? E como eles funcionam?		C	QT	R
10. No Projeto Político Pedagógico há ações que favorece a inclusão escolar? Quais?		C	QT	R

4. Objetivo específico: Relatar as dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão escolar

11. Quais as maiores dificuldades você encontra no processo de inclusão escolar nessa escola?		C	QT	R
---	--	---	----	---

12. Você acredita que os estudantes com deficiência intelectual podem superar as dificuldades de aprendizagem? Como?		C	QT	R
13. Você conhece as diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão - LBI? E em que ela contribui para o processo de inclusão escolar?		C	QT	R
14. Você tem na sua sala de aula um professor de apoio à inclusão? Se sim, comente de que forma ele colabora com o processo de inclusão.		C	QT	R
15. Quais são as suas condições de trabalho, no processo de inclusão? Comente.		C	QT	R

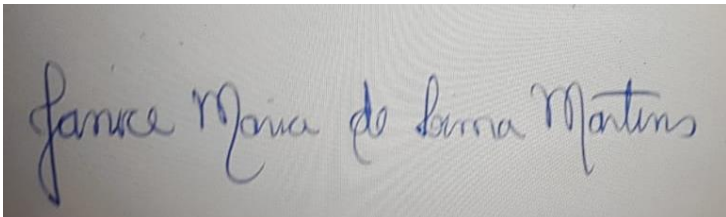
ENTREVISTA – COORDENADOR PEDAGÓGICO E O GESTOR ESCOLAR

5.º Objetivo específico: Identificar os principais desafios enfrentados pela escola para que a inclusão escolar se fortaleça.

1. A secretaria de educação do seu município tem oportunizado a formação continuada para o professor trabalhar com a inclusão escolar? De que forma?	Resposta	C	QT	R
2. A escola tem disponibilizado tecnologias assistivas ao professor para trabalhar com a inclusão?		C	QT	R
3. A escola tem cumprido com o que determina a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015? Como?		C	QT	R

4. Como a gestão escolar tem motivado a comunidade para que a inclusão escolar se fortaleça?		C	QT	R
5. Como tem ocorrido a participação da família no processo de inclusão escolar?		C	QT	R
6. A coordenação pedagógica tem ofertado momentos de discussão acerca do processo de inclusão escolar? Se sim, como acontece?		C	QT	R

1.DADOS DO AVALIADOR

Nome completo	Janice Maria de Lima Martins
Formação	Doutorado Em Educação
Instituição de Ensino	Universidade Americana- UA
Local	Assunción
Assinatura do Avaliador	

2.DADOS DO AVALIADOR

Nome completo			
Formação			
Instituição de Ensino			
Local		Data	
Assinatura do Avaliador			

3.DADOS DO AVALIADOR

Nome completo			
Formação			
Instituição de Ensino			
Local		Data	
Assinatura do Avaliador			